

A PENETRAÇÃO CAPITALISTA NO ACRE E O EMPREGO
INDUSTRIAL URBANO EM RIO BRANCO

MARILDA MAIA OLIVEIRA

T331.111

O48p

T

N.Cham. T331.111 O48p T

Autor: Oliveira, Marilda M

Título: A Penetracao capitalista no



91123130

Ac 36104

UFCE - BCME

BCME - BIBLIOTECA

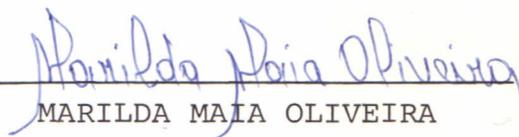
DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO
DE MESTRADO EM ECONOMIA — CAEN, COMO
REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA — 1983.

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do Grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.


MARILDA MAIA OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14.04.1983


PROFA. LIANA MARIA CARLEIAL DE CASIMIRO
Orientadora da Tese

BCME - BIBLIOTECA

PROF. MANOEL BOSCO DE ALMEIDA
Coordenador do Curso


PROF. AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA


PROF. SEBASTIÃO ALCÂNTARA FILHO

Para meus pais;

Roberto, companheiro e amigo
de todos os momentos, incen-
tivo e apoio constante;

E meu filho Vinicius, a ra-
zão maior do meu esforço.

ÍNDICE

BCME - BIBLIOTECA

	Página
AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
LISTA DE ANEXOS	xvi
CAPÍTULO I - A DETERMINAÇÃO DO EMPREGO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS ATRASADAS: UM ESBOÇO TEÓRICO	1
1. Introdução	1
2. Acumulação, Emprego e População Excedente	4
3. A Determinação do Emprego em Países Atrasados	8
3.1 - Acumulação e Destinação do Espaço Econômico.	12
3.2 - Acumulação e Estrutura do Emprego	14
3.3 - Superpopulação Relativa e Exército Industrial de Reserva	17
CAPÍTULO II - ASPECTOS DA ECONOMIA ACREANA: 1870-1914	23
1. Uma Economia Dependente do Capital Externo	23
2. A Concorrência da Produção "racional" e o Declínio da Borracha Nativa	31
2.1 - O Processo de Trabalho	31
2.2 - A Jornada de Trabalho	33
2.3 - Relações de Produção e a Propriedade da Terra nos Seringais	34
2.4 - A Concorrência da Borracha "racional"	37
3. O Sistema de Aviamento	39
4. A Decadência do Extrativismo	42
CAPÍTULO IV - A ECONOMIA ACREANA E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA BRASILEIRA	44

1. Desempenho da Economia Brasileira: 1930-1970	44
2. Desempenho da Economia Acreana	51
2.1 - A Opção Econômica do Estado no Período entre Guerras: Falência da Borracha Vegetal	51
3. A Economia Acreana no Contexto Nacional: 1942-1970	54
3.1 - "Os Acordos de Washington"	54
 CAPÍTULO IV - TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS RECENTES EM RIO BRANCO	 68
1. Características da Expansão da Fronteira Agrícola: Terra, Capital, Êxodo e Perspectivas	68
2. A Formação dos Núcleos Urbanos	81
3. A Constituição de Bairros Pobres em Rio Branco, sua Evolução Recente e Caracterização no Contexto da Região Amazônica	85
 CAPÍTULO V - O EMPREGO URBANO EM RIO BRANCO	 97
1. Características Básicas da População	97
2. Aspectos Demográficos e Migratórios	98
3. O Emprego Urbano	102
 CAPÍTULO VI - O SETOR INDUSTRIAL DE RIO BRANCO	 109
1. Características do Setor Industrial de Rio Branco.	109
2. Incentivos à Industrialização	112
3. Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Va- lor da Transformação Industrial	120
4. A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre- CONDISACRE	130
5. O Distrito Industrial	131
5.1 - Área e Localização	131
5.2 - Objetivos	132
5.3 - Desempenho do Distrito Industrial (1975-1982).	133

CAPÍTULO VII - O SETOR INDUSTRIAL DE RIO BRANCO: UM ESTUDO DE CASO	135
1. Metodologia da Pesquisa	135
2. Uma Discussão da Amostra	136
3. Análise dos Resultados	139
3.1 - Caracterização e Classificação do Setor Industrial	139
3.2 - Alguns Indicadores	143
3.3 - Análise da Força de Trabalho	149
8. CONCLUSÕES FINAIS	165
ANEXOS	170
BIBLIOGRAFIA	202

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação, apesar de ser produto de uma série de observações e opiniões pessoais, teve a contribuição de outras pessoas, às quais aqui deixo registrada minha gratidão. Agradeço.

À Universidade Federal do Acre, dirigida pelo Reitor Aúlio Gêlio Alves de Souza, que permitiu a minha participação no Curso de Mestrado em Economia, através do Programa de Capacitação de Docentes;

À Professora Liana Maria Carleial de Casimiro, minha Orientadora, que me acompanhou e compartilhou de minhas idéias. Seu incentivo e apoio, emocional e intelectual, em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis, desde a elaboração do Projeto de Tese, foi de fundamental importância para a conclusão deste trabalho;

Aos Professores Agamenon Tavares de Almeida e Sebastião Alcântara Filho, membros da Banca, que desde as primeiras aulas no Curso de Mestrado se tornaram meus conselheiros e me proporcionaram valiosas contribuições durante a elaboração e discussão desta dissertação, o meu agradecimento, que estendo aos demais professores do CAEN.

Ao Professor Amilcar dos Santos Pinheiro, que, como Coordenador do Programa de Capacitação de Docentes, permitiu a minha permanência no Curso de Mestrado no prazo que fosse necessário para a conclusão da tese;

A todos os professores do Departamento de Economia da Universidade do Acre que, de várias formas, contribuíram para que eu pudesse frequentar o Curso de Mestrado. Particularmente, ao amigo e Professor Mário José de Lima, que, além

das muitas discussões empreendidas, muito contribuiu com sua orientação na fase preliminar deste trabalho;

Aos meus colegas do CAEN, Elisa, Ruth, Josélia, Vera, Teixeira, Ubirajara e outros, que me proporcionaram um ambiente de amizade e de muitas discussões;

BCME - BIBLIOTECA

Ao marido e amigo, Professor Roberto Oliveira, cujas discussões desde o Projeto de Tese muito fortaleceram as minhas idéias, e que também contribuiu na remessa de informações na fase final da tese;

Ao Professor Arlindo Barros de Sã, técnico do Banco do Nordeste do Brasil S/A e ex-Presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre, que, como profundo conhecedor do tema estudado, proporcionou contribuições valiosas nas várias discussões empreendidas;

A minha mana Ivete, que mesmo se tratando de um assunto que fugisse à sua área de estudo, me ajudou na aplicação dos questionários, na pesquisa de campo;

Ao Sr. Josely Pinto de Almeida, pelos serviços datilográficos;

Finalmente, a todos aqueles que por esquecimento deixei de citar, mas que nem por isso são menos importantes, registro meu agradecimento.

Todos os erros e omissões cometidos são debitados inteiramente a autora, ficando as pessoas acima relacionadas totalmente isentas de qualquer responsabilidade pelas falhas existentes.

RESUMO

BCME - BIBLIOTECA

No Acre, a incorporação territorial e a ocupação humana foram desde o início resultados de uma atividade econômica — a extração da borracha — naquele instante comandada pelo Capital Mercantil.

O processo migratório ao longo dos anos foi sempre em decorrência da economia da borracha, que até o final da década de 30 estava voltada unicamente para mercados externos.

Apenas a partir da década de 40, o Governo Brasileiro voltou suas atenções para a borracha brasileira, ocorrendo então novo influxo de mão-de-obra nos "seringais" (grandes extensões de terras contendo seringueiras) do Acre, em decorrência da criação do "Soldado da Borracha" — forma de recrutamento especialmente, da mão-de-obra nordestina.

A partir da década de 70, a penetração dos interesses capitalistas do Centro-Sul do Brasil acarretaram a mais brusca transformação nas formas existentes da organização social, econômica e cultural, a qual se estende até os dias atuais.

O núcleo central deste trabalho consiste na reconstituição histórica da trajetória social e econômica da força de trabalho, como embasamento ao objetivo principal que é a verificação do nível de absorção pelo Setor Industrial e especialmente pelo Distrito Industrial, da mão-de-obra urbana, constituída dos antigos trabalhadores rurais, seringueiros e posseiros que se acotovelam nos bairros pobres do Rio Branco, observando, inclusive, a participação do migrante como mão-de-obra, no Setor. E, de uma forma global, ver o desempenho do emprego urbano em Rio Branco, a partir da década de 70. Tais problemas têm assumido uma grande importância nesta ci-

dade, pois os padrões do seu desenvolvimento estão se refletindo na ocorrência de um acelerado processo de urbanização, que não vem propiciando condições de universalização do trabalho assalariado e de uma maior absorção de mão-de-obra.

A matéria é tratada no seu todo em vários capítulos, que abordam basicamente, uma parte teórica sobre a determinação do emprego em economias atrasadas; aspectos da economia acreana, a partir do seu nascimento; as relações existentes entre as economias acreana e brasileira; as transformações econômicas recentes em Rio Branco; a composição do emprego urbano; a atuação do Distrito Industrial na resolução dos problemas econômico-sociais da área e a análise da pesquisa realizada no setor industrial de Rio Branco.

ABSTRACT

SCME-BIBLIOTECA

The territorial annexation of the State of Acre to Brazil and its human occupation in the late eighteenth century were the results of an economic activity — vegetal rubber extraction — at that moment led by the mercantile capital.

The migration process throughout the years has been a consequence of the vegetal rubber economy which, up to the end of the 30's, was altogether linked to the external markets.

Only in the 40's the Brazilian Government turned its attention to the vegetal rubber activity determining a new inflow of labor force to the "seringais" (large land properties containing the rubber trees) of Acre. This was a result of new forms of recruiting labor mainly from the Northeastern region such as the "rubber soldier" system through which individuals could avoid the military draft by migrating to the Northern region in order to work on rubber latex extraction.

In the 70's the capitalistic interests of the Center-South region determined some drastic transformations in the existing forms of social, economic and cultural organization.

The core of this study consists in the historical reconstitution of the social and economic trajectory of the labor force as a basis to verify the actual level of the urban labor force absorption by the industrial sector, specially through the Industrial District of Rio Branco (state of Acre's capital), as well the participation of the migrant labor force in that sector. This urban labor is composed mainly of former agricultural workers, rubber latex

extractors ("seringueiros") and land tenants now crowded in the poor slums of the city. We, also try to analyze, in a general way, the performance of urban employment in Rio Branco from the beginning of the 70's. These problems have attained a great importance to that city, since its development patterns are reflecting an accelerated urbanization process which has led to a universalization of wage earning labor as well as a greater labor force absorption.

The main subject is analyzed in various chapters which, basically, discuss the theoretical aspects concerning the determination of the employment level in backward economies; the general characteristics of the development process of the economy of the State of Acre, since its formation; analysis of some relationships between the economy of Acre and the Brazilian economy; the analysis of most recent economic transformations in the city of Rio Branco; the composition of the urban employment in Rio Branco and, finally, the performance of the Industrial District of Rio Branco concerning its role in solving the socio-economic problems of the area using the results of a survey of Rio Branco's industrial sector.

TABELA	1 - Taxa geométrica de crescimento anual da população total na década 70-80, proporção da população urbana e variação percentual da população urbana 70-80. Regiões Norte e Centro-Oeste. 1980	75
TABELA	2 - Taxa geométrica de crescimento anual da população total na década 70-80 e proporção da população urbana. Acre e Microrregiões. 1980	76
TABELA	3 - Cidade de Rio Branco: Relação dos bairros e número de moradores	90
TABELA	4 - População total, urbana e rural, 1920-1980. Estado do Acre e seus municípios.	99
TABELA	5 - Taxa de crescimento anual percentual da população acreana de acordo com as zonas rurais e urbanas. 1920-1980	101
TABELA	6 - Rio Branco: Distribuição da PEA por Setor de atividade - 1970	103
TABELA	7 - Rio Branco: Pessoal ocupado em alguns setores de atividade segundo os censos econômicos	104
TABELA	8 - Rio Branco: Pessoas economicamente, ativas, por setor de atividade. 1970-1980.	107
TABELA	9 - Rio Branco: Número de estabelecimentos por ramos industriais. 1975-1979-1980..	122
TABELA	10 - Rio Branco: Pessoa ocupado por ramos industriais. 1975-1979-1980	123

BOME-BIBLIOTECA

Página

TABELA 11	- Acre: Número de estabelecimentos por ramos industriais - 1975-1980	125
TABELA 12	- Acre: Pessoal ocupado por ramos industriais. 1975-1980	126
TABELA 13	- Rio Branco: Valor da Transformação Industrial (VTI) por ramos industriais - 1975	127
TABELA 14	- Acre: Valor da Transformação Industrial (VTI) por ramos industriais - 1975	128
TABELA 15	- Amostra Pesquisada: Classificação dos ramos industriais em tradicionais e dinâmicos e número de empresas e empregados. 1982	141
TABELA 16	- Amostra Pesquisada: Empregados por ramos industriais, ligados à Administração e Produção. 1982	144
TABELA 17	- Amostra Pesquisada: Classificação dos ramos industriais em tradicionais e dinâmicos e alguns indicadores econômicos. 1982	146
TABELA 18	- Amostra Pesquisada: Empregados por ramos industriais e por sexo. 1982	151
TABELA 19	- Amostra Pesquisada: Empregados por ramos industriais e níveis de escolaridade. 1982	153
TABELA 20	- Amostra Pesquisada: Empregados por ramos industriais e tempo de residência em Rio Branco. 1982	155
TABELA 21	- Amostra Pesquisada: Imigrantes por ramos industriais e tempo de residência em Rio Branco. 1982	157

TABELA 22 - Pessoas não naturais de Rio Branco que migraram, por local de origem e ramos industriais. 1982.....

LISTA DE ANEXOS

BCME-BIBLIOTECA

Página

1 - Brasil: Produção e Consumo de Borracha Natural - 1965-1977	170
2 - Esboço da área onde está implantado o Distrito Industrial de Rio Branco	171
3 - Questionário: Pesquisa sobre o setor industrial de Rio Branco-Acre. Parte I - Dados da Empresa	172
4 - Questionário: Pesquisa sobre o setor industrial de Rio Branco-Acre. Parte II - Dados Referentes à Mão-de-Obra	174
5 - Relação das empresas localizadas no Distrito Industrial, com a razão social, número de empregados e atividades. Rio Branco. 1982	176
6 - Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria de Minerais não Metálicos. Rio Branco. 1982.	178
7 - Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria de Madeira. Rio Branco. 1982	179
8 - Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria do Mobiliário. Rio Branco. 1982	180
9 - Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria de Alimentos. Rio Branco. 1982	181

BCME - BIBLIOTECA

Página

ANEXO 10	- Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria Gráfica. Rio Branco. 1982	182
ANEXO 11	- Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria Metalúrgica. Rio Branco. 1982	183
ANEXO 12	- Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária, remuneração mensal. Indústria de Artefatos de Borracha. Rio Branco. 1982	184
ANEXO 13	- Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal. Indústria de Derivados de Petróleo. Rio Branco. 1982	185
ANEXO 14	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria de Minerais não Metálicos. 1982	186
ANEXO 15	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria da Madeira. 1982	187
ANEXO 16	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria do Mobiliário. 1982	188
ANEXO 17	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria de Alimentos. 1982	189
ANEXO 18	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria Gráfica. 1982	190

ANEXO 19	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria Metalúrgica. 1982	191
ANEXO 20	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria de Artefatos de Borracha. 1982	192
ANEXO 21	- Amostra Pesquisada: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem. Indústria de Derivados de Petróleo. 1982	193
ANEXO 22	- Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração. Indústria de Minerais não Metálicos. Rio Branco. 1982 .	194
ANEXO 23	- Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração. Indústria da Madeira. Rio Branco. 1982	195
ANEXO 24	- Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração. Indústria do Mobiliário. Rio Branco. 1982	196
ANEXO 25	- Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração. Indústria de Alimentos. Rio Branco. 1982	197
ANEXO 26	- Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração. Indústria Gráfica. Rio Branco. 1982	198
ANEXO 27	- Empregados por ramos industriais, local e origem e motivo da migração. Indústria Metalúrgica. Rio Branco. 1982	199

Página

- ANEXO 28 - Empregados por ramos industriais local de origem e motivo da migração. Indústria de Artefatos de Borracha. Rio Branco. 1982 . 200
- ANEXO 29 - Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração. Indústria de Derivados de Petróleo. Rio Branco. 1982 201

CAPÍTULO I

1. A DETERMINAÇÃO DO EMPREGO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS ATRASADAS¹: UM ESBOÇO TEÓRICO

BCME - BIBLIOTECA

1.1 - Introdução

Todas as escolas de pensamento econômico têm sua própria interpretação sobre a natureza das leis de determinação do emprego. Contudo, nenhuma delas consegue dar conta do problema de uma maneira plenamente satisfatória.

A crítica à teoria neoclássica é essencialmente dirigida às hipóteses fundamentais nas quais se baseia. A comprovação das hipóteses não é uma simples questão empírica como o querem vários autores neoclássicos importantes, mas envolve a complicação mais séria de especificar quais os elementos determinantes em relações empiricamente observadas.

Um ponto importante para o problema do emprego é a noção de equilíbrio. Os neoclássicos postulam que o sistema econômico tende permanentemente ao equilíbrio. Como explica Hicks², a igualação do salário à produtividade marginal não é uma relação que possa ser assumida ao pé-da-letra. O mercado de trabalho está em permanente movimento na busca de um nível de equilíbrio, o qual, também, está em constante alteração. Este contínuo movimento é a consequência de "mudanças nos determinantes últimos da atividade econômica" (mudança

¹Estão incluídas nesta categoria todas as economias que ainda não atingiram a "maturidade" de seu desenvolvimento capitalista. Estão compreendidas neste conceito economias de diversos graus de desenvolvimento.

²HICKS, John R. The Theory of wages. London, MacMillan, 1968, p. 18.

nos gostos, no conhecimento, nos recursos naturais, e na oferta e eficiência dos fatores de produção em geral). Nesta noção está implícita, também, outra hipótese crucial da teoria neoclássica e que se refere à ausência de graus de precedência na determinação das variáveis macroeconômicas. Tudo depende de tudo; no presente caso, ao mesmo tempo que os salários devem igualar-se à produtividade marginal, exercem influência nas decisões dos empresários quanto às técnicas a serem utilizadas ou aos setores nos quais investir, o que tem novas implicações sobre a produtividade marginal.

Reportando-se aos aspectos que parecem essenciais na conformação das "curvas de oferta e de demanda" de trabalho, a noção neoclássica de demanda por trabalho em termos macroeconômicas relaciona quantidades demandadas com o preço do fator, ou seja, a taxa de salários.

O problema da agregação da demanda por trabalho é uma das diferenças cruciais do sistema Keynesiano de determinação dos salários em relação ao neoclássico. Keynes adota as hipóteses neoclássicas ao nível microeconômico, pelas quais supõe que as empresas operam segundo critérios de maximização, que as levam a igualar o valor da produtividade marginal do trabalho com a taxa de salários nominal. A demanda global de trabalho, todavia, não depende da agregação ceteris paribus e estática das curvas individuais das empresas. Ao contrário, esta é determinada pelo princípio da demanda efetiva, em que o gasto agregado dos capitalistas e consumidores determina o nível de produção e de emprego.

A concepção neoclássica de equilíbrio no mercado de trabalho passa por cima da distinção entre salários nominais e salários reais. Para Keynes, ao contrário, negociado o salário nominal, o real seria uma conseqüência a posteriori da operação do sistema econômico, dependendo do nível de produção, dadas a demanda efetiva e funções de produção, com rendimentos decrescentes, a nível microeconômico.

Referindo-se ainda ao mundo neoclássico, em alguns aspectos, a crítica Keynesiana a Pigou foi capaz de mostrar

o caráter incompleto e indeterminado do modelo neoclássico de equilíbrio no mercado de trabalho.

Os elementos responsáveis por esta indeterminação são dois. O primeiro seria a noção neoclássica da função de oferta de trabalho em termos de salários reais; o segundo é uma crítica mais geral à teoria neoclássica e se vincula à hipótese de que o sistema possui mecanismos que tenderiam permanentemente a garantir o pleno emprego. BCME - BIBLIOTECA

Vale ainda observar, no que respeita à função de demanda por trabalho, que existem corpos teóricos alternativos à teoria neoclássica, tanto do ponto de vista microeconômico quanto da própria concepção de separação (e portanto agregação) micro-macro. Assim, por exemplo, Kalecki foi capaz de integrar a teoria da demanda efetiva com uma concepção totalmente diversa da Keynesiana quanto ao funcionamento da firma. Kalecki supõe que as empresas tendem a operar sempre com margens flutuantes de capacidade ociosa, atuando portanto numa faixa em que os custos seriam constantes e não crescentes. Neste contexto é inconcebível a própria noção de "produtividade marginal" de qualquer "fator" como uma variável à qual se deve ajustar sua remuneração.

O trabalho de Lewis³, publicado originalmente em 1954, é, até agora, a principal formulação teórica disponível para a determinação do emprego em economias atrasadas. A função de demanda por trabalho é perfeitamente neoclássica: os capitalistas empregariam trabalhadores até o ponto em que sua produtividade marginal igualasse o salário de subsistência.

Em face do problema de emprego ser mais grave quando se trata de economias atrasadas, serão utilizadas neste capí

³ LEWIS, W. Arthur. El Desarrollo economico com oferta ilimitada de trabajo. In: AGARWALA, A, N. & SINGH, S. P. La Economia del subdesarrollo. Madrid, Tecnos, 1963.

tulo as contribuições de Marx⁴ e Souza⁵ sobre a determinação do emprego nessas economias, em razão de suas teorias mais se ajustarem a essa realidade.

Vale ainda ressaltar que os conceitos de Souza⁶ neste capítulo são diferentes daqueles adotados pela terminologia corrente.

1.2 - Acumulação, Emprego e População Excedente.

Uma economia capitalista tem suas leis de desenvolvimento próprias, o que leva à acumulação determinar a um só tempo o emprego e a população excedente. Isto é mais verdadeiro para uma economia capitalista periférica, dependente do movimento de acumulação mundial.

Segundo Marx⁷, no modo de produção especificamente capitalista, as necessidades crescentes de valorização determinam que o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e a conseqüente mudança na composição orgânica do capital não apenas acompanham o progresso da acumulação, mas também avançam com rapidez muito maior, porque a acumulação simples do capital ou o aumento absoluto do capital total é acompanhado pela centralização dos seus elementos individuais.

O que se tem é que com a acumulação, há necessidade de aumentos crescentes de produtividade, o que implica numa alteração na relação entre capital constante e capital variável. Ou seja, ao crescer o capital, emprega-se cada vez me-

⁴MARX, Karl. O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

⁵SOUZA, Paulo Renato Costa. A Determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, UNICAMP, 1980. (Tese de Doutorado. Mimeo).

⁶IBIDEM, p. 48-90.

⁷MARX, Karl. Op. Cit. p. 430-746.

força de trabalho e, por outro lado, aplica-se cada vez em meios de produção. Sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital global, ao invés de crescer proporcionalmente com ele. Diminui em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada quando essa grandeza aumenta. O aumento do capital global cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor. Reduzem-se os intervalos em que a acumulação resulta da ampliação da produção sem alterar-se a base técnica.

BCME - BIBLIOTECA

É necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional determinado de trabalhadores ou mesmo, em face da constante metamorfose do "capital velho", para continuar ocupando os trabalhadores que se encontram empregados. Demais, a acumulação crescente e a própria centralização causam as mudanças na composição do capital ou nova redução acelerada de sua parte variável em relação a constante. Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua, relativamente. Isto é, ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.

Portanto, a demanda e a oferta de mão-de-obra, aqui, dependem da acumulação capitalista.

Reportando-se ao capital social global, verifica-se que ora o movimento de sua acumulação provoca mudanças periódicas, que influem em sua totalidade, ora causa mudanças simultâneas e diferentes nos diversos ramos de produção. Em

alguns ramos, ocorre mudança na composição do capital, sem aumentar sua magnitude absoluta, em face de mera centralização. Em outros, o crescimento absoluto do capital corre paralelo com a redução absoluta de sua parte variável ou da força de trabalho por ele absorvida. E em outros ainda, o capital prossegue aumentando em dada base técnica e atrai força de trabalho adicional à proporção que cresce, ou ocorre mudança orgânica, contraindo-se sua parte variável. Em todos os ramos, o aumento do capital variável ou seja, do número de trabalhadores empregados está sempre associado a flutuações violentas e à formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contundente de repulsão dos trabalhadores já empregados, ou pelo menos visível, porém não menos real, da absorção mais difícil da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros.

Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa dos trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Por outro lado, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital como reflexo das alterações na sua composição técnica, e um número crescente de ramos de produção é atingido, simultaneamente e alternativamente, por essas mudanças. Por conseguinte a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela relativamente, uma população supérflua. Esta é uma lei da acumulação peculiar ao modo capitalista de produção.⁸

Entretanto, não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar a sua vontade, pre

⁸MARX, Karl. Op. Cit. p. 732 e 733.

cisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural.

Permanecendo o mesmo número dos trabalhadores empregados ou até diminuindo, o capital variável aumenta se o trabalhador individual fornece mais trabalho, aumentando assim seu salário, embora permaneça o mesmo o preço do trabalho, ou até caia, desde que essa queda seja mais lenta que o incremento da quantidade de trabalho. O acréscimo do capital variável é então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados. Cada capitalista tem total interesse de extrair determinada quantidade de trabalho de menor número de trabalhadores, desde que o custo salarial de maior número seja igual ou até menor. Com maior número, aumenta o dispêndio de capital constante em relação à quantidade de trabalho mobilizado, se o número é menor, esse dispêndio crescerá muito mais lentamente. Quanto maior a escala da produção, tanto mais decisivo é este motivo. Seu peso aumenta com a acumulação do capital.

Portanto, a produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança mais rapidamente do que a transformação técnica do processo de produção, acelera-se com o progresso da acumulação, e do que o correspondente decréscimo proporcional do capital variável em relação ao constante. Se os meios de produção, ao aumentarem sua extensão e sua eficácia, se tornam em menor grau, meios de emprego dos trabalhadores, temos de considerar ainda que essa relação é modificada pelo fato de o capital, à medida que cresce a produtividade do trabalho, aumentar sua obtenção de trabalho mais rapidamente que sua procura de trabalhadores. O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em face do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mes-

no tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social.

Seguindo ainda Marx⁹, vale ressaltar que a superpopulação relativa aparece sob as mais diversas formas. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado. As fases alternadas do ciclo industrial fazem-na aparecer ora em forma aguda nas crises, ora em forma crônica, nos períodos de atividades menos intensivas. Porém, além dessas formas principais que se reproduzem periodicamente, assume ela de forma contínua, as três formas seguintes: flutuante, latente e estagnada.

Há ainda a considerar o pauperismo, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa. Não considerando os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, etc., esta camada social consiste de três categorias: 1) os aptos para o trabalho; 2) os órfãos e filhos de indigentes; e 3) os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. O pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital sempre encontra um meio de transferi-la para a classe média inferior.

1.3 - A Determinação do Emprego em Países Atrasados

Souza¹⁰ não adota a hipótese de absorção de mão-de-obra "a la Lewis" por parte do núcleo capitalista, mas concebe uma relação dinâmica entre as diversas esferas produtivas

⁹ IBIDEM, p. 743.

¹⁰ SOUZA, Paulo Renato Costa. Op. Cit. p. 4.

vas. "O espaço econômico" reservado às formas mais tradicionais de organização da produção se contrai e se reproduz ao sabor dos impactos que recebe em consequência da expansão mais ou menos rápida e diversificada do núcleo capitalista. Nestes espaços o número de pessoas que deve buscar sua subsistência, altera-se também ao compasso da acumulação capitalista.

As teorias que partem do funcionamento da economia como o determinante do emprego e dos salários reconhecem a transitividade e especificidade histórica do capitalismo. Isto quer dizer que, ao nível de um país, é preciso que exista um mínimo de desenvolvimento das forças produtivas para que seja possível a análise.

BCME - BIBLIOTECA

Segundo Souza¹¹, isto pressupõe que a economia em discussão tenha uma base industrial que permita cumprir duas condições essenciais. Primeiro, é preciso que se tenha constituído o mercado de trabalho geral da indústria, ou seja, é necessário que existam condições mínimas de concentração espacial e de mobilidade do trabalho para que se possa realmente postular a existência de uma taxa de salários comum para a indústria. Segundo, a acumulação deverá ter completado uma base técnica mínima necessária para que a articulação dos diversos setores econômicos ofereça condições para que a economia em tese possa ter algum grau de autonomia em relação à sua própria dinâmica.

Entretanto, o acima referido não significa que antes de cumprirem-se estas condições seja impossível tratar do problema dos salários e de emprego nas economias atrasadas.

As hipóteses e relações aqui adotadas são as mesmas estabelecidas para o caso de uma economia qualquer, isto é, são consideradas duas ordens de fatores que explicam a determinação dos salários: a necessidade de correspondência entre uma dada taxa de salários e o processo de acumulação de capi

¹¹ IBIDEM, p. 70.

pital, e o poder de negociação das classes sociais na luta pela repartição do produto. A determinação de uma taxa de salários verificar-se-ia, por conseguinte, através da interação e conjunção de uma série de fatores.

Parte-se do princípio de que é preciso considerar conjuntamente o "nível" e a "estrutura salarial" porque existe uma estreita vinculação entre seus determinantes básicos. Porém, ambos devem ser compatíveis com a estrutura de consumo da economia.

BCME - BIBLIOTECA

Para considerar conjuntamente as duas variáveis (nível e estrutura salarial), deve-se fazer um pequeno ajustamento no conceito de taxa de salários em relação ao seu tratamento habitual pela literatura econômica. Destarte, é conceituada a taxa de salários de uma economia como a remuneração do trabalho direto não qualificado no seu núcleo verdadeiramente capitalista. Esta variável constituir-se-á portanto, no "piso" salarial, sobre o qual estrutura-se a distribuição dos salários. Apesar da distinção analítica, na prática a vinculação entre os dois conceitos pode assumir um certo grau de interdependência. Assim sendo, o valor que a taxa de salários assume pode condicionar em certa medida a amplitude das diferenciações salariais: quanto mais baixa for, maior a possibilidade de uma distribuição mais desigual e vice-versa.

Na sua análise sobre a determinação do emprego e dos salários pelo sistema econômico em economias atrasadas, Souza¹² enfrenta o desafio de mostrar o papel que cumpre o grande contingente de mão-de-obra ocupada em formas não tipicamente capitalistas de organização.

A análise dos problemas relacionados à força de trabalho está restrita aos seus integrantes — os proletários. Estes são conceituados como pessoas que, despojadas da propriedade dos meios de produção, devem vender sua força de

¹²IBIDEM, p. 75-90.

trabalho como única forma para garantir sua subsistência. As categorias "Exército de Trabalhadores em Atividade" e "Exército Industrial de Reserva", por conseguinte, abarcam apenas os integrantes da força de trabalho.¹³ Excluídos desta conceituação, os ocupados em formas não tipicamente capitalistas de organização.

A clareza destes conceitos é realçada em face dos embaraços de várias análises, referidas especialmente às economias atrasadas, as quais discutem o caráter marginal, ou, não, da grande massa de trabalhadores que estão fora do núcleo tipicamente capitalista da economia. Este ponto é essencial para a análise da acumulação em economias atrasadas: se o referido contingente é marginal, sua existência não afeta o dinamismo do sistema e a taxa de salários não se relaciona com o "excedente total de mão-de-obra"; se não é, essa massa pode ser entendida como parte do exército industrial de reserva, e torna-se importante a qualificação de seu papel na determinação dos baixos salários que em geral caracterizam essas economias.

BCME - BIBLIOTECA

As razões que explicam esta recolocação do problema são duas. A primeira, trata-se de uma questão empírica. A grande massa de "não-proletários" tem condições de vida que são obviamente inferiores, em geral, às dos proletários (isto não quer dizer que todos os ocupados nas formas de organização não tipicamente capitalistas tenham rendas inferiores aos assalariados). Num pensamento análogo ao neoclássico, repete-se com muita freqüência, o argumento de que esta massa cumpriria algumas das funções de exército industrial de reserva, porque estaria constantemente pressionando para empregar-se no núcleo capitalista; Em segundo lugar, é também cla

tância

¹³ Paulo Roberto conceitua força de trabalho como o conjunto de assalariados nas formas tipicamente capitalistas de organização, mais as pessoas que estão procurando emprego. Ressalta ainda que em geral, as análises sobre a situação ocupacional tornam esse conceito como sinônimo de População Economicamente Ativa - PEA, que inclui todos os ocupados mais os desempregados "abertos" (que estão procurando emprego).

ro que — ao contrário do caso clássico — não se tem nesta massa de "não-proletários" apenas as pessoas que ainda possuem meios de produção. Em outras palavras, sua maioria está constituída por pessoas que objetivamente foram expropriadas de seus meios de produção, ou que possuem meios muito "precários" de produção, como por exemplo, tabuleiro de vendedor ambulante, ferramentas de "biscateiro", caixa de engraxate, mas que estão sobrevivendo graças à sua renda nas formas não tipicamente capitalistas de organização de produção.

Para a resolução desse problema torna-se necessário o exame do impacto da acumulação capitalista sobre as outras formas de organização da produção e sobre a estrutura do emprego. Aqui é feita uma espécie de esboço geral do movimento de acumulação em relação a essas questões. Objetiva-se que esse esboço possa ser identificado tanto em economias atrasadas quanto nas economias industrializadas, em diversas etapas de seu processo de desenvolvimento.

1.3.1 - Acumulação e Destinação do "Espaço Econômico"

Segundo Souza¹⁴, o "espaço econômico" de uma economia ou de um país qualquer é definido como sendo o volume total de sua produção de bens e serviços. Uma parcela desta produção se dirige ao mercado e outra é consumida pelas próprias pessoas que a elaboram. A produção para o mercado é realizada por unidades econômicas de natureza diversa, a partir de empresas tipicamente capitalistas até simples trabalhadores autônomos.

A acumulação capitalista apesar de depender da existência de um mercado suficientemente amplo e concentrado para permitir um elevado grau de divisão do trabalho, promove a expansão do mercado num mecanismo de retroalimentação. Par

¹⁴IBIDEM, p. 77 e 78.

tindo-se de uma situação teórica em que o abastecimento de um determinado mercado fosse feito de forma exclusiva por empresas mercantis simples (não tipicamente capitalistas) ter-se-ia uma evolução ao longo do tempo, em que as formas tipicamente capitalistas de organização iriam penetrando e ampliando esse mercado, desalojando do mesmo as formas empresariais pré-existentes.

O processo de penetração das formas tipicamente capitalistas de organização nos distintos mercados é inexorável e pode estar ou não associado a um maior grau de "eficiência econômica" em termos microeconômicos. Muitas vezes a empresa tipicamente capitalista destrói a pequena produção, apesar de oferecer produtos de menor qualidade e de sua "produtividade" microeconômica ser também inferior. Nestas situações, a penetração da empresa capitalista justifica-se pelo poder econômico e, conseqüentemente, por sua capacidade de dominar o mercado.

BCME - BIBLIOTECA

Todavia, isso tudo não significa que o espaço econômico da pequena produção tenda a desaparecer ao longo do processo de desenvolvimento capitalista de uma economia qualquer. Ocorre o contrário, esse espaço pode até mesmo crescer em termos absolutos. Em algumas atividades, a penetração das empresas capitalistas destrói a pequena produção; os pequenos armazéns e o pequeno comércio tem seu "espaço econômico" ocupado pela instalação dos supermercados. Porém, as mesmas pequenas empresas têm possibilidade de reproduzir-se nos bairros novos das cidades onde o mercado ainda não é o suficientemente concentrado para permitir a instalação das empresas tipicamente capitalistas. Da mesma maneira, a instalação de alguns ramos industriais muito modernos como a indústria de eletrodomésticos ou a automobilística, tendem a criar novos espaços para a reprodução de pequenas empresas familiares na comercialização, reparação, licenciamento, etc., deste tipo de bens. Outras vezes, a expansão de grandes organizações supõe a articulação orgânica de pequenas empresas, que são formalmente independentes. Assim, as gran-

das cadeias de restaurantes nos Estados Unidos mantêm sub-contratos com um grande número de pequenos proprietários, que integram a cadeia ao lado de estabelecimentos que não de fato, propriedade do grupo econômico respectivo. Da mesma forma, muitas agro-indústrias (fumo, açúcar, etc.) articulam um grande número de pequenos proprietários rurais que lhes fornecem os insumos básicos.

Neste contexto, Souza¹⁵ afirma que o núcleo realmente capitalista de uma economia, no seu movimento de expansão, cria, destrói e recria os espaços econômicos nos quais atua a pequena produção não tipicamente capitalista. Afirma ainda aquele que é neste sentido que os espaços econômicos da pequena produção são perfeitamente determinados pelo núcleo capitalista. Isto quer dizer que a pequena produção não tem capacidade de gerar seu próprio espaço econômico numa economia em que o capital já é dominante.

Por estas razões o mercado dos pequenos produtores não tem condições de crescimento autônomo. Ao crescer é "engolido" pelo capital. Daí porque não se deve considerar essas organizações não-tipicamente capitalistas como um "modo de produção separado". Ou seja, não obstante o grau de aparente independência econômica que as mesmas têm em relação ao capital, num determinado momento, sua dinâmica, em última instância, depende totalmente dos movimentos deste último.

1.3.2 - Acumulação e Estrutura do Emprego

Aqui é tratado o que ocorre com o emprego quando se verifica o processo de acumulação de capital. Para isso, é necessário a consideração do conjunto de pessoas vinculadas à produção de bens ou serviços, que estejam disponíveis a transações em um mercado. Isto leva ao conceito moderno de

¹⁵ IBIDEM, p. 79.

"População Economicamente Ativa", que abarca todos os empregados assim como os patrões que administram seus negócios e os ocupados nas organizações não tipicamente capitalistas, inclusive os que produzem bens para autoconsumo.

À medida em que o processo de acumulação de capital se desenvolve, juntamente com a crescente participação das empresas capitalistas no "espaço econômico", vai aumentando sua gravitação no emprego total. A mão-de-obra que estava originalmente ocupada nas formas não tipicamente capitalistas de produção, vai sendo liberada de suas funções, dada a destruição de seu mercado pela penetração capitalistas, necessitando, por conseguinte, buscar outro meio de subsistência. Se for possível reproduzir a pequena produção em outra área ou outra atividade urbana ou rural, a mão-de-obra deslocada pela penetração capitalista procurará recriar seu modo de vida anterior¹⁶. Acontece que muitas vezes esta reprodução não é possível (pelo menos, de imediato), ou porque o processo de destruição da mesma produção chegou ao extremo da expropriação dos meios de produção, ou porque faltam os conhecimentos suficientes para a mudança de uma atividade a outra. Nestes casos, a destruição da pequena produção significa, imediatamente, a proletarização desta mão-de-obra que deve assalariar-se para ganhar sua subsistência.

Por sua vez, o núcleo capitalista de uma economia satisfaz suas necessidades de mão-de-obra através da incorporação desses trabalhadores deslocados da pequena produção, como também da incorporação dos contingentes resultantes do crescimento natural da força de trabalho urbana. O ritmo desta incorporação dependerá do ritmo de crescimento do produto e da técnica utilizada, que impõe determinados coeficientes de mão-de-obra requeridas. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo, a concorrência entre os capitais levou a concentração crescente, ao aumento da composição orgânica do capi-

¹⁶IBIDEM, p. 81.

tal e à diminuição da mão-de-obra requerida por unidade de produto.

Algumas vezes, em decorrência do alto ritmo do crescimento da população e do rápido processo de destruição do espaço da pequena produção rural e urbana, o ritmo de crescimento da "oferta" de mão-de-obra é tão rápido, que o núcleo capitalista da economia não necessita manter empregado o estoque "acumulado" de todas as pessoas que sofreram o processo de proletarianização. Nestes casos, os contingentes liberados ou não absorvidos, lutarão pela subsistência atuando nos espaços reservados à pequena produção mercantil simples.¹⁷ Nesta situação, deixam a força de trabalho e passam a fazer parte do emprego não tipicamente capitalista.

Em síntese, a penetração das formas tipicamente capitalistas de organização no espaço econômico e sua gravitação sobre o emprego total, são regidas por leis completamente diferentes e não têm porque se harmonizar. A única lei geral que relaciona os dois movimentos é a de que nunca o capital pode se reproduzir se não contar com a mão-de-obra necessária. Isto é, a "oferta" de trabalhadores — resultado da destruição das formas não tipicamente capitalistas e do crescimento da população — deve ser sempre superior a um determinado mínimo. Mas não existe garantia de que a "produção de força de trabalho" — ou o crescimento da "oferta" — não seja muito superior às necessidades do núcleo capitalista. Se isto acontece, a mão-de-obra sobrando tende a "retornar" à produção não tipicamente capitalista para ganhar sua subsistência. O espaço no qual atuará é também determinado pelo núcleo capitalista, mas nada assegura que esse espaço seja suficiente para proporcionar um nível de renda "adequado" aos aí ocupados. Se a relação entre as duas dimensões for "adequada", o nível de renda será alto; se não o for, relegará à miséria uma parte grande desse contingente de pessoas.¹⁸

¹⁷IBIDEM, p. 82.

¹⁸IBIDEM, p. 82.

Agora é mostrada a mesma questão do ponto de vista das pessoas envolvidas no processo. São excluídas da análise as que foram transformadas em autênticos trabalhadores urbanos, com hábitos, ideologia, educação, formação, etc., que os condicionam a ser apenas empregados, de qualquer nível.

A atenção é centrada, por conseguinte, na grande quantidade de pessoas que tiveram alguma experiência de trabalho na pequena produção urbana ou rural. Da mesma maneira que a vivência dos verdadeiros proletários urbanos os condiciona a ser apenas proletários, a experiência de vida dos autônomos e dos trabalhadores familiares os induzem como ideal, a reproduzir a pequena produção. Seu "modo de vida" faz com que prefiram o trabalho autônomo ao assalariado. Em tais casos, a busca de trabalho assalariado somente ocorre quando a possibilidade de sobreviver na pequena produção se esgotou totalmente, num determinado instante.

Em se tratando das atividades agrícolas, esta impossibilidade de continuar na ocupação ocorre quando é impossível o acesso à terra (a qualquer extensão de terra que permita a subsistência mínima); no caso das atividades urbanas o mesmo tem lugar quando o mercado é ocupado pela produção capitalista. Neste momento, o pequeno produtor passa a integrar a força de trabalho mobilizada, sendo parte do "Exército Industrial de Reserva". Se este mesmo trabalhador for absorvido por uma empresa capitalista, passará ao "Exército de Trabalhadores em Atividade". Se não o for, e conseguir recriar a pequena produção em outra área ou outra atividade, deixará novamente a força de trabalho.

BCME - BIBLIOTECA

1.3.3 - Superpopulação Relativa e Exército Industrial de Reserva

O conceito de "superpopulação relativa" está referido à ótica da força de trabalho e engloba a todas as pessoas que fazem parte da "População Economicamente Ativa", mas que

não estão empregadas no núcleo verdadeiramente capitalista da economia. Incluídos, no mesmo, tanto as empresas capitalistas, quanto o Serviço Público. Já o conceito de Exército Industrial de Reserva, por seu turno, constitui apenas uma parte da superpopulação relativa, isto é, aquela formada pelas pessoas que, num determinado momento, estão realmente mobilizadas como autêntica força de trabalho e, portanto, disponíveis para o capital.

A interpretação de Souza sobre estes dois conceitos encontra suporte na própria tradição marxista. Pois, na contribuição de Marx pode-se distinguir dois momentos bastante diferenciados. No primeiro, está se referindo à acumulação e à necessidade de o capital criar uma reserva de força de trabalho. No segundo, ele examina as formas concretas que assume a superpopulação relativa. Contudo, não é claro que essas formas sejam elementos quantitativamente mensuráveis para estabelecer com precisão o tamanho do Exército Industrial de Reserva.

Segundo Souza¹⁹ poderíamos, portanto, estar em presença de conceitos diferentes, um referido à ótica da acumulação, outro à ótica da força de trabalho. O grau de mobilização para o trabalho, em dado momento, das pessoas ocupadas nas diferentes formas de organização, não seria homogêneo. Ao contrário, o próprio Marx inclui nas suas categorias grupos de pessoas que, em termos atuais, vão desde "desempregados abertos procurando emprego" até "desempregados ocultos", que não são mobilizados, a não ser em casos de especial escassez de mão-de-obra. Em outras palavras, é um conjunto heterogêneo de pessoas com diferente grau de disponibilidade para uma imediata inserção na força de trabalho. O Exército Industrial de Reserva seria, portanto, uma espécie de conceito "qualitativo" referido à população excedente. É preciso que uma parte ao menos da superpopulação tenha a "qualidade"

¹⁹IBIDEM, p. 84-86.

de ser "Exército Industrial de Reserva", porque esta qualidade é requerida para a reprodução do capital.

Esta forma de encarar o problema permite entender duas questões importantes no funcionamento do mercado de trabalho em países atrasados. A primeira é o que se denomina "o paradoxo da abundância com escassez", que se refere a "falta" de mão-de-obra, inclusive de baixa qualificação. Para entender este paradoxo é necessária a análise das características do processo de incorporação de força de trabalho pelo sistema econômico. A mão-de-obra colocada à disposição do capital pela destruição da pequena produção é absorvida, num primeiro instante, pela economia capitalista. Esta, todavia, não é capaz de absorver o fluxo acumulado de trabalhadores que são lançados na cidade. Assim, o sistema econômico não necessita manter permanentemente mobilizada, a totalidade da mão-de-obra que sofreu algum processo de proletarização. Uma parte pode retroceder a formas de organização mais primitiva, posto que seu processo de transformação em força de trabalho foi parcial — trata-se de semi-proletários. Para que essa mão-de-obra esteja novamente disponível para integrar a força de trabalho, é necessário que a expansão do núcleo capitalista da economia destrua a atividade na qual se refugiou, ocupando fisicamente seu "espaço econômico" e lançando-a à necessidade de buscar o assalariamento para subsistir.

BCME - BIBLIOTECA

Sob o ângulo do conjunto do sistema, portanto, a superabundância de mão-de-obra não se traduz em uma ilimitada disponibilidade de força de trabalho imediata. Ao contrário, em algumas conjunturas em que a demanda por mão-de-obra se acelera mais do que o ritmo "normal" ou em que aumentam conjuntamente as necessidades de mão-de-obra nas zonas rurais (coincidência de ciclos agrícolas devido a alterações climáticas, por exemplo, fazendo superpor-se diferentes épocas de colheitas), produz-se verdadeira "escassez" no mercado de trabalho urbano durante períodos determinados.²⁰

²⁰IBIDEM, p. 88.

Em segundo lugar, pode-se entender algo do movimento dos salários associados às transformações na estrutura do emprego. A análise ortodoxa supõe que o núcleo capitalista da economia deve pagar salários sempre superiores à renda não capitalista para "atrair" os trabalhadores e garantir, dessa forma, uma oferta perfeitamente elástica. A análise de Souza, ao contrário, supõe que o sistema ajusta suas necessidades de mão-de-obra mediante a ordenação dos movimentos desta mão-de-obra e não por meio do estabelecimento de diferenças nas remunerações. Como visto, o sistema normalmente é capaz de satisfazer suas necessidades com a mobilização de trabalhadores ocupados em outras esferas produtivas, o que significa que a taxa de salário pode situar-se em qualquer nível, não necessitando guardar relação com a renda na economia não capitalista. Isto porque os trabalhadores que se incorporam ao exército de proletários não têm outra opção, no momento em que o fazem (seu "custo de oportunidade" é zero, em termos neoclássicos).

Todavia, quando se verificam as situações de verdadeira escassez de mão-de-obra no mercado (em face da aceleração da demanda a ritmo superior ao fluxo de oferta) é possível, e até mesmo normal, que os salários se elevem, dado que os capitalistas disputam a mão-de-obra disponível. Isso não quer dizer, entretanto, que seja o aumento de salários o mecanismo usado para atrair mais gente, ocupada em outras formas de organização. O equilíbrio dinâmico entre os fluxos é restabelecido por outras vias, seja porque a economia capitalista ao se expandir muito rapidamente destrói mais violentamente o emprego em outras formas de organização, seja porque o ritmo de crescimento da demanda por mão-de-obra diminui por efeito de alguma reversão cíclica, ou ainda porque o sistema usa a coação para aumentar a oferta de trabalhadores.²¹ Restabelecido o equilíbrio entre os "fluxos", o sistema recobra margem de liberdade para a fixação da taxa de salários.

²¹IBIDEM, p. 89.

As considerações anteriores levam à compreensão de como a população ocupada nas formas de organização não tipicamente capitalistas podem rebaixar os salários no núcleo capitalista da economia, debilitando o poder de negociação dos trabalhadores. Em uma economia com vasto excedente de mão-de-obra, por conseguinte, é muito provável que o nível da taxa de salários que resulta da interação dos elementos vinculados ao processo de acumulação e à negociação salarial, situe-se nos níveis inferiores do espectro de possibilidades. Isto não quer dizer, contudo, que esta seja a única solução possível e que os trabalhadores, organizadamente, não possam impor barreiras à pressão latente do excedente de mão-de-obra. Para compreensão do último ponto é necessário precisar como ocorre essa pressão.

BCME-BIBLIOTECA

Primeiramente, se tem um efeito depressivo direto sobre os salários, exercido pelo Exército Industrial de Reserva propriamente dito, ou seja, pela parte relativamente pequena do excedente de mão-de-obra que, em um dado momento, está mobilizada como verdadeira força de trabalho sem ocupação no núcleo capitalista da economia. Em segundo lugar, deve-se considerar o resto do excedente ocupado nas formas não tipicamente capitalistas de organização. Se é verdade que a mesma não exerce pressão direta sobre os salários, sua existência e magnitude aumentam os graus de liberdade para o núcleo capitalista na busca de soluções para eventuais problemas de escassez de mão-de-obra. Nestas situações, o sistema pode simplesmente "apertar o cerco", aumentando o ritmo em que destrói o emprego não capitalista para incrementar o Exército Industrial de Reserva não mobilizado. Nesta maior mobilização o sistema vale-se de qualquer instrumento, desde a simples pressão estritamente econômica sobre as pequenas unidades, até a utilização da lei e da força pública para impedir a proliferação de atividades autônomas e para obrigar a população ao trabalho assalariado. Assim, indiretamente, o tamanho do excedente global de mão-de-obra é um fator a ser considerado na determinação do poder de negociação dos trabalhadores do núcleo capitalista da economia.

Esta interpretação, portanto, é bastante diferente das que afirmam a impossibilidade de aumentar a taxa de salários na economia, enquanto persistir o atual nível de excedente de mão-de-obra, porque, de uma ou outra maneira, esse aumento seria desfeito na prática pela pressão da população sobrante. A idéia aqui exposta argüi pela dificuldade em vez de impossibilidade. O desenvolvimento da luta sindical pode, contudo, formar algumas estruturas que garantam um certo grau de proteção dos ganhos dos trabalhadores em relação a eventuais pressões externas.

CAPÍTULO II

2. ASPECTOS DA ECONOMIA ACREANA: 1870 — 1914

BCME - BIBLIOTECA

2.1 - Uma Economia Dependente do Capital Externo

A economia acreana, na sua origem confunde-se com a gênese da economia da borracha, pois, constitui esta, atividade principal ou mesmo exclusiva, daquela. Igualmente à economia brasileira de algumas décadas atrás, a acreana pode ser considerada como uma economia primário-exportadora tradicional, estruturada na extração/exportação da borracha e dependendo totalmente das flutuações do mercado internacional.

A nível externo, já foi ressaltada por vários autores a grande corrida pelo domínio das fontes de matérias-primas e mercados, que marcou o último quartel do século XIX, caracterizando o processo que muitos qualificam como de "neo-colonialismo", reproduzindo em parte, o fenômeno das grandes descobertas do início dos séculos XV e XVI.

O movimento neo-colonialista que se verificou no século XIX foi de forma a repartir a África e a Ásia entre as grandes potências de então, em expandir a influência das grandes corporações sobre os países semi-coloniários, enfim, de fortalecimento do poder do grande capital monopolista e financeiro, e de sua política imperialista.

LENINE, no seu ensaio "O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo"¹, elaborou a tese de que a expansão colonialista de fins do século XIX foi resultado do próprio desen-

¹LENINE, Vladimir Ilich. O Imperialismo fase superior do capitalismo. In: Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, p. 586-671.

volvimento do capitalismo, o qual na sua fase superior assumiria, necessariamente, a forma de imperialismo.

Supõe LENINE² que a exportação de capital é característica do capitalismo "maduro", isto é, do capitalismo altamente concentrado. A tendência inerente à concentração levaria ao capitalismo monopolista, o qual não poderia sobreviver sem a saída para o exterior.

BCME - BIBLIOTECA

Então, o caráter fundamental do imperialismo é o monopólio tanto na acumulação de capital, como na produção.

Ainda seguindo LENINE, as características do imperialismo seriam as seguintes:

- 1 - A concentração da produção e do capital tendo atingido a um nível tão alto que ela cria monopólios de importância decisiva na vida econômica.
- 2 - A fusão de capital bancário com o capital industrial leva ao surgimento de uma oligarquia financeira na base do capital financeiro.
- 3 - A organização metódica da exportação de capital obtém importância especial para a expansão capitalista.
- 4 - As potências capitalistas lutam pela nova partilha territorial do mundo.
- 5 - Associações de capitalistas internacionais de caráter monopolista formam-se e partilham entre si o mundo.

E estas características se fizeram presentes a partir do final do século passado. Aquele período foi marcado pela emergência do chamado capital monopolista, das corporações gigantescas, de uma grande revolução no transporte automobilístico, pelo desenvolvimento da indústria química pesada, da eletricidade, da grande siderurgia, pela consolidação

²IBIDEM, p. 621-625.

do capital financeiro — fusão do capital bancário e industrial —, e pela emergência de novas potências como Japão, Estados Unidos e Alemanha.

Por seu turno, o capital monopolista assume, na virada do século, a exportação de capitais e a monopolização das fontes de matérias-primas, como tentativa decisiva de impedir a queda da taxa de lucro.

Mas, o interesse do grande capital internacional é se apossar das fontes da matéria-prima imprescindível no futuro, ao desenvolvimento da indústria automobilística. E essas fontes vão ser encontradas exatamente na Amazônia, que tem o Acre como um dos principais produtores da Região Norte.

Entretanto, para se chegar às fontes de matérias-primas no Acre, de forma a atender aos interesses internacionais reunidos em torno da comercialização da borracha, tornou-se imperioso desencadear um processo de pressões sobre a rede de negociantes internos e seringalistas que comandavam a produção na Amazônia, atingindo até seus representantes políticos nas administrações provinciais. Foi então esse o momento em que, avivada pela seca de 1877, assistia-se ao trágico movimento da população em retirada pelo sertão e litoral do Nordeste, tangida das fazendas e das pequenas propriedades.

Financiados por grupos econômicos internacionais através de uma complexa rede que envolvia exportadores, bancos e grandes empresas industriais, as Casas Aviadoras³ de Belém e Manaus e os seringalistas formaram grupos de agenciadores que recrutavam mão-de-obra nos portos do litoral e mesmo em

³As Casas Aviadoras se situavam em Belém e Manaus e eram assim chamadas porque, num sistema de escambo, portanto sem a intermediação da moeda, forneciam gêneros de consumo aos seringalistas em troca da borracha produzida. Essa relação entre seringalista e Casa Aviadora é denominada "Sistema de Aviamanto", o qual se repetia também entre seringalista e seringueiro. As Casas Aviadoras por sua vez, eram financiadas pelas Casas Exportadoras, que eram ligadas ao capital monopolista internacional.

pleno sertão.⁴ Resultou disso um êxodo dirigido, comandado em última instância pelos interesses econômicos de grandes empresas capitalistas norte-americanas e européias. Também, em grau subalterno, as administrações provinciais do Pará e do Amazonas participaram de operações de recrutamento de mão-de-obra, visando mais especificamente programas de colonização agrícola, que em geral fracassaram e acabaram por conduzir mais mão-de-obra para os seringais.⁵

É nesse quadro de expansão e consolidação do capital monopolista, do imperialismo, que se registra a ocupação econômica e a anexação das terras do Acre ao Brasil. A borracha era a matéria-prima cada vez mais necessária aos equipamentos industriais que surgiam, e a "revolução do automóvel" faria dela material indispensável nesse novo estágio tecnológico. Dessa forma, a migração nordestina para a Amazônia e a constituição de uma economia baseada na produção do látex devem ser entendidas dentro do quadro mais amplo da expansão capitalista mundial, e do papel subalterno que economias como a brasileira têm nesse processo. Ou seja, a corrente migratória de nordestinos para a Amazônia deve ser entendida como o momento da inserção da economia da borracha na expansão do capital monopolista do final do século passado e início do atual.

O que se quer mostrar aqui é que foi o interesse do capital estrangeiro que articulou as condições de emergência da economia da borracha no Brasil, através do financiamento da migração, efetuada por companhias de transportes (navegação), na sua grande maioria de capital estrangeiro, adminis-

⁴ OLIVEIRA, Luís Antonio Pinto de. O Sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. p. 18. (Tese de Metrado. Mimeo).

⁵ Veja importante análise sobre as experiências de Colonização Agrícola na Amazônia em SILVA, Moacir Fecury Ferreira da. A Emigração nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial. /s.l./ 1977. Mimeo.

trada e incentivada pelos Governos das Províncias do Amazonas e Pará, a partir de empréstimos estrangeiros.

A continuidade do processo migratório encontrou maiores facilidades com a República quando esta deu maior autonomia às antigas províncias (Estados) para tomarem empréstimos e negociarem com o capital estrangeiro, sem a interferência do poder central. Esta autonomia foi dada pela Constituição de 1891.

BCME - BIBLIOTECA

Assim, como não poderia deixar de ser, o povoamento da região acreana acompanhou todas as flutuações da economia da borracha, ditadas pelo grande capital internacional. No momento em que a demanda internacional de borracha se acelerava havia um fluxo migratório intenso para as terras acreanas. Por outro lado, quando se verificava queda na demanda e conseqüentemente na produção, havia um retorno de muitas pessoas para sua região de origem — o Nordeste.

Assim, a incorporação do Acre ao Brasil, no início deste século, se verificou em razão de interesses estrangeiros na busca da "goma elástica", transformada de "droga do sertão" em matéria-prima industrial. Definida como utilizadora de matéria-prima natural, a produção automobilística gerou as condições externas que impuseram a ocupação da principal região produtora de borracha — a Amazônia.

Do lado fundiário, o processo de ocupação definia a sua estrutura, formada sobre áreas ocupadas, cujas dimensões dependiam do adiantamento recebido pelo seringalista.

Posto que a penetração tinha como objetivo único a produção gumífera, não a exploração agrícola, o que interessava era a disponibilidade de árvores cuja densidade definia as propriedades em função da oferta de mão-de-obra.

O domínio dessas terras era reconhecidamente da Bolívia que instalara na região, em razão da produção da borracha, a estrutura administrativa que garantia a sua soberania (alfândega, tropas, etc.).

A estrutura da comercialização que se estabeleceu na

região tinha, todavia, suas bases principais em território brasileiro — Manaus e Belém — e contava com suporte de capitais ingleses, principalmente.

As condições externas determinadas pela concorrência entre capitais individuais — ingleses e americanos — provocaram uma mudança que resultou na estrutura fundiária com base na apropriação privada da terra.

Assim, a tentativa de um maior domínio sobre a região levou ao arrendamento pelo "Bolivian Syndicate"⁶, formado por capitais individuais, de toda a área do Acre pertencente à Bolívia, em princípios deste século, possuidora na ocasião da principal reserva de árvores de seringa (seringueiras).

Este fato resultaria no financiamento pelos grupos instalados no Pará e Amazonas, da luta armada pela conquista da área — a Revolução Acreana.

Os bolivianos, antes passivos com relação à ocupação do território acreano, passam, a partir de 1895, a ter uma política de pressões contínuas junto ao Governo brasileiro para o respeito ao Tratado de Ayacucho.⁷ Em 1898, o Governo brasileiro reconhece a soberania da Bolívia sobre as terras acreanas. Os brasileiros, todavia, lutam contra essa determinação, apoiados pelo Governo do Amazonas. Começa, então um ciclo de experiências independentistas no Acre. A expedição do espanhol Luiz Galvêz, financiada pelo Governo do Amazonas, é vitoriosa e é proclamada a República do Acre em 14 de julho de 1899. Mas o Governo brasileiro mantém o propósito de reconhecer a soberania boliviana, e a Marinha brasileira extingue a jovem República em 15 de março de 1900. Nova ex-

⁶ O Bolivian Syndicate era uma Companhia de Carta, como as que colonizaram o Sul da África.

⁷ Sobre a Revolução Acreana e a anexação do Acre ao Brasil, vide TOCANTINS, Leandro. Formação Histórica do Acre. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

pedição independentista é financiada pelo Governo do Amazonas, sendo derrotada pelos bolivianos em 24 de dezembro de 1900.

BCME-BIBLIOTECA

Uma nova expedição comandada pelo gaúcho Plácido de Castro (ex-oficial do Exército e ex-revolucionário federalista do Sul), também financiada pelo Governo do Amazonas, sai vitoriosa, os bolivianos expulsos e o Estado Independente do Acre proclamado a 27 de janeiro de 1903.

Com a mudança do Governo brasileiro (a saída de Campos Sales e a posse de Rodrigues Alves, tendo o Barão do Rio Branco como Chanceler), a política brasileira em relação ao Acre foi alterada. Rio Branco negocia o afastamento do Bolivian Syndicate, indenizando-o em 1903. O conflito nas terras acreanas é reconhecido e tropas brasileiras são enviadas para garantir o território. A incorporação do Acre ao Brasil se deu através do Tratado de Petrópolis, em 1903: O Brasil acorda um pagamento de dois milhões de libras à Bolívia, além da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, como indenização pelo território. O tratado prevê ainda o reconhecimento dos títulos de propriedade expedidos pelo Governo do Amazonas, pela Bolívia e pelo Estado Independente do Acre. Este último instalado durante a luta armada, uma vez que o Governo do Brasil só interfere no conflito em sua fase final, através de ação diplomática.

O interesse econômico pelas terras do Acre também iria funcionar como determinante principal no fluxo migratório de nordestinos para essa área, a partir de 1877.

É costumeira a referência à grande seca nordestina de 1877-79 como a principal explicação para a ocupação da região acreana.⁸ Entretanto, como realçado anteriormente, esses migrantes foram induzidos a se deslocarem para a Amazônia, seduzidos pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos

⁸Para melhor entendimento, veja FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 11a. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972, p. 131.

interesses da borracha. Grande parte desses nordestinos foi para o Acre trabalhar na produção gumífera, carente de mão-de-obra, naquele momento.

Vale ressaltar que o deslocamento do fluxo migratório de nordestinos para a Amazônia não estava garantido a priori. Paralelamente a essa fase de ascensão da economia da borracha no norte brasileiro, este é o momento também da expansão cafeeira no Sul do país. E esta economia esbarra nos limites do esgotamento da mão-de-obra escrava, impondo-se a imigração estrangeira como solução para o problema. O que se questiona aqui é: Por que a massa de migrantes nordestinos não se desloca para o Sul e se insere na expansão cafeeira, cada vez mais necessitada de braços?

Se considerarmos a situação relativa da borracha e do café na virada do século, veremos que apesar da grande expansão da produção e dos preços internacionais da borracha, a situação do café sempre será superior, o que certamente nos leva a pensar que teria sido vantajosa a migração nordestina para a região cafeeira, além de menos dispendiosa que a imigração estrangeira, se considerarmos os custos de transporte e outros custos decorrentes da imigração.

Então, o que consideraríamos como determinante tão forte para explicar a migração nordestina para a Amazônia?

Por um lado, existe toda uma resistência dos migrantes nordestinos a se transferirem para o Sul, para a economia cafeeira, que era vista por eles como uma economia escravidista, ao mesmo tempo que a volta de nordestinos, por exemplo, para o Nordeste, depois de enriquecidos, virou lenda, transformando a Amazônia, e em particular o Acre, em novo Eldorado, ante a perspectiva de enriquecimento rápido. Portanto, foi a economia gumífera a determinante que funcionou como atração de nordestinos para o Acre.

Vale considerar também que a viagem de nordestinos para o Acre era financiada, e o seu deslocamento para São Paulo não era financiado. Também, o nordestino se considera-

va um "brabo" em relação ao tipo de equipamento que utilizaria na lavoura do café.

2.2 - A Concorrência da Produção "racional" e o Declínio da Borracha Nativa.

BCME - BIBLIOTECA

2.2.1 - O processo de trabalho

A "goma branca" impõe regras rígidas à sua exploração. Esta é feita pelos mais rudimentares processos. Nada mais é que uma indústria típica de selva tropical, tanto nos seus aspectos técnicos, como nos econômicos e sociais. Diferentemente da agricultura e da indústria, nas quais a produção pode ser aumentada pela substituição do trabalho por capital, ou seja, introduzindo tecnologia, todo e qualquer aumento da produção no seringal tradicional depende exclusivamente da incorporação de novas árvores à produção e do aumento da força de trabalho empregada. Isto é, dada a restrita possibilidade de aumento da produtividade do trabalho nessa economia extrativista, e a inexistência de um mercado de trabalho, faz com que a migração seja condição necessária para o aumento da produção da borracha no Acre.

O processo de extração consiste em descobrir a seringueira e suas concentrações na floresta em que se distribui muito irregularmente, e colher o látex que forma a borracha. A "defumação", que é a fase final do processo de produção, consiste na coagulação do látex para se obter a "pêla de borracha". Aquela se efetua de forma bem rudimentar, qual seja: Na barraca de defumação o látex é despejado numa bacia de cerca de 1 m de diâmetro e prepara-se o fogo com madeira resinosa, lançando-se às labaredas sementes de palmeira, tais como ouricuri (a preferida), inajá ou tucumã. Assim que se desprende uma fumaça negra e espessa, cobre-se o fogo com o "boião defumador"⁹, cuja abertura superior canaliza a fuma-

⁹Espécie de forno de barro com uma chaminé.

ça. Retira-se o látex da bacia com uma cuia e derrama-se na parte larga de um pau, a taniboca, que é exposta à fumaça, acima da chaminé do boião, coagulando-se o látex pela ação do ácido carbônico. Molha-se de novo a forma de madeira, girando-a sempre lentamente para expô-la bem à fumaça. Repete-se a operação várias vezes, pelo mesmo sistema, interrompendo-se a formação da bola de borracha ao esvaziar-se a bacia. O trabalho continua no dia seguinte, ou nos dias subseqüentes, até alcançar a bola o peso de 10 a 15 quilos. Para a feitura de grandes bolas emprega-se uma "taniboca" dupla, cujos extremos se apóiam em forquilhas. Denomina-se "sernambi" a borracha que se coagula ao longo dos troncos no momento da extração do látex, ou o resíduo da defumação. Este produto e mais a "fina" e a "entrefina", formam os três tipos comerciais.

BCME - BIBLIOTECA

"A capacidade produtiva por seringueiro, no caso do Acre, quando as condições gerais se apresentavam favoráveis era, em média, de 350 a 400 quilos no primeiro ano e de 600 a 700 quilos no ano seguinte, quando já desvendados os segredos da tarefa".¹⁰

Por sua vez, os seringais são grandes extensões de terra situadas ao longo dos cursos d'água, e se dividem em "estradas" de seringa. Estas anda mais são que picadas de 4 a 6 km de comprimento, comportando uma média de 150 seringueiras. Essa média tem valores extremos: superior nos seringais bolivianos do Abunã, que têm normalmente em torno de 200 seringueiras por estrada e onde o seringueiro corta três estradas em média; inferior nos seringais do Vale do Juruá, que tem entre 100 a 120 seringueiras por estrada.

A densidade de madeira por área e a produtividade da madeira dos seringais da Bolívia são os mais altos da região.

A forma extensiva da economia do seringal nativo pro

¹⁰CUNHA, Euclides da. *A Margem da História*. 5a. ed. (s.l.), Porto Lello & Irmão, 1941, p. 68.

cessa-se, todavia, distintamente de outras formas de produção extensivas. A economia do seringal nativo se realiza abrindo na mata somente ramais, estradas de burro, varadouros, necessários ao escoamento da borracha e ao abastecimento do seringueiro. A economia do seringal nativo não colocava a terra em condições de ser explorada economicamente por outra atividade, no auge do ciclo gumífero, no início do presente século.

2.2.2 - A jornada de trabalho

Em conseqüência da dispersão das árvores na floresta, a jornada de trabalho atinge até quinze horas diárias na cobertura de "estradas" de seringa de, em média, cento e cinquenta árvores. Isto implica em caminhadas de cerca de seis quilômetros ou, muitas vezes, até mais. O trabalho da coleta compreende o "corte" e o "recolhimento". E esse trabalho tem início na "boca da estrada"¹¹, tanto no caso do seringueiro ter seu "tapiri"¹² na "boca da estrada" como se o mesmo se localizar mais distante. O fato é que o início do percurso se dá na "boca da estrada".

Após o processo de "corte", que tem início às 3 ou 4 horas da manhã, o seringueiro se alimenta lá mesmo na floresta, com a "bóia"¹³ que leva preparada. Depois de alimentado, inicia o processo de recolhimento do leite de seringa, que significa nova caminhada pela "estrada". Destarte, ele só voltará para casa por volta das 15-16 horas. Chegando em casa, começa a segunda etapa do processo, qual seja, a defuma-

¹¹Boca da estrada é o local onde o seringueiro inicia sua caminhada na coleta do látex. É onde fica situada a primeira seringueira a ser cortada.

¹²Tapiri é a casa de morada do seringueiro, às vezes se localiza próximo à boca da estrada, às vezes não.

¹³Bóia é, na linguagem do seringueiro, o seu almoço.

ção do leite, o que representa uma jornada de trabalho diária entre 14 e 15 horas.

O processo de trabalho na extração da borracha possui várias etapas e começa antes mesmo do início da coleta do látex, quais sejam:

- 1 - Limpeza das estradas, normalmente feita depois do período de chuvas, em março;
- 2 - Reparos em jiraus, pontes, defumadores, mutãs¹⁴, etc.;
- 3 - Raspagem das árvores para o corte;
- 4 - Armazenamento de cocos e cavacos para defumação; e
- 5 - Corte e defumação.

O período anual de trabalho compreende os meses de estiagem, ou seja, fim de abril até outubro — chamado "verão". Na época das chuvas — "inverno" — a água da chuva dilui o leite na tigelinha e impede o aproveitamento do látex.

No que se refere à composição da mão-de-obra nos seringais, dadas as circunstâncias e peculiaridades que caracterizam a atividade, limita-se ao trabalho de homens e, com as alterações na estrutura familiar que ocorrem em fases mais recentes, de crianças acima de dez anos e até mulheres.

2.2.3 - Relações de produção e a propriedade da terra nos seringais

No âmbito dos seringais, no início do presente século, a propriedade da terra era exercida exclusivamente de forma privada, pelo seringalista, e as atividades ali desenvolvidas eram restringidas apenas a produção de borracha, com

¹⁴Mutãs são espécies de escadas usadas pelo seringueiro para cortar as partes mais altas da seringueira, a fim de extrair o látex.

o objetivo de se obter maiores lucros. Também, por ser o proprietário da terra, o seringalista podia extrair parte de seus lucros do produto da terra — a borracha —, através do monopólio da compra e venda daquele produto.

No sistema capitalista o trabalhador é desprovido dos meios de produção, os quais são propriedade do empregador-empresário. Ficando, desta maneira, o trabalhador obrigado a vender sua força de trabalho.

O trabalhador-seringueiro, nas relações de produção engendradas no seringal, é proprietário dos instrumentos de trabalho (que constituem do machado, a faca, as tigelas onde recolhe a goma, o balde, etc.), roupas, "estivas" (o sal, o querosene, o sabão, a munição, etc.), alimentos e armas. Estes produtos são insignificantes se comparados com a extensão de terras que formam o seringal e que são de propriedade do seringalista. Por outro lado, todo o fornecimento dos objetos acima discriminados é feito através do empenho compulsório da totalidade da produção ao seringalista, num sistema de troca.

BCME-BIBLIOTECA

Então, o seringueiro que já chegava no seringal devendo sua passagem desde o local de origem, agora se encontrava mais endividado ainda. O seringalista, por sua vez, é proprietário da terra e das fontes de matéria-prima — é "dono" dos principais meios de produção.

Por outro lado, o seringueiro "ganha" pelo que produz, que fica melhor caracterizado se atentarmos para o que diz Marx¹⁵, a respeito de salário por peça: "O salário por peça não expressa diretamente nenhuma relação de valor. Não se trata de medir o valor da peça pelo tempo de trabalho nela corporificado, mas ao contrário, o tempo despendido pelo trabalhador pelo número das peças que produziu. No salário por peça, o trabalho se mede pela quantidade de produtos em que o trabalho se materializa num dado espaço de tempo".

¹⁵MARX, Karl. O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, p. 638 e 639 Livro I. V. 1/2.

No caso do empregado-seringueiro, o mesmo "recebe" pelo que produz, ou seja, de acordo com os quilos de borra-cha produzidos. Vale destacar que o controle da produção do seringueiro era exercido diretamente pelo seringalista através do mecanismo contábil de "Conta-Corrente", na qual era creditado ao seringueiro toda a sua produção mensal e em con- trapartida era-lhe debitado toda a mercadoria indispensável à sua subsistência no mesmo período, mais os débitos que con- traía antes mesmo de começar a trabalhar, e já especifica- dos.

Posto que o seringueiro "recebe" pelo que produz, ve- jamos como se processa a exploração ao nível de produção.

Como já ressaltadas, as dívidas do seringueiro come- çam logo quando de sua contratação: ele adquire a crédito, os instrumentos que utilizará e que, embora muito rudimenta- res, estão acima de suas posses, inicialmente nulas. Por ou- tro lado, ainda estará devendo as despesas de passagem desde o Nordeste até o seringal.

BCME-BIBLIOTECA

Há ainda a considerar que enquanto deve, o trabalha- dor-seringueiro não pode abandonar seu patrão credor; existe entre os seringalistas um compromisso de não aceitarem a seu serviço empregados com dívidas para com outro e não saldadas. E quando tudo isto não basta existe o recurso da força.

No processo da produção, segundo o antropólogo Aquino¹⁶, no seu trabalho KAXINAWÁ: de seringueiro "caboclo" a peão "acreano", o seringalista explora o seringueiro através dos seguintes instrumentos:

- 1 - O patrão rouba no preço das mercadorias;
- 2 - No preço da seringa;
- 3 - Na renda das estradas de seringa;
- 4 - No peso da borracha;

¹⁶AQUINO, Terri Valle de. Kaxinawá: de seringueiro "caboclo" a peão "acreano". Brasília, Universidade Federal de Brasília, 1977. (Dis- sertação de Mestrado. Mimeo).

- 5 - Na "tara" ou "quebra" da borracha; e
- 6 - O transporte do "centro", onde vive o seringueiro, para a margem, onde está localizado o barracão, e daí até as cidades próximas, é debitado na conta do seringueiro.

Por outro lado, esse sistema de troca permite também que sejam efetuados registros inverídicos e irreais, e dívidas fictícias na Conta-Corrente do seringueiro.

Há ainda a considerar que, de acordo com Marx¹⁷, no caso do salário por peça, a qualidade do trabalho é controlada pelo próprio resultado, que tem de possuir a qualidade média, a fim de que seja pago integralmente. Desse modo, o salário por peça se torna terrível instrumento de descontos salariais e de trapaça capitalista. BCME - BIBLIOTECA

Destarte, a base do lucro do seringalista está na exploração da força de trabalho do seringueiro, como já foi detalhado, que possui uma jornada de trabalho exaustiva, sendo ainda obrigado a trabalhar aos sábados, domingos e feriados.

Assim, posto que o seringalista é proprietário do meio de produção fundamental à extração da matéria-prima necessária à produção de borracha — terras com seringueiras — e o seringueiro é entendido como força de trabalho livre, disponível para o capital, fica estabelecida uma relação social básica capital/trabalho, evidenciando-se no seringal uma forma de produção capitalista.

2.2.4 - A concorrência da borracha "racional"

A borracha brasileira permaneceu em "alta" durante toda a primeira década do século atual. Precisamente em 1912, o volume exportado de borracha atingiu o pico mais alto —

¹⁷MARX, Karl. Op. Cit. p. 639.

42.000 toneladas. A partir daí começa o declínio, com a concorrência da borracha cultivada por métodos "racionais" na Ásia.

A ameaça já vinha de algumas décadas, desde quando especialistas ingleses levaram da Amazônia sementes da hévea e a semearam experimentalmente em Londres. Estudados os efeitos da transferência, remeteram as mudas para a Malásia e Cingapura, dando origem às grandes plantações "racionais" de borracha na Ásia. A borracha "racional" é uma agricultura tipicamente capitalista, organizada em moldes técnicos e empresariais e com ganhos crescentes em produtividade. Representa uma intervenção direta do capital produtivo na organização da produção e, como tal, é uma forma superior de produção, tanto do ponto de vista de volume quanto da escala de produção. Esse processo tornou a produção da borracha livre das incertezas da produção nativa e eliminou as barreiras impostas pelo capital Mercantil, instituindo o controle direto das grandes empresas monopolistas inseridas na órbita da acumulação em escala mundial.

SCME - BIBLIOTECA

Não é difícil compreender esta brusca mudança no cenário econômico internacional da borracha. A concorrência que se estabelecera era entre uma região produtora primitiva como a Amazônia, e outra que contava com todos os grandes recursos técnicos e financeiros da Inglaterra, seguida pela França e Holanda. Além disto, o Brasil nunca passara de mero produtor de matéria-prima; todo negócio propriamente da borracha, desde o financiamento e o comércio até a manipulação e o consumo do produto industrializado, era-lhe alheio. Estava assim, inteiramente à mercê de seus concorrentes que dispunham de todas as alavancas da economia da borracha.

A entrada no mercado da produção asiática das colônias inglesas e holandesas se dá a partir de 1912. E o método pelo qual a borracha asiática é produzida implicará numa queda de preços a nível externo, pois os custos da produção pelo método "racional" são bem menores que os da produção de modo rudimentar. Dessa forma, a borracha brasileira não tem condições de competir com a borracha asiática, mesmo conside

rando que esta é de qualidade bem inferior. Tem início então, o declínio da borracha brasileira.

2.3 - O Sistema de Aviamento

O sistema de aviamento compreende uma extensa rede comercial que inicia na troca seringueiro-seringalista e estende-se até os mercados internacionais.

A nível de seringal, o sistema de aviamento é assim descrito: O produtor direto — o seringueiro — recebe de seu patrão-seringalista tudo aquilo que necessita para empreender a produção de "pélas de borracha", desde os instrumentos de trabalho até alimentos e armas. Em troca, o seringueiro empenha de forma compulsória, a totalidade da produção ao seringalista. Novo fornecimento se faz e assim, o processo continua, sempre neste sistema de troca, sem a intermediação da moeda.

Na relação entre seringalista e Casa Aviadora, esta fornece a manutenção do seringal em troca da borracha aí produzida.

Por sua vez, as Casas Aviadoras eram financiadas pelas Casas Exportadoras que ligadas ao capital monopolista internacional formavam o "arremate" da trama.

Vale explicitar que o sistema de financiamento antecipado dos custos de produção opera de maneira distinta e com diferentes conseqüências econômicas e sociais. A relação entre o seringalista e a Casa Aviadora e esta e a Casa Exportadora são relações de dependência, porém definidas em termos de um quadro de direitos e deveres totalmente diverso da quele que vigora nas relações seringueiro-seringalista.

No início da atividade de extração do látex, as Casas Aviadoras estavam ligadas às Casas Exportadoras, normalmente de capital estrangeiro, sendo que efetivamente quem controlava o processo era o capital externo. Este era respon

sável pela emergência da economia da borracha na região, monopolista da compra da borracha na Amazônia e monopolista na comercialização internacional do produto. Posteriormente, houve uma separação entre as Casas Exportadoras, de estrangeiros, e as Casas Aviadoras, de brasileiros ou portugueses.¹⁸

As Casas Aviadoras após adquirirem a borracha e descontarem o valor do fornecimento ao Seringal, realizavam a venda do produto para as Casas Exportadoras. Era nessa transação que as Casas Aviadoras obtinham seus lucros. O capital internacional, por sua vez — responsável pela determinação dos preços de mercado — apropriava-se da matéria-prima e a empregava em suas unidades produtoras nos Estados Unidos e Europa, começando aí a acumulação do capital em escala internacional.

BCME-BIBLIOTECA

A predominância do setor externo se faz diretamente, através das Casas Exportadoras, ligadas ao capital monopolista externo. É este que controla o sistema de aviamento na medida em que é ele que efetivamente financia o processo.

Conforme PAULA¹⁹, o mecanismo de espoliação do capital externo é assim descrito: "As compras são feitas a 90 dias a vista. Trocam as letras da borracha comprada nas agências dos bancos ingleses, contra o dinheiro que entregam aos vendedores. Quando se vencem os 90 dias, já a borracha chegou a Nova Iorque ou Liverpool e foi vendida. Não precisam dispor de um só vintém. Vivem parasiticamente à custa da praça, impondo preços, ditando condições e fazendo ainda um favor aos aviadores em lhes comprar a mercadoria. E, como são os representantes das casas que, em Liverpool, Hamburgo e Nova Iorque fazem o monopólio da borracha, elas monopolizam o comércio desse gênero também nos mercados produtores".

¹⁸SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia (1800-1900). São Paulo, /s.ed/ 1977. (Mimeo).

¹⁹PAULA, João Antonio de. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. /s.n.t/ p. 14 e 15. (Mimeo).

Destarte, estava a economia amazônica nas mãos de várias firmas estrangeiras. No auge do ciclo gumífero, elas conseguiam fabricar crises, através do jogo de estoques acumulados nas praças compradoras, forçando a estabilização e até a queda do preço do produto, pelo controle absoluto que exerciam sobre as fases fundamentais da comercialização. A mera tentativa de organização dos aviadores para a exportação direta era "desestimulada" com ameaças de aniquilamento pelos donos do mercado.²⁰

O capital mercantil interno é por conseguinte, o grande comerciante da borracha, extraindo seus lucros não diretamente da organização do processo de trabalho ou de sua revolucionarização, mas sim do monopólio do comércio. Essa é na verdade a lógica do capital Mercantil, que faz do monopólio da venda de mercadorias e do monopsonio da compra do produto, a forma por excelência de apropriação do excedente.

Durante a II Guerra, com o funcionamento dos Órgãos criados para o incentivo à produção de borracha, entre eles a Rubber Reserve Company (RRC)²¹ e o Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco da Amazônia S.A. (BASA), as Casas Aviadoras tiveram o seu campo de ação praticamente encerrado. Porque o abastecimento dos seringais, como a aquisição da borracha, passaram a ser operações realizadas com exclusividade pelos dois órgãos. A estrutura do comércio das gomas alterou-se profundamente. Visava-se assegurar maior rentabilidade aos seringais, aumentando-lhes as possibilidades de produção e evitando que se repetisse a exploração do seringueiro, atribuída aos aviadores.

Pelo novo mecanismo, o Banco de Crédito da Borracha passou a fazer os financiamentos. Adotou-se por base um fi-

²⁰SILVA, Luís Osiris. A Luta pela Amazônia. São Paulo, /s.ed/ 1962.

²¹Agência do Governo Norte-Americano, com representação no Brasil, que a partir de 1942, com a concretização dos "Acordos de Washington" passou a interferir nos programas brasileiros sobre a produção de borracha. Em 1943, esta agência foi sucedida pela Rubber Development Corporation (RDC).

nanciamento até 60% do valor das safras ao juro de 7% ao ano.

Toda a produção dos seringais era obrigatoriamente consignada ao Banco. Na posse dos recursos fornecidos pelo Banco, o seringalista adquiria as mercadorias necessárias à movimentação da propriedade, mas adquiria aos mesmos fornecedores antigos — os aviadores — agora oficialmente eliminados das operações diretas. Estes financiavam sobre 100% das safras. O Banco, apenas sobre 60%. A diferença ninguém a cobria. Os riscos em negócio aventureiro como o da produção da borracha, eram evidentes.

A presença do Banco da Amazônia retirou a importância do capital estrangeiro, do capital privado em geral, já que no início da atividade de extração do látex, as Casas Aviadoras estavam ligadas às Casas Exportadoras.

Entretanto, a presença do Banco da Amazônia não alterou fundamentalmente a natureza do processo no Acre, onde especialmente com o fim do monopólio, continua a exercer sua dominação, o capital mercantil. As relações entre seringueiro e seringalista permanecem as mesmas, as mesmas relações de produção, as mesmas formas de extração de látex e de geração de lucros.

2.4 - A Decadência do Extrativismo

Quando tem início o declínio da borracha natural, face à concorrência da produção "racional", ocorre um "afrouxamento" dos laços do sistema de aviamento. A partir de 1912, a borracha asiática aparece no cenário internacional em quantidades maiores que a brasileira. Posto que se comparados os custos de ambas, a produção "racional" apresenta custos menores e que os preços da borracha a nível interno, são ditados pelas condições de produção, torna-se cara agora a produção da borracha nos seringais do Acre. A entrada no mercado internacional da borracha asiática, produzida a baixos custos, reduz os preços da borracha a nível externo e vai afetar di-

retamente a base do lucro do seringalistas — a produção no seringal. Os preços externos com cotação baixa e **custos internos** elevados vai resultar numa redução da produção da borracha natural. Isto porque, os lucros do seringalista começam a se reduzir na medida em que os preços externos caem, até chegar a um ponto em que o seringalista terá prejuízo se continuar comercializando. Entretanto, o elo de rompimento que há no Sistema de Aviamento vai começar exatamente na relação seringueiro-seringalista, pois à medida que vai se reduzindo a produção da borracha no seringal, o seringueiro vai perdendo parte de sua "renda", pois como já explícito anteriormente, o seringueiro "ganha" pelo que produz. Se ele passa a produzir pouco, "receberá" pouco. Todavia o seringueiro não pode "receber" menos que o mínimo necessário à sua sobrevivência, logo, este passa a endividar-se cada vez mais junto ao seringalista, à medida que a crise da borracha brasileira aumenta. Do lado do seringalista, à medida que seus lucros vão se reduzindo, não tem como adquirir os mantimentos para o seringal, junto às Casas Aviadoras. Como agravante também, contra o seringalista está o fato de que os preços das mercadorias necessárias ao seringal tendem a subir. Ora, se o seringalista não pode mais obter mercadorias para o seringal, também não pode fornecer mantimentos para o seringueiro, e manter este aviado. Esta situação vai desembocar em dois processos. O primeiro é que nem seringueiro nem seringalista terão condições de continuar no seringal no mesmo processo de produção. Há um esvaziamento populacional tanto nos seringais, como nas pequenas cidades e Vilas; O segundo desenlace é que os poucos seringueiros que ficam no seringal procuram uma forma alternativa de sobrevivência, e a encontram através de uma cultura de subsistência que começam a desenvolver no seringal, ao redor de sua casa (tapiri), e se apossam desse pedaço de terra.

A mão-de-obra que sai dos seringais desloca-se para os centros urbanos nascentes ou retorna às origens.

3. A ECONOMIA ACREANA E SUAS RELAÇÕES COM A ECONOMIA BRASILEIRA

3.1 - Desempenho da Economia Brasileira (1930-1970)

Para uma melhor compreensão das relações entre a economia acreana e a nacional, torna-se necessária, primeiramente, uma breve descrição da economia brasileira.

A economia brasileira foi até algumas décadas atrás uma economia primário-exportadora tradicional, igualmente à dos demais países latino-americanos. E, como eles, também fazia parte da periferia dos centros dominantes, ou seja, o seu processo de desenvolvimento, voltado para fora, tinha o seu dinamismo atrelado ao crescimento da demanda pelos seus produtos de exportação, por parte das economias líderes.

Por outro lado, posto que a sua atividade de exportação se concentrava em um ou dois produtos, era uma economia reflexa em toda a extensão do termo, isto é, não só importava as crises das economias de que dependia como também era extremamente vulnerável às flutuações ocorridas nos preços internacionais desses produtos.

Em razão disso, o modelo tradicional exportador brasileiro entrou em crise definitiva depois da grande depressão da década de trinta, tendo início a predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial, mesmo considerando que a participação decisiva da indústria na renda interna só acontecerá a partir de 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura.

O Brasil industrializou-se, produzindo internamente,

em primeiro lugar, os bens de consumo não duráveis destinados, principalmente, ao consumo das chamadas classes populares. Numa segunda etapa, o processo dirigiu-se à produção dos bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Nesta segunda etapa é possível perceber-se que a orientação decorreu mais das necessidades da produção/acumulação que do consumo — como é o caso da indústria automobilística.

BCME-BIBLIOTECA

A partir de 1932, no campo do comércio exterior, as importações foram reduzidas, em relação a 1929, época da crise mundial. Em 1934, todos os principais índices de atividade econômica já superavam os de 1929. Por outro lado, as dificuldades de suprimento externo, resultantes da queda da capacidade para importar, estimularam o desenvolvimento da indústria nacional em ritmo sem precedentes — numa primeira etapa pelo aproveitamento das instalações ociosas existentes, numa segunda fase pela efetiva ampliação do parque manufatureiro. Não só se expandiram as indústrias tradicionais (têxtil e produtos alimentares), como ganharam novas dimensões de terminados setores que pouca expressão tinham na década de 1920 — a metalurgia, a fabricação de produtos químicos e a de cimento.

Um novo impulso de industrialização iria ser provocado pela Segunda Guerra Mundial. Com a escassez internacional de vários produtos e com as dificuldades de transporte marítimo, o volume físico de importações teve uma queda de 41% entre 1939 e 1942.¹ As exportações, embora sofrendo alguma redução em quantidade, ganharam em diversificação e foram beneficiadas pela melhoria das relações de troca. Essas condições do comércio com o exterior geraram fortes tensões inflacionárias internas e forçaram o racionamento de vários produtos. Em contrapartida o país pôde acumular um bom volume de reservas em divisas e a indústria nacional, afastada a concorrência externa, expandiu-se em ritmo bastante rápido. Des

¹ Informação extraída de SIMONSEN, M.H. & CAMPOS, R.O. A Nova economia brasileira. Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 1974, p. 4.

tarte, segundo os índices da Fundação Getúlio Vargas, entre 1941 e 1947 o produto real pôde crescer de 5,1% ao ano, e a componente industrial aumentando, em média, de 6,5% anuais.

Finda a Segunda Guerra Mundial, houve um desafogamento da demanda de importações. Com a intensidade da procura reprimida, com a alta internacional dos preços e com o bloqueio de alguns de nossos saldos externos, as reservas cambiais se esgotaram rapidamente, com a liberação das importações. Em 1948 reestabeleceram-se os controles quantitativos de importações por intermédio da CEXIM. Por causa da contínua escassez de dólares, firmou-se desde então a política de incentivo à industrialização, baseada na forte proteção contra a concorrência externa, primeiro pelo regime das licenças de importações (que eram negadas para os produtos com similar nacional), depois pelo sistema de taxas múltiplas de câmbio, e mais tarde pela introdução de pesadas taxas aduaneiras.

Entre 1947 e 1956, dentro dessa política de desenvolvimento liderada pela industrialização substitutiva de importações, o produto real cresceu de 6,4% ao ano, em média.² Aqui, a industrialização não mais se limitou à ampliação das atividades tradicionais, mas se aprofundou na produção de matérias-primas e bens de capital que até então eram exclusivamente supridos por importações.

O Governo Kubitschek marcou o início de um processo ainda mais eufórico de crescimento, acelerando a acumulação capitalista, com o seu programa de avançar "Cinqüenta anos em cinco". Junto da definitiva conversão do setor industrial e das suas empresas em unidades-chave do sistema, a implantação dos ramos automobilístico, da construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, orientam a estratégia; por sua vez, o Estado, cumprindo o papel de investidor lançar-se-á num

²SIMONSEN, M.H. & CAMPOS, R. O. Op. Cit. p. 5.

extenso programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola "externa", com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília.

Sem embargo, entre 1930 e 1960, particularmente no decênio de 1950, a estrutura econômica brasileira desenvolveu-se enormemente, levando o Brasil do estágio de nação produtora de bens primários ao de país que se industrializava. Apesar deste panorama, várias distorções econômicas começaram a se explicitar no fim da década de 1950. A inflação se acelerava a passos largos, minando a economia com todas as distorções claramente associadas às altas crônicas de preços: crescimento dos salários, imprevisibilidade financeira, atrofia do mercado de capitais, ilusões de rentabilidade, de sestímulos aos investimentos em serviços básicos, etc.

O balanço de pagamentos se mostrava sistematicamente deficitário, em grande parte como resultado da inflação ascendente, com o acúmulo de dívidas de curto prazo. Por último, os desequilíbrios estruturais, agravados pela industrialização via substituição de Importações.

O regime político instaurado pelo movimento militar de março de 1964 tem como programa econômico, expresso no Programa de Ação Econômica do Governo — PAEG, a restauração do equilíbrio monetário, isto é, a contenção da inflação, como recriação do clima necessário à retomada dos investimentos públicos e privados.

Uma série de medidas foram tomadas para modernizar e fortalecer os mercados financeiros do Brasil. O Governo baixou certo número de leis e regulamentos instituindo a Correção Monetária nos instrumentos financeiros, ou seja, possibilitando o reajustamento do valor dos débitos e dos juros sobre os mesmos de acordo com a taxa de inflação. Esse princípio foi inicialmente aplicado aos títulos do Governo, tornando possível uma crescente fonte de financiamento não-inflacionário do déficit. Em seguida, o princípio da correção

monetária foi estendido a outros instrumentos financeiros, ao mesmo tempo em que se criava um banco de habitação (o Banco Nacional de Habitação — BNH) que receberia poderes para usar instrumentos de débito reajustáveis.³ Aplicou-se também a correção monetária aos depósitos de poupança, associações de poupança e empréstimos, bem como aos débitos das sociedades anônimas.

Também, criou-se um mecanismo para reavaliação periódica do capital das empresas, de acordo com as mudanças nos preços.

BCME - BIBLIOTECA

"Por outro lado, a Lei do Mercado de Capitais de 1965, foi baixada com a finalidade de criar um arcabouço institucional para o fortalecimento do mercado de ações. Essa lei previa, também, o estabelecimento de bancos de investimento destinados a garantir as emissões de ações novas, bem como incentivos fiscais para o aumento do fluxo de fundos para o mercado de capitais".⁴

Mais ainda, os incentivos fiscais passaram a ser usados amplamente na orientação regional e setorial de recursos. Além dos já mencionados incentivos para investimento no mercado acionário, foram utilizados, em grande medida, a partir de 1964, mecanismo de incentivo fiscal da SUDENE a fim de atrair investidores para a área. Posteriormente, estendeu-se esse mecanismo de política à área Amazônica. Outros esquemas de incentivos fiscais surgiram com o objetivo de estimular as exportações, desenvolver o turismo e promover o reflow restamento de várias regiões, entre outros.

³ Além de poder captar recursos do mercado mediante a emissão de títulos sujeitos à correção monetária, o BNH pôde também usar os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, criado em 1966, que teve seu funcionamento oficial iniciado em 1968. Em meados de 1968, o Fundo dispunha de recursos da ordem de Cr\$ 1,6 bilhões. Esse fundo cresceu tão rapidamente que, em fins de 1972, os seus recursos chegavam a quase Cr\$ 15 bilhões. Conforme BAER, W. "A Recente Experiência Brasileira de Desenvolvimento: uma interpretação". Pesquisa e Planejamento econômico. vol. 3. junho 1973 - nº 2. RJ. p. 269.

⁴ IBIDEM, p. 270.

Além das mencionadas reformas nos diferentes mercados de capital, o Governo, direta e indiretamente, estimulou o desenvolvimento de mecanismos de crédito destinados a aumentar a demanda, por parte de investidores e consumidores, dos bens que poderiam ser fornecidos pela capacidade produtiva do Brasil. Destarte, por exemplo, em meados da década de 60 foram criados vários Programas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) destinados à aquisição de bens de capital produzidos no Brasil. Também, no fim dessa década, assistiu-se ao rápido crescimento das companhias financeiras, que operavam com o crédito para a compra de bens de consumo.

BCME - BIBLIOTECA

"A política comercial externa constituiu também um suporte estratégico dos Governos pós-64. Um esforço para o aumento e diversificação das exportações foi considerado essencial para o crescimento e proteção da economia contra efeitos de flutuações dos preços de alguns produtos".⁵

Segundo BAER⁶, a apreciação retrospectiva corrente afirmaria que a continuação da recessão nos anos de 1964-1967 deveu-se a vários fatores: As medidas de estabilização adotadas nesses anos; a inevitável defasagem entre a aplicação das várias reformas no mercado de capital e financeiro e seus efeitos, bem como entre a realização dos vários estudos de viabilidade para a expansão da infra-estrutura das indústrias pesadas e a implantação desses projetos; e, finalmente, o hiato de tempo necessário para convencer os investidores internos (oficiais e privados) de que o novo regime e o controle que exercia sobre a economia eram suficientemente estáveis para assumir compromissos substanciais.

Um aspecto importante do crescimento nos anos de 1968 e 1969 foi a constância do coeficiente de capital, ou seja, a formação bruta de capital como percentagem do PIB

⁵ IBIDEM, p. 271.

⁶ IBIDEM, p. 272.

pouco cresceu entre o período de depressão anterior a 1965 e o período de auge em 1968-69. Esse fenômeno tem sido atribuído ao substancial volume de capacidade ociosa mantida durante toda a década de 1960, tendo permitido, desta forma, a expansão do produto de vários setores sem necessidade de grandes investimentos adicionais.

"Por volta de 1971, o saldo comercial tornou-se negativo pela primeira vez em uma década. O saldo de serviços, que tradicionalmente acusava déficit, aumentou sua posição negativa por um fator de quase três, entre princípios da década de 60 e começos da de 70; a maior parte do aumento do déficit de serviços, refletindo pagamentos de fretes, juros, dividendos e royalties, ocorreu no período do auge pós-68".⁷

BCME - BIBLIOTECA

O déficit em conta corrente foi mais do que compensado, após 1968, pela entrada decapitais. A entrada líquida de investimentos diretos expandiu-se de uma média anual de US\$84 milhões, no período de 1965-69, para US\$169 e US\$200 milhões, em 1971 e 1972, respectivamente. Mais extraordinário foi o crescimento dos empréstimos estrangeiros líquidos, que se elevaram de uma média anual de US\$607 milhões, em 1965-69 para US\$2.523 e US\$4.555 milhões, em 1971 e 1972, respectivamente. A entrada de capitais excedeu de tal maneira o déficit das contas correntes que as reservas de moedas estrangeiras subiram de uma média anual de US\$400 milhões, em 1965-69, para US\$1,2, 1,7 e 3,9 bilhões, em 1970, 1971 e 1972, respectivamente. A dívida externa do Brasil cresceu ininterruptamente no mesmo período, alcançando mais de US\$10 bilhões em fins de 1972.⁸

Por outro lado, entre 1964 e 1972 a capacidade elétrica instalada e a produção de papel, aço e cimento praticamente duplicaram, enquanto o produto da indústria automotiva triplicava (quadruplicando a de carros de passageiros). A

⁷IBIDEM, p. 278.

⁸BAER, Werner. Op. Cit. p. 278.

construção de estradas aumentou enormemente em fins da década de 60 e princípios da de 70. A rede de estradas do País expandiu-se de pouco mais de 36.000 km na primeira metade da década de 60 para 60.000 km em 1972, enquanto a rede de estradas pavimentadas elevava-se de aproximadamente 11.000 km, em 1964, para 27.000 km, em 1972.⁹

3.2 - Desempenho da Economia Acreana

3.2.1 - A opção econômica do Estado no período entre-guerras: falência da borracha vegetal.

Até 1909, o Brasil era o único fornecedor de borracha. Os preços mundiais do produto atingiram no triênio 1909-1911 a média de 512 libras por toneladas, ou seja, mais que decuplicando o nível que prevalecera na metade do século anterior. Já em 1910, a Ásia, incentivada pela alta de preços aparece no mercado mundial com uma produção considerável. Entre 1910 e 1914, acirrou-se a concorrência da borracha cultivada na Ásia, com a borracha vegetal brasileira já em declínio.

De fato, depois da Primeira Guerra Mundial, os preços do produto se reduziram de forma permanente a um nível algo inferior a cem libras por tonelada.

Nesse ambiente desfavorável, o governo brasileiro criou o Plano de Defesa da Borracha pelos Decretos números 2.453-A, de 5 de janeiro de 1912, e 9.521, de 17 de abril de 1912. Esse plano, embora almejasse principalmente manter a posição do Brasil no mercado internacional da borracha, procurou também melhorar as condições econômicas e sociais da região.

Para financiar o plano, foi aberto um crédito especial de 8.000 contos. Durante o primeiro ano do plano, mais

⁹ IBIDEM, p. 276.

de 4.000 contos foram investidos em instalações burocráticas, postos de experimentação agrícola e pesquisas de problemas regionais de saúde e transporte. Contudo, determinados fatores condenaram o plano desde o começo. Entre os quais figuravam a precária situação financeira do País, a escassez de capital privado e de técnicos qualificados, os objetivos abrangentes do plano, a psicologia predatória e nômade que caracterizava a região e a falta de um mercado interno desenvolvido para a borracha. Por estes motivos o Congresso Nacional negou verbas suplementares em 1914, e assim foi abolido o Plano de Defesa.

A partir de 1914, todavia, as demandas passaram a ser menores do que os estoques colocados à disposição dos países consumidores. Ocorrendo, então uma superprodução e, conseqüentemente a queda de preços de exportação, queda esta que permaneceu a mesma durante os anos subseqüentes aos da 1.^a Guerra Mundial.

BCME-BIBLIOTECA

Após a Primeira Guerra Mundial, voltando o mundo à normalidade, o aviltamento dos preços e o problema da superprodução continuaram, o que deu origem a uma reunião dos produtores asiáticos para debaterem o problema, surgindo em conseqüência o Plano Stevenson¹⁰ (fins de 1922-1928). Em 1923, a borracha asiática passou a ser mais valorizada que a nossa, alcançando preços médios mais elevados.

Em 1925, ocorreu o "boom" da borracha. Os valores no mercado mundial voltaram a subir, repetindo-se a cotação de 1914, porém nesse ano a Amazônia produzia apenas 5,3% dos totais mundiais, e no ano seguinte 4,5%. Depois de 1925 o decréscimo de preços foi assustador e teve como causa o excesso de produção, sendo que em 1929, a crise da bolsa de Nova Iorque veio agravar a situação. A baixa dos preços provocou um refluxo da economia do Acre.

¹⁰ O Plano Stevensen tem como objetivo a redução da produção da borracha asiática.

Com respeito a mão-de-obra, a derrocada da borracha levou a um grande movimento migratório. Ainda assim, uma população expressiva ficou no Acre, tendo que se adaptar às novas condições econômicas. Essa adaptação deu-se por dois caminhos: a busca de novos produtos de exportação; e a substituição de importações de gêneros pela produção de subsistência local.

O primeiro produto novo que surgiu nas exportações do Acre foi a castanha-do-Pará. A média anual da quantidade produzida passou de 231.930 kg no período 1920-24, a 413.710 kg em 1925-29, 3.727.460 kg em 1930-34 e 4.619.111 kg em 1935-39 e chega a um pico de 6.107.538 kg em 1940.¹¹

A produção da castanha não concorria diretamente com a produção da borracha, visto que a coleta se realizava na estação chuvosa e o corte de seringa restringia-se ao verão. Todavia, apenas algumas áreas dos seringais podiam valer-se da castanha, tendo em vista que no Oeste do Acre a castanheira é escassa e improdutiva.

Nas áreas em que a castanha não oferecia alternativa, principalmente em Tarauacá e no Envira, a extração de madeira tornou-se a atividade mais rentável para complementar a extração da borracha.

Na terceira colocação de produtos de exportação que proporcionaram algum sustento à economia acreana ficaram peles e couros, exportados por todos os municípios, e seus valores chegavam a ultrapassar o valor da madeira.

O recurso seguinte utilizado pela sociedade acreana para sobreviver à crise na borracha foi a produção de subsistência. O valor dos fretes no Acre fez com que a agricultura de subsistência crescesse mais do que em outras regiões da Amazônia. Esta produção também garantia a sobrevivência do

¹¹ CEDEPLAR. Migrações internas na Região Norte: o caso do Acre. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979, p. 15. V. I.

seringueiro e sua permanência no seringal.

Todavia, a extração da castanha-do-Pará, da madeira, a agricultura de subsistência e a exploração de peles de animais selvagens, pelo seu caráter extensivo, foram incapazes de fixar contingentes de mão-de-obra.

Após 1930, a economia gumífera retorna às suas atividades normais, principalmente nos anos 40 com o advento da 2ª Grande Guerra e com o desenvolvimento da indústria automobilística mundial.

A produção de borracha começou a se recuperar em fins da década de 1930, devido às compras alemães para a formação de estoques de reserva, já que não podiam valer-se da produção oriental sob controle britânico. Esta reanimação explicaria os casos de migração do Nordeste ou do resto da Amazônia para o Acre um pouco antes da Segunda Guerra Mundial.

Em 1941, estimava-se em 34 mil o número de seringueiros na Amazônia, com uma produção de 18.233 toneladas. Posto que esta produção era considerada baixa, precisava-se aumentar a produção de borracha.

BCME-BIBLIOTECA

3.3 - A Economia Acreana no Contexto Nacional (1942-1970)

3.3.1 - Os acordos de Washington

A participação significativa da borracha asiática no mercado externo, se por um lado provocou a falência da produção brasileira de borracha, por outro lado, despertou a atenção do Governo para uma política de estímulo ao consumo interno. O surgimento da indústria de artefatos de borracha no Sul do país, por exemplo, teve um papel relevante nesse processo.

Por sua vez, o Acre começa também a se relacionar com a economia interna, já que ele é um dos principais produto-

res da Amazônia. E essa relação torna-se mais forte quando se acelera o processo de industrialização do país, a partir da década de 1930.

A partir da segunda metade da década de 30, entram em funcionamento as primeiras grandes fábricas de pneumáticos. No mesmo período, existe um clima tenso entre as grandes potências, o rearmamento alemão e o Pacto Italo-Germânico de 1936 (o Eixo), criaram um clima de tensão internacional. A Alemanha cuidava do aprovisionamento de matérias-primas necessárias ao funcionamento de sua indústria, entre as quais a borracha vegetal se destacava pela concentração de sua produção em regiões controladas pela Inglaterra, Holanda e França. Desta forma, sob o impulso da recuperação das economias capitalistas (em especial a norte-americana), e da formação de estoques estratégicos (Alemanha e Itália), principalmente, as cotações da borracha vegetal retomaram os níveis anteriores a 1930. Conseqüentemente, as exportações brasileiras passaram das 4,8 mil toneladas em 1932, para 9,5 mil toneladas em 1935, mantendo-se próximo a esse nível até o final da década.¹²

BIBLIOTECA

Conseqüentemente, os Estados Unidos tomaram as seguintes decisões: o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo; e alguns princípios econômicos, os quais sob a égide norte-americana, abriram caminho para as negociações sobre o abastecimento de matérias-primas básicas às nações aliadas.

No caso específico da borracha vegetal, os Estados Unidos trataram logo de criar alternativas para o corte do suprimento vindo do sudeste asiático, o que resultou nos "Acordos de Washington", assinados em 1942, entre os Governos Americano e Brasileiro. Era uma série de 42 acordos sobre matérias-primas estratégicas, entre os quais, 21 refe-

¹²PINTO, Nélson Prado Alves. Evolução e conseqüência da política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1982, p. 10. (Texto para Discussão, nº 10. Mimeo).

riam-se à borracha vegetal Amazônica.

Os "Acordos de Washington", como se tornaram conhecidos mais tarde, abrangeram o período de 1942 a 1946, durante o qual, no que se referia a borracha: sua produção, comercialização, industrialização e exportação passaram a ser controlados diretamente pelo Governo Federal. Os objetivos principais desses acordos eram os de estimular ao máximo a produção extrativa Amazônica, de forma a aumentar os excedentes exportáveis para os Estados Unidos. Ao mesmo tempo se racionalizava o consumo interno de borracha vegetal, substituindo-a por elastômeros sintéticos ou regenerados, quando o caso. Por sua vez os Estados Unidos também sustentariam um preço de compra elevado na borracha brasileira.

Assim, só em 1942, três décadas após o "boom" da borracha em 1912, a problemática da borracha passa a merecer a devida atenção do Governo Federal. Mas, ainda voltada para o mercado externo.

Destarte, o estado letárgico que caracterizou a Região Amazônica, particularmente o Acre, por quase três décadas, foi subitamente rompido por uma substancial elevação nos preços de venda da borracha vegetal, cujo valor passou a ser o dobro da cotação internacional que prevaleceu durante o ano de 1941. Sem embargo, a regra que determinou a fixação de um preço oficial para a borracha Amazônica teve por objetivo o atendimento das peculiaridades do extrativismo da região, não considerando quaisquer critérios que a vinculassem ao custo de produção da heveicultura asiática. Haja vista que os custos da borracha produzida pelo método racional são bem menores que os da borracha vegetal.

Ainda em 1942, um mês após à assinatura dos "Acordos de Washington", foi estabelecido o monopólio estatal de compra e venda de borracha, atribuído em caráter provisório à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM), e posteriormente ao Banco de Crédito da Borracha. Isto teria maiores efeitos a longo prazo sobre a migração ou fixação de população no Acre.

O Banco de Crédito da Borracha transformou-se em 1946, num banco de desenvolvimento regional, cujas atividades se prolongaram até hoje, sob o nome de Banco de Crédito da Amazônia S.A., a partir de 1950, e de Banco da Amazônia S.A., desde 1966. Seu capital inicial foi subscrito pelo Tesouro Nacional (55%), pela Rubber Reserve Company (40%) e pelo público (5%), sendo que de sua administração participavam dois diretores norte-americanos. A partir de 1948, após a instalação de suas Agências e dos armazéns para recebimento do produto, o Banco de Crédito da Borracha passou a monopolizar a compra e venda de toda a borracha produzida em território nacional até 1950, substituindo as antigas Casas Exportadoras. Em 1945, o Banco de Crédito da Borracha foi autorizado a adquirir todo o acervo da Reserva Development Corporation. (Decreto-Lei nº 8.148, de 29 de outubro de 1945).

Simultaneamente à criação do Banco de Crédito da Borracha, a Rubber Reserve Company, por seu representante no Brasil, assinou um convênio com o Departamento Nacional de Imigração - DNI, com o objetivo de encaminhar para a Amazônia, sob financiamento da agência norte-americana, trabalhadores nordestinos que fugiam da prolongada seca que assolou a Região, no início de 1942. Esse foi o maior problema do programa de expansão da produção de borracha nacional. Pois, o aumento da produção, como já explícito anteriormente, está relacionado diretamente com o aumento da mão-de-obra empregada. Porém, havia dificuldade em atrair trabalhadores para a atividade extrativista, e também havia a impossibilidade de, a curto prazo, criar condições de vida e trabalho aceitáveis para fixar o migrante na Região Amazônica. Esse contingente humano, deslocado durante o ano de 1942, era constituído de retirantes nordestinos que por razões pessoais relutavam em seguir com suas famílias para as áreas mais remotas da região, onde a borracha era mais abundante. Em fins de 1942, o Governo criou uma nova agência para recrutamento de trabalhadores, e assim, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA.

Paralelamente às medidas supras, o Governo tentou regularizar a relação de trabalho entre seringueiro e seringalista. E assim, ficou estabelecido que do valor líquido apurado após a venda da borracha, 60% caberia ao seringueiro, 33% ao seringalista e 7% ao proprietário; ao seringueiro era facultado o direito de cultivar a terra, até um hectare, em volta de sua barraca; assegurava-se ao seringueiro a meação das castanhas que colhesse e a propriedade das peles dos animais que abatesse; e as relações entre seringalistas e seringueiros seriam regidas por um contrato padrão aprovado pelo Banco de Crédito da Borracha (Decreto-Lei nº 4.481, de 17 de outubro de 1942).

Entretanto, era impossível esperar que seringueiros, isolados uns dos outros e, em sua maioria, analfabetos, pudessem reivindicar o cumprimento dessa nova legislação. Portanto, tornou-se impossível esse cumprimento.

Outra dificuldade que apareceu para o pretendido aumento da produção da goma elástica foi o súbito aumento do preço desta, que atraiu para o extrativismo, além dos migrantes, recursos e mão-de-obra antes dedicados a agricultura e a pesca de subsistência e comercial.

Em outras palavras, reeditou-se, em menor grau, a corrida provocada pela euforia do período 1880-1910. Em dezembro de 1942 criou-se a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) com o objetivo de organizar o racionamento de gêneros escassos e acumular estoques, em vários pontos da Região, a fim de permitir um suprimento contínuo aos seringais em atividade. Ao SAVA coube também, o encaminhamento aos seringais dos trabalhadores trazidos pelo SEMTA, até Belém.

Para tornar mais atraente o engajamento de novos trabalhadores, o Governo decidiu equiparar o extrativismo gumífero ao serviço militar (Decreto-Lei nº 5.225 de 1º de fevereiro de 1943). Destarte, o trabalhador alistava-se por dois anos, como "soldado da borracha", fazendo jus a um pequeno salário durante a viagem e um adiantamento para deixar com

seus dependentes; além de um uniforme completo. Uma vez no seringal, seu contrato seguiria as normas ditadas pela legislação vigente. Todavia este esquema de militarização foi incapaz de diminuir as agruras do trabalhador extrativista. Daí a difícil tarefa no seu recrutamento. "o recrutamento no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre passou a ser feito nos xadrezes policiais".¹³ No Nordeste, a miséria e a quase total ausência de perspectivas, auxiliaram a tarefa dos recrutadores de mão-de-obra que se limitavam a iludir a boa fé dos candidatos.

Hospedarias parecidas com campos de prisioneiros, alimentos deteriorados, assistência médica deficiente, viagem que duravam até três meses para se atingir o seringal, formavam um quadro parecido com aquele que prevaleceu durante o final do século passado.

Para combater a malária o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) iniciou, em junho de 1942, um programa de controle da malária, de saneamento geral e de assistência médica à população da Região. Com financiamento e auxílio norte-americano, desenvolveu-se uma modesta campanha da vacinação, treinamento de guardas sanitários, operações de drenagem em algumas cidades, além de outras medidas. Por outro lado, o SAVA e a RDC passaram a fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringalistas, por preços reduzidos.

Ainda durante o ano de 1943, extinguiu-se o SEMTA criando-se, em seu lugar, a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia - CAETA. (Decreto-Lei nº 5813 de 14 de setembro de 1943).

Por outro lado, em face do recrudescimento do processo inflacionário nas praças de Belém e Manaus, foi revisto o preço de compra da borracha vegetal, incluso no "Acordo Suplementar sobre a Borracha", firmado em 1943, entre a Comissão de Controle dos "Acordos de Washington" e a RDC.

¹³ Conforme PINTO, Nelson Prado Alves. Op. Cit. p. 19.

Quanto às técnicas de produção e a pesquisa científica, coube ao Instituto Agrônomo do Norte (IAN), mais tarde Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN) e hoje Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido (PATU) a responsabilidade e coordenação dos trabalhos de experimentação heveícula, com resultados que só se poderia obter a longo prazo.

No que se refere à indústria de artefatos de borracha, tomou-se uma série de medidas com o fim de limitar o consumo interno de borracha vegetal, estabelecendo quotas de matérias-primas e artigos finais a serem produzidos por cada estabelecimento fabril, além de fixar volumes globais de vendas para o mercado nacional, exportando-se o excedente para os EUA e outras repúblicas sul-americanas (Decreto-Lei nº 5.428 de 27 de abril de 1943 e Decreto-Lei nº 8.148 de 29 de Outubro de 1945).

A resultante disso tudo, do ponto de vista quantitativo, foi um aumento da produção extrativista de forma moderada. Das 16,8 mil toneladas produzidas em 1942, passou-se a 22,5 mil toneladas em 1946, com um auge de 24,6 mil toneladas em 1947. As exportações totais entre 1943 e 1946 chegaram a soma de 42,8 mil ton., contribuição bastante modesta ao esforço de guerra aliado, considerando-se que somente os EUA consumiram, em 1943, 332,7 mil toneladas de borracha vegetal, 173,6 mil toneladas de sintética e 162,7 mil toneladas de regenerada.¹⁴

Com relação à indústria nacional de pneumáticos, o programa de substituição da borracha vegetal pela sintética (importada dos EUA) permitiu que se mantivesse um ritmo de produção em elevação ao mesmo tempo em que se reduzia o consumo interno da matéria-prima vegetal, especialmente em 1944 e 1945.

Se por um lado, o custo social de tais resultados foi

¹⁴PINTO, Nelson Prado Alves. Op. Cit. p. 23.

proibitivo, ao mesmo tempo em que se repetiu o drama dos migrantes do final do século XIX, reforçaram-se os elos de subordinação do "aviamento". Pois, o Banco de Crédito da Borrcha veio apenas substituir as tradicionais Casas Exportadoras, que eram as tradicionais financiadoras do Sistema de Aviamento, no início do século atual. BCME-BIBLIOTECA

As transformações políticas ocorridas no país ao mesmo tempo em que se encerrou a II Guerra Mundial deram um novo impulso às reivindicações sociais e econômicas das regiões beneficiadas pelo processo de industrialização do Centro. O setor produtor de artefatos de borracha que se instalou no país durante o período 1912-1946, cresceu em ritmo acelerado, absorvendo em 1946, cerca de 60% da produção gumífera nacional. O que se poderia prever para os primeiros anos da década de 50 era um consumo nacional de borracha vegetal que excederia a produção Amazônica. Nesse período, o extrativismo gumífero havia se desvinculado do setor exportador para rearticular-se ao desenvolvimento industrial do Sul do País. Destarte, qualquer política que pretendesse manter o preço da borracha vegetal acima da cotação internacional, refletir-se-ia na indústria nacional de artefatos de borracha implantadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Nos anos que se seguiram a II Guerra Mundial entre 1945-1947, a liberação das restrições à importação, com a fixação de uma taxa de câmbio equivalente à dos anos pré-1930, desencadeou um significativo incremento no fluxo de produtos importados.¹⁵

Uma vez esgotadas as reservas cambiais acumuladas durante o período de guerra, foi imposto um controle rígido de importações, a partir de 1947 através de uma política cambial discriminatória dos bens de consumo final, garantindo a proteção à indústria de pneumáticos aqui instalada.

¹⁵FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 204-216.

Ainda em 1947 a atividade produtora de borracha (extrativa ou agrícola) era colocada num plano estritamente regional, a despeito do óbvio vínculo entre a indústria gumífera do sul do país e o suprimento da matéria-prima proveniente dos seringais amazônicos. E, então, foram tomadas as seguintes medidas: 1) Ficava prorrogado até 31 de dezembro de 1950, o monopólio Governamental das operações de compra e venda de borracha; 2) Reafirmava-se a continuidade de exploração dos seringais financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, reiterando-se a determinação de que o preço de compra a ser pago pelo Banco, dever-se-ia repartir entre seringueiros, seringalistas e proprietários, nas proporções fixadas pela legislação anterior. (Veja-se o Decreto-Lei nº 4.481, de 17 de outubro de 1942); 3) Criava-se a Comissão Executiva de Defesa da Borracha (CEDB).

A queda na produção da borracha extrativista entre 1947-50, coincidiu com uma expansão acelerada da indústria de artefatos de borracha, de tal modo que em 1950, pela primeira vez na história do país, o consumo de borracha ultrapassou a produção. Em 1951, o Brasil importou 5,5 mil toneladas de borracha vegetal.

Em 1953 foi institucionalizada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que objetivava a criação de um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca no sentido de melhorar padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da Região e da expansão da riqueza do país. Os recursos da SPVEA foram determinados pela Constituinte de 1946, que estabelecia que 3% da renda tributária da União, dos Estados e Municípios Amazônicos fossem aplicados, por 20 anos num plano de valorização da região.

Extinta a SPVEA em 1966, ao encerrar-se o prazo constitucional que lhe garantia recursos financeiros, é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), mol

dada segundo as linhas do órgão de planejamento do Nordeste (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE) e vinculada ao Ministério do Interior.

Em 1967 foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), por um prazo de 30 (trinta) anos, objetivando o surgimento de uma área de livre comércio de importação e de incentivos fiscais especiais para dotar a região de um centro comercial, industrial e agropecuário com vistas ao seu desenvolvimento.

Também em 1967, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), ligada ao Ministério da Indústria e Comércio, cujos objetivos básicos eram: estimular a produção da borracha natural e tratar da comercialização da borracha a nível nacional e internacional.

A nível nacional, o acelerado e desordenado processo de industrialização que o país atravessou no período imediatamente posterior a II Guerra Mundial começava a apresentar seus pontos de estrangulamento. A deficiência da produção nacional de borracha vegetal era um deles. Crescia no campo industrial e consumo nacional de borracha sintética. Neste sentido, o setor produtor de artefatos de borracha brasileiro, limitava-se a acompanhar o padrão dos países desenvolvidos, onde se localizavam as matrizes das empresas fabricantes de pneumáticos, substituindo parcialmente seu consumo de borracha vegetal pelo de sintética. A indústria de pneumáticos aqui instalada nada mais era do que filiais de companhias norte-americanas ou européias.

A nível internacional, a relação entre os preços dos elastômeros vegetais e sintéticos favorecia a utilização destes últimos.

No Brasil, com o arrefecimento do movimento nacionalista e a franca abertura da economia nacional ao capital estrangeiro durante o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) resultou no favorecimento das grandes companhias produtoras de pneumáticos. O monopólio da comercialização da borracha

foi revogado no que se refere à importação dos elastômeros necessários à complementação do abastecimento nacional. Ou seja, facultava-se aos fabricantes de artefatos de borracha, do setor pesado, a importação direta, com redução de direitos aduaneiros, da parcela suplementar ao seu consumo de borracha nacional. Resultando daí que no ano seguinte, o consumo de elastômeros sintéticos saltou a níveis nunca vistos na indústria nacional de artefatos de borracha.

O início da década de 1960, correspondeu a uma crescente ênfase na produção e consumo de borracha sintética, em detrimento da matéria-prima vegetal. Foi criada em 1959 a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO), começando a produzir em 1965, e tinha como objetivo básico a utilização dos excedentes do álcool pernambucano, através de seu emprego na produção polibutadieno.

Foi no Governo Castelo Branco que foram celebrados Planos Governamentais para a "valorização" do mercado de borracha vegetal e a "diversificação" da economia Amazônica, com o objetivo de por fim ao monopólio, o que se deu em 1967.

As dificuldades econômicas e sociais que atingiram o país no início da década de 1960 são bastante conhecidas. É suficiente lembrar, no que concerne a questão gumífera, que o golpe militar de abril de 1964 veio acentuar o sentido do processo de industrialização delineado durante o Governo de Juscelino Kubitschek. A opção rodoviária e o desenvolvimento da indústria automobilística foram acelerados, promovendo-se, sob a égide da repressão política, o aprofundamento da concentração de renda que permitiu a continuidade daquele processo. Após a desaceleração do crescimento econômico que marcou os anos de 1962 a 1967, retomou-se uma notável taxa de expansão da produção interna, entre 1968 e 1973 — o milagre brasileiro — estimulada pela confluência dos favores concedidos ao capital estrangeiro, das reformas efetivadas pelo Governo do General Castelo Branco e da extraordinária liquidez internacional que prevaleceu durante aquele período. Neste processo, destacou-se o acentuado crescimento da produção

de veículos automotores e mais especialmente dos automóveis de passeio.

BCME - BIBLIOTECA

Para acompanhar esse ritmo, foi necessário que a indústria de pneumáticos crescesse a taxas igualmente vertiginosas. E a contrapartida dessa expansão foi o aumento do consumo total de elastômeros — vegetais, sintéticos, regenerados e látices — que passou de 53,5 mil toneladas em 1958, para 263,5 mil toneladas em 1975.¹⁶

Por outro lado, o parque industrial do Centro-Sul como um todo, procurou dominar e unificar o mercado interno, tanto consumidor quanto de matérias-primas e de trabalho. A transferência da capital para Brasília e a construção da rodovia Belém-Brasília integraram áreas anteriormente fora de qualquer mercado. A Brasília-Acre foi planejada para reproduzir a experiência da Belém-Brasília. Os caminhões que chegavam em Rio Branco no começo dos anos 60 começaram a reorientar o comércio, ligando o Acre diretamente a São Paulo e não mais às praças de Manaus e Belém. A rodovia criou concorrência, não apenas entre meios de transporte, mas também entre mercados.

O aumento do consumo de borracha foi de tal ordem que rapidamente começou a escassear árvores e mão-de-obra.

O consumo do produto no Brasil, a partir de 1960, tem apresentado índice de expansão por demais acelerado. O que parece evidenciar uma forte correlação com os índices de expansão da indústria automobilística, que era constituída de 1.300 veículos automotores, chegando em 1975 a ultrapassar a casa dos sete milhões de unidades, apresentando uma taxa média geométrica de expansão de 11,8% ao ano. A relação produção/consumo nos últimos 20 anos tem se mostrado sempre deficitária. O único superavit nesse sentido foi registrado em 1965, quando a produção chegou a 29.291 toneladas e o consumo foi de 26.554 toneladas — o maior volume de produção des

¹⁶PINTO, Nélson Prado Alves. Op. Cit. p. 66.

ses 20 anos e o menor consumo verificado no período. V. anexo 1.

BCME-BIBLIOTECA

O consumo revelado em 1975, 58.704 ton., foi o maior desses 20 anos e corresponde a um acréscimo de 1,3% sobre o do ano anterior, como mostra o anexo 1.

Rio Branco é o principal centro produtor, tanto a nível regional, como Estadual, tendo ocorrido seu maior volume em 1971, com a marca de 5.134 ton., durante o período 1967-76, significando um acréscimo de 2.272 toneladas, em relação ao primeiro e 2.554 toneladas em relação ao segundo. Neste último, o município participou com 47,2% de produção regional e 30,4% do Estado.¹⁷

Os elos de ligação entre as economias acreana e brasileira no período 1930-1970, aparecem, de forma precária, através da produção de borracha vegetal do Acre. A relação entre as duas economias ocorre, primeiro em decorrência dos "Acordos de Washington" (1942-1946), em segunda, através do desenvolvimento da indústria automobilística no Sul do país e da criação de órgãos e programas regionais voltados para o incentivo à produção de borracha vegetal, a partir de 1947.

Todavia, a situação atual da economia da borracha acreana tende a se agravar, principalmente, em face dos insucessos obtidos nos Programas de Incentivo à Produção de Borracha (PROBOR I, II e III), da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA).

Como explícito no Capítulo VI, o consumo do produto no Brasil, a partir de 1960, tem apresentado índice de expansão bastante acelerado, o que parece evidenciar uma forte correlação com os índices de expansão da indústria automobilística. Todavia, a relação produção/consumo nos últimos 20 anos tem mostrado sempre deficitária. O único superávit nesse período foi registrado em 1965, quando a produção chegou a 29.291 toneladas e o consumo foi de 26.554 toneladas.

¹⁷ ACRE, Assessoria de Comunicação Social. Informações sobre o Estado do Acre. 2a. ed. Rio Branco, 1980, p. 46.

Os elos de ligação entre as economias acreana e brasileira no período 1930-1970, aparecem, de forma precária, através da produção de borracha vegetal do Acre. A relação entre as duas economias ocorre, primeiro em decorrência dos "acordos de Washington" (1942-1946), de forma marginal, em seguida, através do desenvolvimento da indústria automobilística no Sul do país, e da criação de órgãos e programas regionais voltados para o incentivo à produção de borracha vegetal, a partir de 1947.

Todavia, a situação atual da economia da borracha acreana tende a se agravar, principalmente, em face dos insucessos obtidos nos Programas de Incentivo à Produção da Borracha (PROBOR I, II e III), da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA).

Como explícito anteriormente, o consumo do produto no Brasil, a partir de 1960, tem apresentado índice de expansão bastante acelerado, o que parece evidenciar uma forte correlação com os índices de expansão da indústria automobilística. Todavia, a relação produção/consumo nos últimos 20 anos tem se mostrado sempre deficitária. O único superávit nesse período foi registrado em 1965, quando a produção chegou a 29.291 toneladas e o consumo foi de 26.554 toneladas.

4. TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS RECENTES EM RIO BRANCO

4.1 - Características da Expansão da Fronteira Agrícola: a Terra, o Capital, o Êxodo e as Perspectivas.

Conforme observa OLIVEIRA¹, o período histórico que começa no pós-guerra assiste, entre outros, fenômenos e processos que se sucederam, em ritmo acelerado, à gradual abertura da Amazônia, promovida pelo Estado, às múltiplas facetas dos interesses econômicos e políticos assentados no Centro-Sul e desdobrados nas ramificações com capitais monopolistas internacionais.

Seguindo ainda OLIVEIRA², o Acre, por sua vez, não permaneceu imune aos efeitos desencadeados pela seqüência de planos, obras, recursos, promessas e agências governamentais que vão se sucedendo, principalmente a partir da década de 1950. As implicações dessa situação atingiram direta ou indiretamente a organização interna do Acre, em proporções que até hoje não podem ser totalmente definidas. Como marcos dessa escalada, podem ser citadas as modificações na política estatal de crédito à borracha, a concorrência da produção de borracha sintética no sul do país, a transformação do Território em Estado no ano de 1962, a fundação de Brasília e a ligação rodoviária que chega ao Acre no fim da década de 60, permitindo através de Brasília completar o eixo rodoviário com o Centro-Sul. No início da década de 1970, a criação de novos canais rodoviários e as políticas oficiais de coloniza

¹OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 72.

²IBIDEM, p. 72 e 73.

ção, produziram o impacto decisivo sobre o isolamento relativo em que o Acre ainda se achava submerso.

No início da década de 70, mais precisamente desde 1972, tornam-se disponíveis as condições para integração do Acre, via o processo de ocupação da fronteira Amazônica. Essa expansão trouxe ao Acre, primeiramente, o grande capital nacional e estrangeiro, com os grandes lucros acumulados no período do milagre econômico brasileiro. Essa vinda foi atraída pelos incentivos fiscais, os créditos subsidiados, e o baixo preço da terra. Em segundo lugar chegaram pequenos e médios proprietários, em geral paranaenses, que vieram para o Acre atraídos pelo diferencial do preço da terra entre o Sul e este Estado.³

O maior movimento de terras vendidas foi registrado entre 1972 e 1974. Estas terras pertenciam a antigos seringalistas, que falidos ou endividados junto ao Banco da Amazônia, encontraram na venda das terras uma solução aparente para suas dificuldades. Os grandes empresários, os grileiros e os especuladores chegaram e compraram terras em todo o Estado. Os "paulistas", como passaram a ser chamados os grandes compradores de terras, eram de São Paulo, Minas Gerais, Paraná ou Rio Grande do Sul, mas a maioria era realmente de São Paulo. Estes compraram terras por preços muito baixos.

Todavia, a venda indiscriminada de terras passou a enfrentar crescentes dificuldades a partir de 1974-75. Em muitos casos, aqueles seringalistas que vendiam não eram proprietários legais das terras, mas apenas detentores de direito de exploração dos seringais, direito esse que apenas poderia vigorar no período do extrativismo e do aviamento. Em decorrência dos conflitos que começaram a ser intensificados, principalmente pelo início da resistência oposta por seringueiros e trabalhadores rurais em geral, o INCRA passou a intervir no problema fundiário acreano.

³PAULA, João Antônio de. Op. Cit. p. 21.

A ação do INCRA no sentido de arrecadar as áreas devolutas para o patrimônio da União, tornou-se difícil, pois teve que enfrentar as estratégias dos grandes compradores de terras, na sua maioria representantes de importantes grupos empresariais do Centro-Sul, que visam assegurar a partilha e a valorização das terras acreanas em benefício próprio.⁴

Dessa maneira, apesar de alguns obstáculos, o caminho permaneceu livre para o capital do Centro-Sul. Assim, na Região Norte, a forte concentração de terras observada entre 1972 e 1976, segundo os Cadastros do INCRA, pode ser observada através do coeficiente de Gini, que em 1976, era de 0,88. Todavia, o Acre foi a unidade regional em que o índice era mais elevado, chegando a 0,93, que é inclusive o mais alto índice de concentração fundiária no Brasil.⁵ Paralelamente, o Acre apresentava também os menores percentuais de titulação de terras no País.

BCME-DIBLIOTECA

A chegada dos grandes grupos do Centro-Sul ao Acre foi todavia mais intensa entre 1972 e 1974, prosseguindo mais lentamente a partir de então, sem nunca parar e principalmente, sem retroagir.

Não se conhece seguramente o número real dos grandes grupos envolvidos em compras de terras no Acre. Com base em informações preliminares do INCRA, o Jornal Varadouro⁶ publica uma reportagem contendo o nome dos grupos ou indivíduos e da superfície ocupada. Assim, o Grupo Atalla aparece com 427.000 ha, o Grupo Atlântica-Boa Vista com 510.000 ha, o Grupo Viação Garcia com 600.000 ha, o Grupo Agapito Lemos, com 520.000 ha, o Grupo paulista proprietário da COLOAMA com 1.000.000 ha e ainda muitos outros, em nome de proprietários menos conhecidos, e que chegam até mais de 2.000.000 ha. Exis

⁴ OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 75.

⁵ Ministério da Agricultura e CEDEPLAR. Ocupação agrícola na Amazônia. Belo Horizonte, 1979. (Relatório. Mimeo).

⁶ VARADOURO. Rio Branco. mai 1980, nº 19. (Jornal).

tem grupos famosos como o Frigorífico Bordon e o Grupo Real, que possuem também grandes áreas de terras, mas ainda não se tinha feito levantamentos.

A distribuição desses grandes grupos pelo Estado do Acre obedeceu a um ordenamento diferente, de acordo com a divisão espacial entre o Vale dos Rios Purus e Acre e Vale dos Rios Juruá e Tarauacá. De forma concreta, nos dois vales, os grupos que se instalaram, praticam até hoje, como forma de valorização predominantemente, a especulação fundiária. As promessas de investir na produção, não passaram mesmo de promessas, que ficaram nas vitrines dos seringais de cultivo (com incentivos do PROBOR I e PROBOR II)⁷ e da agropecuária. No primeiro caso os recursos do PROBOR I foram parcialmente desviados para aplicações mais rendosas no Centro-Sul, enquanto os do PROBOR II foi provavelmente aplicado corretamente, estimando-se em 120.000 o número de seringueiras efetivamente plantadas. Com respeito à pecuária extensiva, exaltada como futuro fator de desenvolvimento do Acre, não se mostrou dinâmica em todo esse período.⁸

O Programa de Incentivo a Produção de Borracha Vegetal — PROBOR I — foi instituído através do Decreto-Lei nº 1.232, de 17 de julho de 1972. Este Programa visava, ao lado dos estímulos, já clássicos, à formação e recuperação de seringais de cultivo (restritos à Amazônia e ao Estado da Bahia), acrescentava-se um surpreendente plano de abertura de novos seringais nativos.

Segundo o jornal O Estado de São Paulo⁹, o Acre contratou por intermédio do PROBOR I a plantação de seringueiras em 7.094 hectares, conseguindo a aprovação de 35 proje-

⁷PROBOR - Programa de Incentivo à Produção da Borracha, vegetal, da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha — SUDHEVEA (criada em 1967).

⁸OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 76.

⁹Produção de borracha não deve acompanhar demanda. Jornal O Estado de São Paulo, 24 fev. 1980.

tos, que receberam investimentos de Cr\$ 83 milhões. Mas a área plantada alcançou apenas cerca de 1.500 hectares, menos de um quarto da área esperada. Entre as causas do fracasso são apontadas a falta de material botânico para o enxerto das mudas, a ausência de mão-de-obra e de técnicos especializados, a ocorrência de pragas e moléstias e, principalmente a má aplicação do dinheiro do PROBOR pelos executores dos projetos beneficiados. Oito dos maiores projetos tiveram seus financiamentos suspensos pelo Banco da Amazônia (BASA), por solicitação da SUDHEVEA, sob a alegação de que aplicaram os recursos recebidos em setores estranhos à produção de borracha, como o "open market", formação de pastagens ou na compra de gado, conforme afirmou um técnico da Emater-Acre. Do PROBOR I, portanto, que completou sete anos de plantio no biênio 1980/81 o Acre iria colher borracha de apenas 1.095 hectares de seringais de cultivo. Desse total, 900 hectares pertencem ao grupo BONAL S/A, 105 hectares são de seringais de Cruzeiro do Sul (entre os quais o Pacalpa), 20 do município de Sena Madureira, cinco do município de Tarauacá e cerca de 65 estão nas proximidades de Rio Branco. Dos grandes projetos, apenas o da BONAL obteve êxito, embora também tenha passado por alguns desacertos no começo. O grupo recebeu Cr\$ 45.170.231,00 do PROBOR I e um reforço do PROBOR II (lançado em 1974) de Cr\$ 5.895.000,00 sendo considerado hoje o projeto mais bem sucedido da Amazônia. BCME-BIBLIOTECA

O PROBOR II prevê recursos para a recuperação de 10.000 colocações de seringais nativos e abertura de novas 5.000.¹⁰

Em decorrência da ocupação dos grupos do Centro-Sul, como já assinalado, a ocupação dos Vales do Purus e do Juruá seguiu padrões diferentes, a partir de 1972. Enquanto no primeiro, que compreendia então os municípios de Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Sena Madureira, a existência de uma rede mais ampla de estradas, capitaneada pela BR-364 (Rio Branco-

¹⁰ PAULA, João Antônio de. Op. Cit. p. 40.

-Porto Velho-Cuiabá-Brasília) e pela BR-317 (Rio Branco-Xapuri-Brasiléia), favorecia a intensificação do contato com frentes demográficas externas; o segundo, compreendendo então os municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó, achava-se permanentemente isolado, sem estradas trafegáveis e portanto, quase inacessível à penetração de migrantes de todo o tipo, inclusive pequenos e médios proprietários. Estes requisitos, condicionaram de certa forma as características da expansão demográfica e econômica, contribuindo para que no Vale do Acre-Purus predominasse a presença de pequenos e médios fazendeiros (paranaenses, paulistas, etc.), a maioria dedicados à pecuária e também à algumas culturas comerciais. Paralelamente à vinda destes pequenos e médios proprietários rurais, chegavam também algumas centenas de famílias mais pobres, procedentes do Paraná, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, que vinham em busca de lotes para formação de "colônias"¹¹ e cujas origens estão contidas na frente demográfica que durante a década avançou por Mato Grosso e Rondônia e que só muito marginalmente, atingiu o Acre. Mais atualmente, alguns grupos mais fortes parecem estar se estabelecendo mais solidamente no Vale, a tendência observada é a de se instalarem no trecho Rio Branco-Xapuri, onde as garantias para escoamento da produção e valorização fundiária a curto prazo são mais seguras.¹²

No Vale do Juruá, de mais difícil acesso, predominam os grandes grupos, principalmente entre Feijó e Tarauacá, voltados para a especulação fundiária, com projetos de facha da e exploração, em bases tradicionais, da seringa nativa.

Todos esses movimentos da frente capitalista, de pequenos proprietários e trabalhadores rurais, principalmente à nível interno, foram decisivos no sentido de traçar um novo quadro de redistribuição populacional durante a década.

¹¹ Sítios, pequenas fazendas.

¹² SILVA, Adalberto Ferreira da. Um Comentário sobre a expansão recente do capitalismo no Acre. Rio Branco, 1980, p. 14. (Mimeo).

Para a compreensão do movimento demográfico no Acre, são apresentadas as tabelas¹³ 1 e 2.

Os resultados mostrados nas duas tabelas, primeiramente, revelam que o Acre, no contexto da fronteira Amazônica foi a Unidade da Federação que apresentou a menor taxa de crescimento demográfico (3,43), provavelmente um pouco superior à sua própria taxa de crescimento vegetativo. Da mesma maneira, sua proporção de população urbana é a menor da região, embora o crescimento da mesma no período 1970-80 tenha sido dos mais expressivos (122,86%), bem acima do crescimento relativo da população urbana na Região Norte (87,27%). Do lado interno, na tabela 2 observa-se o crescimento demográfico na microrregião do Purus, onde inclusive a proporção de população urbana é superior à da Região Norte como um todo. Por sua vez, a microrregião do Juruá parece ter perdido população no período, haja vista sua taxa de crescimento ser inferior à possível taxa vegetativa. Também, apresenta uma proporção bem baixa de população urbana, conseqüência possível da hegemonia das atividades extrativas tradicionais na área.

Destarte, nota-se que o território acreano não foi palco da significativa frente camponesa que durante a década estendeu-se pela Amazônia Ocidental. Contudo, vale ressaltar, segundo os dados, que na área representada pela microrregião do Purus, a taxa de crescimento um pouco mais elevada, sugere a existência de um pequeno fluxo migratório, desviado da frente demográfica que na década movimentou-se pela Amazônia Ocidental.

Em contrapartida, na microrregião do Juruá, o que se observa é uma perda populacional, possivelmente em direção à Manaus ou Rio Branco, o que confirma a lógica do poder dos grandes grupos na região e de suas políticas de valorização especulativa das terras paralelamente à manutenção de atividades e formas de subordinação tradicional.

¹³As duas tabelas foram extraídas de OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 78 e 79.

Tabela 1 - Taxa Geométrica de crescimento anual da população total na década 70-80, proporção da população urbana e variação percentual da população urbana 70-80. Regiões Norte e Centro-Oeste, 1980.

Regiões e Unidades da Federação	Taxa cresc. Geom. população total 70-80 (%)	Proporção popul. urbana 1980 (%)	Variação pop. urbana 70-80 (%)
REGIÃO NORTE	5,04	51,69	87,27
Rondonia	16,07	47,34	291,68
Acre	3,43	43,82	122,86
Amazonas	4,13	59,93	111,46
Roraima	6,83	61,76	179,65
Pará	4,64	48,94	63,38
Amapá	4,38	59,17	66,41
REGIÃO CENTRO-OESTE	4,06	67,75	109,98

FONTE: IBGE - Resultados Preliminares do Censo de 1980.

Tabela 2 - Taxa geométrica de crescimento anual da população total na década 70-80 e proporção da população urbana. Acre e microrregiões - 1980.

Acre e Microrregiões	Taxa crescimento geom. população total 70-80 (%)	Proporção população urbana (%)
Acre	3,43	43,82
M.R. Purus	3,79	55,60
- Rio Branco	(5,14)	
M.R. Juruá	2,39	23,10
- Cruzeiro do Sul .	(7,23)	

FONTE: IBGE - Resultados Preliminares do Censo de 1980.

BCME - BIBLIOTECA

Como o Vale Acre-Purus sempre foi a parte mais habitada do Acre e onde as atividades extrativas, a partir dos seringais, mais intensamente combinaram o tripé borracha-castanha-madeira com a agricultura comercial e de subsistência, podemos dizer que trata-se da região onde a economia e sociedade acreana estavam em melhor nível de funcionamento.

Os interesses que moviam os empresários, especuladores e fazendeiros do Centro-Sul eram realmente alheios às necessidades da organização social local, pois eles vieram para investir na pecuária. Esses grupos não estavam interessados na extração de borracha, por exemplo, e muito menos em seringueiros, trabalhadores rurais ou posseiros residindo nas terras dos antigos seringais que iam sendo comprados. Como consequência houve uma brusca substituição da tradicional atividade extrativista da seringa pela agropecuária, bem mais pecuária extensiva.

BCME - BIBLIOTECA

As contradições entre os "paulistas" e os trabalhadores são acirradas pelo fato daqueles requererem por todos os meios a "limpeza" das terras, isto é, a saída dos moradores e suas famílias, que as ocupavam há décadas. Segundo os especuladores, torna-se urgente expulsar a força-de-trabalho residente para que a terra não se "deprecie"; é também necessário garantir a propriedade "de fato" e afastar as reivindicações de posse. A situação da mão-de-obra torna-se ainda mais grave pelo fato de que as atividades pecuárias requerem poucos trabalhadores para as tarefas habituais. Todavia, face às tarefas típicas correspondentes às etapas do ciclo produtivo, existe uma razoável demanda por mão-de-obra temporária, especialmente nos períodos de desmatamento e limpeza de pastos ou áreas agrícolas (seringal de cultivo, cana, café, cacau, etc.).

O fluxo de trabalhadores temporários é permanentemente alimentado pelo próprio processo de expulsão das terras. São os antigos seringueiros e agricultores, alojados na periferia de Rio Branco ou mesmo nas outras cidades, que constituem a força-de-trabalho de "reserva", que pode ser utiliza-

BCME - BIBLIOTECA

da pelos "paulistas" e demais proprietários rurais durante o ano agrícola. O trabalhador temporário, utilizado pelos novos donos da terra, tomou no Acre o nome de "farofa-fria". Esta é a força-de-trabalho "livre", integralmente criada pela penetração do capitalismo no Acre.¹⁴

Com a ativação do PROBOR I, o fluxo migratório campo-cidade foi parcialmente invertido. Os financiamentos com juros subsidiados, os financiamentos para custeio, abertura e reabertura de estradas incentivaram a expansão da produção de borracha, a reativação dos seringais e a volta dos seringueiros. Essa retomada da expansão da economia da borracha foi basicamente processada pela presença dos recursos federais, dos subsídios e incentivos que o PROBOR I trouxe, apesar do significativo desvio que foi submetido.

Ao mesmo tempo, os financiamentos do BASA ao seringal nativo, têm incentivado a que o grande capital que veio para o Acre com a perspectiva de implantar a pecuária, comece a se interessar pelo seringal nativo, configurando-se uma situação onde o grande capital movimenta o seringal nativo conservando as mesmas relações de aviamento, sem alterar substancialmente os traços da economia da borracha.

Portanto, no Acre existem duas frentes principais que polarizam os possíveis interesses dos grandes grupos agropecuários do Centro-Sul: os programas de seringais de cultura e a abertura de estradas para o Pacífico.¹⁵ Ambos os casos tratam-se de planos anteriores que progressivamente vão se tornando mais viáveis às perspectivas econômicas dominantes, como por exemplo, a implantação das chamadas mini-usinas como forma de avanço técnico no processo de defumação do látex.

O seringal de cultivo é uma atividade tipicamente ca

¹⁴ OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 85.

¹⁵ Esta expressão é colocada no sentido de criação de mercados externos para a pecuária.

pitalista, organizada racionalmente como muitas outras culturas avançadas, com aprofundamento tecnológico e divisão social do trabalho. Por suas características, é uma atividade que absorve mão-de-obra em escala considerável.

A produção de seringueiras de cultivo é uma atividade já há alguns anos incentivada por programas oficiais da SUDHEVEA, denominados PROBOR como já discutido antes. Os dois primeiros programas, fortemente centrados na região Amazônica, não obtiveram os resultados esperados. Estima-se que entre 120.000 e 150.000 hectares de seringueiras foram plantados nesse período e o primeiro quilo de borracha originária de seringal de cultivo foi recolhido em setembro de 1980. O PROBOR III, assinado em abril de 1981, surgiu com metas mais ambiciosas, visando uma possível auto-suficiência em borracha no ano de 1992, estimuladas ainda pelos problemas da balança de pagamentos e pelo encarecimento do petróleo, fonte básica da borracha sintética que é igualmente produzida no Brasil.

Como consta no Subprograma I, da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA)¹⁶ a área geográfica da ação do PROBOR III abrange todo o território nacional, nas regiões que apresentarem condições ecológicas favoráveis à heveicultura, identificadas através de comissão técnica, designada pela SUDHEVEA e aprovadas pelo Conselho Nacional da Borracha - CNB, dando prioridade para as áreas da Amazônia Legal, do litoral Sul do Estado da Bahia e para as já zoneadas na vigência do PROBOR II, nos Estados do Espírito Santo e do Maranhão, observando-se os condicionamentos de infra-estrutura botânica e de assistência técnica.

Entretanto, segundo OLIVEIRA¹⁷, "a situação ainda não parece inteiramente esclarecida no Acre. Ao que tudo indica,

¹⁶SUDHEVEA. Normas Operacionais dos Subprogramas de Financiamento. /s.n.t). p. 1.

¹⁷OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 88.

tendo em vista as perspectivas abertas à capitalização nessa atividade, a SUDHEVEA deu prioridade aos Estados do Sul no PROBOR III, e a prova disso está no recente processo de substituição de culturas agrícolas em São Paulo. Grandes áreas de café estão sendo desativadas para dar lugar ao plantio de seringueira. Ao Acre, teria sido destinado uma área de apenas 2.000 ha no PROBOR III, o que deixa dúvidas quanto ao ritmo de crescimento da agricultura da borracha na região".

BCME - BIBLIOTECA

Uma outra possibilidade que se coloca ao alcance dos interesses dos grupos sulistas no Acre, é a que se refere à via de acesso ao Oceano Pacífico, através de ligações rodoviárias com o Peru. Do lado brasileiro, a estrada seguirá a BR-364 até Rio Branco e depois o trecho Rio Branco-Xapuri-Brasiléia-Assis Brasil, com reimplantação e pavimentação de pistas. A conexão com o Peru, completa-se com as obras de pavimentação da BR-364, desde Cuiabá até Porto Velho e em seguida até Rio Branco, o que assegurará assim, condições extremamente favoráveis de transporte em toda a Amazônia Ocidental.

A consecução desse eixo rodoviário e a ligação com o Peru até o Oceano Pacífico era uma aspiração há muito tempo acalentada pelos grupos sulistas que compravam terras no Acre. Abrem-se perspectivas para a produção de carnes e derivados nessa parte da Amazônia, visando o comércio com o Peru e o comércio asiático (japoneses em primeiro lugar). De forma complementar, a pavimentação da BR-364 torna regular, ao longo do ano inteiro, as ligações com o Acre (pela velha BR-364 o acesso só é possível nos meses de verão) e torna-se indispensável à sustentação de atividades produtivas predominantemente voltadas para a comercialização em outros centros.

Estas são as perspectivas com que se depara a expansão da fronteira capitalista no Acre. Nesse processo, a população do Acre vai experimentando e criando novas formas de reprodução, sob as condições do crescimento urbano na fronteira Amazônica.

4.2 - A Formação dos Núcleos Urbanos

A decadência da economia da borracha, a partir de 1912, provocou várias mudanças na economia local, que se apoiava na produção e comercialização daquele produto. Das mudanças ocorridas, resultou que a população residente no Acre, começou a participar de um novo tipo de organização econômica e social, onde apesar do seringal ainda ser o centro das atividades, surgiam significativas alterações no controle, ritmo e diversificação da produção. Não estando mais plenamente aviado, o trabalhador obteve o direito de iniciar sua própria agricultura de subsistência e mesmo dedicar-se mais normalmente à caça e pesca.

O sistema dominante em crise, com o desinteresse pela produção direta, não tem meios nem razões para prosseguir com a forma repressiva de imobilização da força de trabalho, a qual passa a arcar com seus custos de reprodução através da lavoura que começa a cultivar ao redor de seu tapiri e simultaneamente, a determinar em parte, o uso de seu tempo de trabalho e sua liberdade de movimento.

Essa liberação vai se refletir de duas formas: a primeira é na migração para fora dos seringais, sinal evidente de excedente populacional; a segunda é a mudança do nível e intensidade da subordinação da força de trabalho que ficou.

A estrutura da população acreana alterou-se significativamente nessa fase. Posteriormente, até os primeiros anos da década de 40, a situação da população e da economia acreana não apresentou maiores alterações, como veremos a seguir.

A cidade de Rio Branco está dividida em duas zonas diferentes, separadas pelo rio Acre: Penápolis, à margem esquerda e Empresa, à margem direita. Nesta segunda zona é que se encontra a formação da cidade de Rio Branco. Nos primeiros anos, o bairro Empresa concentrou a essência do capital mercantil, como: o comércio, os negócios de beneficiamento dos produtos extrativos, os hotéis e as diversões, enquanto

Penápolis, agrupava predominantemente as repartições públicas. Os seringueiros, castanheiros e o pessoal ligado às atividades de transporte, embarque e desembarque fluvial viviam no bairro Empresa, que por esta razão era mais populoso.

Com o decorrer dos anos, os indivíduos e famílias mais destacados na economia e sociedade local foram construindo suas casas em Penápolis, que também por ser a sede do Governo, passou a ter uma melhor constituição de ruas, praças e conjunto urbano em geral. Essa tendência acentuou-se com o tempo e estabeleceu-se mais firmemente após o declínio da borracha e em especial, após 1920. Neste ano, Rio Branco foi elevada à categoria de capital do território, com a extinção dos três Departamentos até então existentes.

No transcorrer da década de 20 ergueram-se as primeiras construções em alvenaria e abertura de ruas foram planejadas e efetuadas. As dificuldades encontradas pela economia acreana durante as décadas de 20 e 30, afetaram o próprio crescimento populacional da cidade, que em 1940 contava com um número inferior ao de 1920¹⁸. Ocorreu um redimensionamento da composição social urbana, decaindo o grande contingente inicial vinculado ao complexo dos negócios da borracha, que na sua maioria abandonou o território. Fixou-se, então, uma população estabelecida em função do comércio e da administração pública centralizada, com uma parte em atividades de beneficiamento da produção extrativa. Enquanto as demais cidades acreanas tornavam-se núcleos de reduzidíssima população, posto que grande parte desta dedicava-se à subsistência dentro dos seringais ou abandonaria a região, Rio Branco manteve uma população mais ou menos estável, absorvida na Administração pública e nas atividades sobreviventes comandadas pelo capital mercantil.

Na década de 1940, a cidade conheceu a reativação das atividades orientadas pelo capital mercantil como resul-

¹⁸Veja o Censo Demográfico de 1920 e 1940.

tado do novo esforço de Produção extrativa (1942-1945). O pós-guerra torna evidente uma preocupação governamental com a fixação e abastecimento da cidade, em função do crescimento populacional observado pela mobilização e posteriormente desmobilização dos chamados "soldados da borracha". A iniciativa tomada consistiu na criação de núcleos coloniais nas terras do antigo seringal Empresa, possibilitando a fixação em torno dos bairros da cidade, de 4.518 pessoas (1950), ocupadas em atividades agrícolas.¹⁹ Em 1950, a parte urbana de Rio Branco contava com aproximadamente 10.000 habitantes, ou seja, o dobro de 1940.

Por volta de 1950, plantava-se em alguns núcleos criados ao redor da Capital, mandioca, arroz, milho, feijão e frutas, como também produzia-se açúcar, mel, carvão, leite, ovos e carne, ganhando assim importância, pela primeira vez, a agricultura de subsistência fora do seringal.

Vale ressaltar, que este período coincide com importantes redefinições nas relações entre o Governo Central e a Amazônia. Ou seja, houve uma valorização da Amazônia (1946-1966), em decorrência de interesses econômicos, já que a produção gumífera servia de sustentáculo ao processo de industrialização que operava no país.

A nova forma de organização e subordinação da população Amazônica, feitos a partir de planos de valorização econômica em que formas de financiamento foram assumidas pelo Estado, influenciaram decisivamente sobre as atividades agropecuárias e extrativas e como subproduto de um processo mais complexo em que a migração para as cidades começa vagarosamente a ganhar maior relevância, influenciaram também sobre as formas de ocupação do espaço urbano.

No esboço da evolução histórica de Rio Branco, assinalamos que os fatores que se conjugaram no pós-guerra, re-

¹⁹ GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo geográfico do território do Acre. Rio de Janeiro, IBGE, 1955. Parte II, cap. II.

sultaram em um aumento da população urbana e na incorporação de espaços adjacentes ao núcleo inicial da cidade, incluindo a formação de colônias agrícolas, destinadas a funcionar como conexão entre a cidade e zonas agrícolas. Essa conexão, em função das fracas possibilidades de expansão econômica das novas colônias, deu início a uma gradual transferência de população agrícola às atividades urbanas e originou, de fato, a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano, que por sua vez vai dar origem a implantação de novos bairros habitados por uma população desligada de seus vínculos com a terra e relativamente excedente ao nível de economia urbana então existente. Verifica-se, então a constituição de uma população pobre, sem meios próprios de produção e que vai localizar-se em áreas anteriormente compradas pelo Estado (1942), para a formação de núcleos coloniais. A ocupação dessas novas áreas urbanas se deu de maneira razoavelmente espontânea e a doação de "terras urbanas" não foi acompanhada por procedimentos legais que assegurassem concretamente a propriedade do solo. Essas novas áreas urbanas se localizaram, principalmente, na parte norte do sítio de Penápolis (margem esquerda do rio Acre).

SCME-BIBLIOTECA

A não regulamentação da propriedade do solo urbano nessa "zona ampliada", a partir de áreas incorporadas ao patrimônio da União ou de áreas de posse discutida, vai somar-se, na década de 1970, a todo complexo não solucionado de questões que envolvem a chamada Questão Fundiária no Acre.

Em 1960, a parte urbana de Rio Branco já contava com quase 18.000 habitantes e em 1970, passou a mais de 35.000 habitantes, mais que o dobro de 1960. Este crescimento era, parte produto de uma alta taxa de incremento natural (fecundidade bem elevada), e parte produto de uma imigração primordialmente rural-urbana.

A estrutura interna da cidade já estava totalmente delineada, o centro comercial e administrativo achava-se agora praticamente consolidado no perímetro antigo de Penápolis, que passou a se confundir com a própria cidade, e os

bairros de classe média e famílias mais antigas estabelecidos em linha de aproximação com o centro.

4.3 - A Constituição dos Bairros Pobres em Rio Branco, sua Evolução Recente e Caracterização no Contexto da Região Amazônica

Cem anos após o início da lenta ocupação do solo do Acre pela mão-de-obra nordestina e quando uma parcela de seus descendentes já desenvolviam atividades de forma quase autônoma, sem o rígido controle dos antigos seringalistas, essa força de trabalho é colocada novamente, em movimento. As grandes empresas agropecuárias e os médios fazendeiros ao ocuparem uma ampla extensão de terras no vale do Acre e mesmo no vale do Purus, causaram o êxodo populacional dos trabalhadores expropriados e expulsos. Tal êxodo somente passa a ser parcialmente amortecido com a formação de uma consciência de defesa e resistência dos peões e seringueiros, a partir principalmente de 1976, com as atitudes assumidas pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG e pela Igreja.

Cabe aqui, destacar os efeitos da mobilidade dessa população sobre a cidade de Rio Branco. Além de ser a maior cidade do Acre e de poder oferecer as maiores oportunidades de empregos e negócios, Rio Branco serviu de escoadouro natural para o contingente populacional expulso do Vale do Rio Acre, pois na impossibilidade de ter acesso à propriedade da terra nesse vale, Rio Branco apresentava-se como o ponto de destino dos rios e estradas da área. No vale do Purus, o município de Sena Madureira, que experimentou um processo basicamente igual, porém não tão intenso, também contribui com as correntes migratórias para Rio Branco.

A migração do vale do Juruá é bem residual, não só pelo motivo de que nessa área o processo de ocupação das terras não assumiu características semelhantes, como também as ligações com Manaus são aí bem mais fortes.

A pesquisa domiciliar do CEDEPLAR efetuada em Rio Branco em 1978, revelou que dentre os chefes de família entrevistados, apenas 13,3% são naturais da cidade, sendo que dos 51,4% de naturais do Acre, 14,4% vieram de Sena Madureira e 7,7% de Xapuri. A mesma pesquisa mostra que 45,5% dos chefes migrantes chegaram a Rio Branco nos últimos 10 anos, o que dá bem uma visão da intensidade do fluxo migratório recente.

BCME - BIBLIOTECA

Por conseguinte, a cidade de Rio Branco, a partir de 1970, vê acelerar o crescimento demográfico, em função da anualmente crescente chegada de migrantes — força de trabalho expulsa dos seringais e das áreas de posse. A economia e a sociedade acreana acusam, de maneira nítida, a inserção do Acre no fluxo de integração do novo estágio nacional de acumulação de capital.

A forma específica do caso Acreano, em relação às demais áreas da Amazônia, expostas à penetração das frentes econômicas e demográficas, é dada pela composição das relações entre o capital e a população em movimento. Enquanto na parte oriental da Amazônia (Oeste do Maranhão, Sul do Pará e Norte de Goiás e Mato Grosso) e em Rondônia, a população envolvida é uma população já em movimento desde outras regiões do Brasil e esse fato configura um determinado nível e característica dos conflitos pela terra e pela localização espacial, no caso do Acre, a população atingida pela penetração do capital sulista é, em sua quase totalidade, uma população natural ou já radicada há várias décadas nas terras acreanas. Destarte, existe entre essa população e a terra um forte vínculo, tanto material como cultural, que se revela mais claramente na defesa dos valores de vida e de trabalho assimiláveis a uma certa percepção de existência acreana.

O ajustamento cultural dos migrantes acreanos em Rio Branco com as "coisas" do Acre vai dar origem a uma marca característica ao processo de formação dos bairros periféricos e da constituição dos novos contingentes de trabalhadores. A expulsão dos seringais, das posses e das colônias não lhes

reduziu, em geral, esse sentimento de identificação com a terra como meio de produção e por outro lado, originou uma forma particular, derivada dos anos de experiência nos seringais e nas colônias, de ocupação do espaço urbano e da construção de laços internos de solidariedade e defesa.

Os bairros periféricos de Rio Branco possuem uma organização — ou falta de — interna sensivelmente distinta dos bairros tradicionais da cidade, onde agrupam-se os antigos moradores e a "nova" classe média. Tal fenômeno possivelmente não é original ou exclusivo da história recente do Acre, guardando mesmo significativas semelhanças com a realidade urbana de outras regiões do Brasil e da América Latina, onde os cinturões de pobreza vão se formando nas periferias ou nas favelas. As semelhanças decorrem do fato de que, na maioria dessas regiões, o crescimento urbano é fruto de um processo de desarticulação de antigas relações de produção no campo ou em pequenas cidades, o qual favorece a concentração espacial da força de trabalho nas áreas em que as necessidades do desenvolvimento capitalista se fazem mais imperiosas.²⁰

Por outro lado, visto que a titulação definitiva do solo urbano em diversas áreas de invasão e mesmo em áreas loteadas pelo Estado ou com sua autorização²¹, praticamente inexistente como reconhecimento legal, a exposição dos moradores dessas áreas ao risco de expulsão por parte dos interesses imobiliários camuflados ou não, é uma realidade e em crescimento.

Dessa maneira, a forma que assumiu a ocupação da maioria desses bairros periféricos em Rio Branco está em íntima relação com o passado de experiências nos seringais e na terra acreana que essa população tão fortemente vivenciou. A formação e organização desses bairros exemplificam de for-

²⁰ OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 111.

²¹ GAZETA DO ACRE. 20 nov. 1979. (Jornal).

ma concreta, esse aspecto, que ocorreu em maior escala quando a população começa a ser expulsa ou pressionada para fora das terras dos antigos seringais, após 1970.

Atualmente, ultrapassa a uma dezena, o número desses bairros, que continuam a alocar, de forma crescente, o contingente de moradores que chegam dos seringais. Outros bairros vão surgindo em tempo rápido. Analisando as condições de existência da população urbana em Rio Branco, em 1976, Garcia de Oliveira registrou a existência de oito bairros pobres, "que diferem da constituição normal dos demais bairros da cidade".²² Quatro desses oito bairros, resultariam de invasão direta da população chegante, que são: Cidade Nova, Bahia, Palheiral e Cadeia Velha. O restante eram resultados de loteamentos não totalmente normalizados: Vila Redenção, Aeroporto Velho, São Francisco e Papouco. **BCME - BIBLIOTECA**

No ano de 1970 o contingente urbano era de 35.000 habitantes. Em 1980, a população urbana passa a 89.993 habitantes. Do lado rural, de uma situação de 48.399 habitantes em 1970, em 1980 temos 29.822 ruralistas. A taxa de crescimento populacional durante a década de 1970 foi de 39% ao ano, o que evidencia uma alta taxa mesmo para padrões brasileiros. Todavia, em face do estoque populacional inicial na década ser pequeno, a significação numérica da taxa não pode ser tomada nas mesmas dimensões do que ela representaria para uma cidade em que a população no início da década fosse, por exemplo, acima de 500.000 habitantes. Dessa forma, o fluxo migratório que certamente contribuiu em níveis superiores ao incremento natural para o crescimento da cidade, é uma grandeza que apenas tem significado em face dos níveis populacionais Amazônicos e em específico, para o caso da população acreana, que em 1980 tinha 306.893 habitantes.²³

²² OLIVEIRA, Fernando Garcia de. População de baixa renda da cidade de Rio Branco: situação anterior, processo migratório, formas de inserção, retribuição no mercado de trabalho. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978. (Dissertação de Mestrado. Mimeo).

²³ Sinopse Preliminar do Censo Demográfico - IBGE. 1980.

Uma interessante maneira de se verificar o surgimento e o crescimento dos bairros periféricos em Rio Branco é fornecida pela comparação entre dois quadros-síntese dos levantamentos da SUCAM, o primeiro conforme a situação em 08.07.75 e o segundo no 1º semestre de 1979, para os bairros localizados fora do núcleo central. Tabela 3.

O que as informações mostram é um excepcional crescimento dos bairros periféricos nesse prazo de menos de quatro anos. O bairro Aprendizado (Palheiral) é um exemplo do relevante crescimento da ocupação urbana pela população em movimento. Os bairros do Aeroporto, Bahia, Cidade Nova, São Francisco, Triângulo e Oito Placas, este de formação recente, incluem-se entre os bairros periféricos que começaram a aparecer após 1972 e que nos últimos anos intensificaram seu povoamento. O quadro não revela com toda a certeza o real número de moradores de bairros como o Terminal (incluído no bairro Aeroporto), Vila Ivonete e especialmente as bem recentes ocupações em torno do Bairro Estação Experimental até as proximidades do Distrito Industrial. O número de bairros periféricos revela as tendências inequívocas de seu crescimento e espraiamento pelo espaço urbano.

Por sua vez, surge nesse período alguns bairros que representam tipicamente redutos de classe média, quais sejam: Castelo Branco, Jardim Tropical e Jardim São Francisco. Vale ressaltar que um dos efeitos da "modernização" de algumas funções urbanas no Estado e da diversificação das formas de ligação com o Centro-Sul, foi o crescimento dos chamados "novos" segmentos da classe média em Rio Branco, recrutada entre elementos locais parcialmente divididos em termos dos valores e cultura regional e técnicos, especialistas e negociantes vindos do Nordeste e do Centro-Sul. Estes, conjuntamente com os segmentos associados às velhas formas de dominação vão influir sobre o chamado mercado imobiliário urbano.

Em conseqüência da saturação do espaço para construção na área mais imediata ao núcleo central da cidade, que já experimenta uma fase de alta valorização do solo urbano.

Tabela 3 - Cidade de Rio Branco - Relação dos bairros e número de moradores.

Bairros (Fora do Núcleo Central)	Número de Moradores	
	1975	1979
Aeroporto	455	2.219
Abrão Alab	603	1.438
Aprendizado	476	3.935
Bahia	240	3.059
Baixa da Cohab	473	1.093
Castelo Branco	-	1.882
Cadeia Velha 1	-	547
Cidade Nova	2.055	5.242
Estação Experimental	435	1.227
Guimard Santos	2.033	3.304
Iniciação II	460	1.073
Vila Ivonete	448	698
Jardim Tropical	-	766
Jardim São Francisco	-	385
Mascarenha de Moraes	511	1.551
Nemmaia	-	427
Olaria João Vila	1.122	3.020
Quinze	1.707	4.055
Quart. B. Esp. Fronteira*	220	1.089
Redenção	1.407	2.471
Santa Terezinha	1.393	4.043
Seis de Agosto	1.806	4.926
Santa Quitéria	-	723
São Francisco	861	2.358
Triângulo	471	1.387
Oito Placas	-	1.017

FONTE: Levantamento da SUCAM - Acre.

* Tratam-se de habitações próximas ao Quarto Batalhão Especial de Fronteira.

A demanda por habitação desses grupos de classe média é orientada pelo embrionário capital imobiliário no sentido dos conjuntos de casas mais sofisticadas que vão sendo erguidas em áreas antes vazias ou ocupadas pela população de baixa renda.

BCME - BIBLIOTECA

CrITÉRIOS estabelecidos por uma Junta Municipal em 1979, fixou a variação do preço do m² em Rio Branco entre 30,00 e 1.900,00. A fixação institucional de uma base do preço do solo, foi acompanhada pela diferenciação segundo o local, de modo que o Núcleo Central registra o teto máximo e os bairros de classe média vão subseqüentemente apresentando os valores mais próximos. Uma área pobre, mas onde observa-se uma diversificação social e que além do mais está em rota dos novos Distrito Industrial e Campus Universitário, que já começa a acusar os sintomas da pressão imobiliária é o Bairro Estação Experimental. Em alguns quarteirões desse bairro, o preço do m² foi estipulado em 300,00, que é dez vezes superior ao de outros bairros pobres.

Haja vista que a titulação definitiva do solo urbano em diversas áreas de invasão e mesmo em áreas loteadas pelo Estado ou a seu mando, praticamente inexiste como reconhecimento legal, a exposição dos moradores dessas áreas ao risco de expulsão por parte dos interesses imobiliários camuflados ou não, já é uma realidade e em crescimento. Os moradores que formaram o bairro do Palheiral foram expulsos em 1973 (cerca de 650 famílias) da área que ocupavam no limite da rua Rio Grande do Sul, caminho do Aeroporto Velho, para que fosse construído um desses primeiros conjuntos em Rio Branco, sendo que parte dessa população já havia sido expulsa do bairro Cadeia Velha para que fosse erguido o conjunto HABITASA.

As características que são imprimidas na constitui-

ção dos bairros periféricos variam muito pouco de um para outro. A ocupação do solo urbano, ou seja, as "invasões", obedecem ao mais puro sentimento amazônico de posse natural da terra. "A estratégia da construção de casas e barracos segue a prática de aproveitamento dos bens naturais (madeira, "paxiúba"²⁴, etc.) e a localização dos sítios prevê a proximidade de cursos naturais de água (rios, ribeirões, etc.). A demarcação dos lotes é geralmente feita observando regras para acordo e, com o passar do tempo, esses sentimentos de decisão e ação solidária ganha ímpeto, através de aberturas de ruas e construções de casas em conjunto, da redivisão de lotes para permitir a construção de novas casas para chegantes (caso típico nos bairros Cidade Nova e Palheiral), da vinculação às comunidades de base, da valorização de entidades locais (Igreja, Escola, Postos de Serviço, locais para Reuniões e Festas, Teatro e formas de representação popular) e da multiplicação de formas de associação comunitárias visando à conquista de direitos sociais e serviços públicos".²⁵

A cidade se distribui espacialmente nas diversas direções. Os bairros periféricos são a ponta de lança desse processo de alargamento do perímetro urbano. A Estação Experimental cresce rapidamente após 1970 e os bairros do Aviário e do São Francisco, antes colônias, formam-se a partir de bolsões pobres.

Os bairros pobres de ocupação antiga experimentam um elevado crescimento, especialmente à margem do Rio Acre, como os bairros da Base e do Papouco. O mesmo ocorre na outra margem do rio, com o surgimento e crescimento acelerado do bairro Cidade Nova, que até 1970 era um alagado, em terras

²⁴Paxiúba - tipo de madeira utilizada em assoalho de casas, muito utilizado em tapiris, nos seringais do Acre. É do formato de tábuas estreitas, com um relevo em forma de parábola.

²⁵OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. "A Constituição dos bairros pobres em Rio Branco: Formação histórica e evolução recente. 1982, p. 24. Mimeo.

da Marinha, e também com o aparecimento do bairro Triângulo, espécie da continuação do tradicional bairro Quinze, do chamado 2º Distrito (antigo Empresa). Segundo a SUCAM, o bairro Cidade Nova é o mais populoso da cidade, e o seu excepcional crescimento deve-se, em parte, à proximidade que mantém com as estradas que vão para Porto Velho, Xapuri e Brasiléia, regiões em que a expulsão de seringueiros e trabalhadores rurais é mais crítica.

BCME-BIBLIOTECA

Um outro eixo de crescimento dos bairros periféricos é aquele que vai em direção ao antigo Aeroporto, pela rua Rio Grande do Sul, que sai do núcleo central, e até 1970 era habitada praticamente até o Centro de Treinamento. O Aeroporto Velho, Palheiral, Bahia e Terminal são os bairros pobres dessa área e o total de moradores neles deve chegar a 15.000 pessoas.

Se a formação de novos bairros é ainda um fenômeno que persiste, em razão dos efeitos gerados e multiplicados pela expulsão nos campos e nos seringais do Acre, a consolidação dos que já existem é atualmente a questão mais destacada do ponto de vista das relações sociais e das relações de poder em Rio Branco.

Por outro lado, o conjunto de fatores que culminou na formação e desenvolvimento dos bairros periféricos e da reserva de trabalhadores em Rio Branco, não está dissociada do ritmo e das características gerais do processo de urbanização e penetração do capital em geral que ocorre nas áreas amazônicas.

Após a derrocada do auge da economia extrativista da borracha, muitos centros urbanos perderam grande parte de sua expressão como entrepostos comerciais daí resultando um declínio relativo e mesmo absoluto de população nas pequenas cidades e vilas espalhadas pelo território amazônico. Neste período, registrou-se decréscimo da população em várias unidades regionais (V. tabela 4) para o caso de Rio Branco) com a reemigração de ex-seringueiros ou negociantes para as áreas de origem na Região Nordeste. Também a população

que permaneceu, ou se deslocou para atividades agrícolas de subsistência e comercialização ou se dirigiu para os centros urbanos regionais, como Manaus e Belém. Ocorre então que "ao englobarem 65% da população urbana regional em 1940, Belém e Manaus entraram em uma fase mais de "inchamento" que de urbanização.²⁶

Agravou-se a diferença entre os contingentes populacionais urbanos, concentrando-se eles, através do deslocamento natural propiciado pelas redes fluviais, nos centros urbanos mais importantes. Já nessa época especialmente Belém e Manaus, conheciam a existência de bairros miseráveis localizados preferencialmente à margem dos rios.

No transcorrer das décadas seguintes, registraram-se algumas alterações no padrão de ocupação territorial que vieram a redimensionar o quadro urbano. Os grandes centros urbanos continuaram a crescer acompanhando a fraca diversificação econômica regional, a qual todavia fez-se sentir com maior intensidade junto às áreas de colonização espontânea ou não, congregando população agrícola e produção primária e dessa forma, revitalizando o comércio e as atividades administrativas nas cidades de pequeno porte, com conseqüente crescimento populacional das mesmas. No período que cobre as décadas de 40, 50 e 60, o crescimento urbano é muito mais fruto dessa rearticulação dos espaços rurais do que de um processo definido de urbanização. Cidades entre 10.000 e 50.00 habitantes passam a ter maior peso significativo no contingente populacional urbano e também cresce o número de cidades com população entre 1.000 e 10.000 habitantes.²⁷ Por outro lado, Belém e Manaus, embora com perdas relativas, ainda concentram um volume grandioso da população urbana regional (64,58% em 1940 contra 56,73% em 1970), seguindo-se em 1970, quatro cidades que constituem ainda um esboço de nível

²⁶ OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. Op. Cit. p. 2.

²⁷ IBIDEM, p. 2.

intermediário entre os dois centros mais importantes e as demais cidades existentes: Macapá, Santarém, Porto Velho e Rio Branco.

BCME-BIBLIOTECA

Uma ruptura no ritmo desse processo pode ser registrada já nos últimos anos da década de 1960, relacionando-se com a expansão das frentes populacionais em direção à nova "fronteira Amazônica". O deslocamento do capital e campesinato para ocupação das terras disponíveis ou apropriáveis, não se verifica sem grandes conflitos e contradições. A penetração do capital cria os naturais obstáculos à proliferação indiscriminada do campesinato e como o êxoto migratório dessa população já predominantemente expropriada em suas áreas de origem não cessa, reproduzem-se situações de expulsões e deslocamentos incessantes, culminando em diversas áreas pela total ocupação das terras, seja pelos grandes grupos, seja pelo campesinato em marcha. A realimentação das pressões para expulsão da população, agravada pela migração contínua, torna a alternativa de deslocamento para determinadas cidades uma opção viável para relativamente amplos contingentes em movimento.

A corrente principal dos fluxos migratórios para a Amazônia e mais marcadamente para sua banda oriental é predominantemente de composição rural, constituindo-se em pequenos e médios proprietários de áreas antigas, de camponeses sem terra, trabalhadores agrícolas e posseiros em geral. O deslocamento para as cidades é, na realidade, um sub-produto desse fluxo, à medida em que parte dessa população de raízes rurais vê-se impedida de acesso à terra, ocupada e tornada de alto valor mercantil pelos grupos de médio e grande capital.

As características do crescimento urbano na Amazônia e em especial o aumento dos bairros pobres, suas relações no contexto urbano e as condições específicas da transformação da população em força de trabalho podem ser melhor visualizadas na análise do caso de uma das capitais amazônicas, a cidade de Rio Branco, explícita neste mesmo capítulo, ante-

riormente.

CAPÍTULO V

5. O EMPREGO URBANO EM RIO BRANCO

BCME - BIBLIOTECA

5.1 - Características Básicas da População

As origens nordestinas constituem o elemento mais marcante da formação da população acreana, mas o sincretismo étnico e cultural que fora se desenvolvendo em resposta às condições suscitadas pelas diversas etapas da organização econômica e social, estabelecem afinal a verdadeira feição histórica do povo acreano. Desse processo, resulta que foram as condições de mobilização dessa população e os mecanismos concretos de sua fixação e reprodução, os elementos básicos para a estruturação demográfica acreana.

Por outro lado, o Estado do Acre reúne condições históricas que o credenciam a expressar, com razoável significância, o destino histórico das populações radicadas há muito tempo na Amazônia. Isto porque a incorporação recente do Acre ao processo de expansão econômica e demográfica da fronteira, ocorre sem que as levas migratórias de outras regiões que atualmente se espalham na Amazônia tenham qualquer presença mais relevante. Destarte, a chegada dos grupos capitalistas no Acre, afeta apenas a população acreana, uma população cujas gerações são amazônicas há pelo menos um século.

As bruscas transformações econômicas ocorridas no Acre na década de 1970 acarretaram um intenso crescimento da periferia urbana de Rio Branco. A população expulsa pela penetração capitalista e que faz parte hoje da população urbana do Estado é composta de ex-colonos, seringueiros, posseiros ou trabalhadores rurais. Estas pessoas que numa etapa anterior migraram de outras regiões, tendem a se localizar

em maior quantidade na área urbana de Rio Branco à procura de emprego e melhores condições de vida, pois é o município que possui a melhor infra-estrutura urbana do Estado.

5.2 - Aspectos Demográficos e Migratórios

BCME - BIBLIOTEC

Apesar da incorporação do Acre ao Brasil ter ocorrido em 1903, os dados censitários são disponíveis apenas a partir de 1920. A partir desta data temos informações sobre a população rural e urbana, para os diferentes municípios, como mostra a tabela 4, extraída do trabalho do CEDEPLAR.¹ Como a tabela continha dados apenas até 1970, acrescentou-se os referentes a 1980, extraídos da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980. Por outro lado, para efeito de análise não se incluiu os novos municípios criados na década de 70, apesar de se considerar as populações de Rio Branco, Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira subestimadas para fim de análise em decorrência das seguintes alterações verificadas na Divisão Territorial no Estado:

- Rio Branco perdeu para os novos municípios de Plácido de Castro e Senador Guimard, o Distrito de Plácido de Castro e parte do Distrito de Rio Branco, que até o Censo de 1970 eram consideradas populações rurais do município de Rio Branco;
- Brasiléia perdeu para o novo município de Assis Brasil, parte do seu Distrito;
- Cruzeiro do Sul perdeu para o novo município de Márcio Lima, partes do Distrito de Japiim e de seu Distrito;
- Sena Madureira perdeu, para o novo município de Manoel Urbano, o Distrito de Manoel Urbano, e para o novo município de Assis Brasil, parte de seu Distrito.

¹CEDEPLAR, Op. Cit. p. 10.

Tabela 4 - População total, urbana e rural, 1920-1980. Estado do Acre e seus municípios.

BCME - BIBLIOTECA

Unidade	1920 ^a	1940 ^a	1950 ^a	1960 ^a	1970 ^b	1980 ^{b*}
Estado	92.379	79.768	114.755	158.852	215.299	301.605
Urbano		14.138	21.242	33.534	59.307	132.144
Rural		65.630	73.483	125.318	155.992	169.431
Basiléia		6.723	7.864	10.423	12.311	13.937
Urbano		1.469	1.634	1.849	2.676	4.835
Rural		5.254	6.230	8.574	9.635	9.102
Aguri	15.397	8.593	10.057	13.256	13.327	14.701
Urbano		1.288	1.372	1.921	1.844	3.122
Rural		7.305	8.685	11.335	11.453	11.579
Alto Branco	19.930	16.038	28.246	47.437	83.944	117.113
Urbano		4.945	9.707	17.968	35.578	87.646
Rural		11.093	18.539	29.451	48.399	29.467
Alta Madureira	21.141	12.501	18.085	22.483	22.470	23.592
Urbano		1.625	1.850	2.176	3.591	6.668
Rural		10.876	16.235	20.307	18.879	16.924
Alto		8.149	14.072	13.990	15.768	19.613
Urbano		565	1.038	1.603	2.168	4.212
Rural		7.584	13.034	12.387	13.600	15.401
Alto	20.921	9.984	14.670	20.074	23.862	28.427
Urbano		1.481	1.962	2.388	3.845	6.933
Rural		8.503	12.708	17.686	20.017	21.494
Alto do Sul	15.490	17.780	21.761	31.189	43.584	50.451
Urbano		2.765	3.709	5.611	9.575	11.609
Rural		15.015	18.052	25.576	34.009	38.842

Fonte: CEDEPLAR. "Migrações internas na Região Norte: O caso do Acre". Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1979. Vol. 1.

a - população presente

b - população residente

* Excluídos os novos municípios.

Como se observa na tabela 4, houve uma queda da população acreana de 92.379 habitantes, em 1920, para 79.768, em 1940, o mesmo ocorrendo a nível de município, com Rio Branco, que de uma população de 19.930, em 1920, cai para 16.038, em 1940. Esta fase corresponde ao período de crise da borracha brasileira, quando esta experimentava baixos preços no mercado internacional. Ainda neste período, o município que mais perde população é Sena Madureira, que em 1920 possuía o maior contingente populacional. A partir de 1940 a população do Acre, cresce continuamente e a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1980 registra 301.605 habitantes no Estado. Este aumento populacional ocorreu em razão das medidas econômicas em relação à borracha, tomadas pelo Governo Federal na década de 40, mais precisamente durante a Segunda Guerra Mundial, em decorrência dos "Acordos de Washington". Para o aumento da produção de borracha o governo estimulou a corrente de povoamento para a maior região produtora — o Acre —, chegando mesmo a criar o famoso "exército de soldados da borracha".

As cifras da tabela 4 chamam atenção para a importância crescente de Rio Branco em termos de pólo de atração populacional e o esvaziamento de outros municípios, especialmente nas duas últimas décadas. A tabela 5, que mostra as taxas de crescimento anuais para os municípios considerados, revela que a taxa de crescimento anual de Rio Branco para 1970/80 é de 3,3%, enquanto que as dos demais municípios a maior é 2,0%. Também o maior crescimento urbano pertence a Rio Branco com uma taxa de crescimento anual no período 1970/80, de 12,2%. As dos demais municípios não chegam a 8,0% nesta mesma década.

Os casos que mais se realçam como municípios que menos cresceram na década 70/80 são os de Sena Madureira, com 0,4% de crescimento anual, e Xapuri, com uma taxa de 0,8%.

Apesar do Acre apresentar-se em 1970, como um Estado predominantemente rural (72,4% da população residia em Zona Rural), em 1980 esta taxa baixou para 56,2%. A nível de muni

Tabela 5 - Taxa de crescimento anual percentual^a da população acreana de acordo com as zonas rurais e urbanas, 1920-1980.

BCME-BIBLIOTECA

Unidades	1920/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80*	
Estado	- 0,7	3,6	3,3	3,0	3,3	
Urbana		4,0	4,5	5,7	10,2	
Rural		3,5	2,9	2,2	0,7	
Brasiléia		1,6	2,8	1,6	1,1	
Urbana		1,1	1,2	3,6	6,7	
Rural	- 0,02	1,7	3,2	1,1	- 0,5	
Xapuri		1,6	2,8	0,1	0,8	
Urbana		0,6	3,4	- 0,2	5,5	
Rural		Xapuri	1,7	2,7	1,0	0,1
Rio Branco	- 1,1	5,6	5,2	5,7	3,3	
Urbana		6,7	6,2	6,8	12,2	
Rural		5,1	4,6	5,0	- 3,3	
Sena Madureira	- 2,6	3,7	2,2	- 0,0	0,4	
Urbana		1,3	1,6	5,0	7,1	
Rural		- 0,4	2,2	- 0,7	- 0,9	
Feijó		5,5	- 0,1	1,1	2,0	
Urbana		6,1	4,3	3,0	7,8	
Rural	- 0,7	5,4	- 0,5	0,9	1,1	
Tarauacá		3,9	3,1	1,7	1,6	
Urbana		2,8	2,0	4,8	6,7	
Rural		Vila Seabra	4,0	3,3	1,2	0,6
Cruzeiro do Sul	- 0,6	2,0	3,5	3,3	1,3	
Urbana		2,9	4,1	5,3	1,8	
Rural		1,8	3,4	2,8	1,2	

FONTES: CEDEPLAR. "Migrações Internas na Região Norte: O Caso do Acre. Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte. 1979. Vol. 2."

* Os dados da década 1970/80 foram calculados pela autora.

cípio, o crescimento é mais acentuado em Rio Branco, que de 16,5%, em 1940, sua população urbana passou para 74,8% em 1980.

Observa-se que na década 1970/80 todos os municípios apresentam taxas de crescimento anuais bem mais elevadas na Zona Urbana que na Rural, porém inferiores à taxa da Zona Urbana de Rio Branco. O que comprova a corrida populacional para a área urbana de Rio Branco, indicando que a urbanização crescente do Acre, que se elevou de 24,6% em 1970, para 44,0% em 1980, deve-se exclusivamente ao crescimento urbano de Rio Branco, que em 1970 representava 59,9% da população urbana do Estado, e em 1980, 66,3%.

BCME - BIBLIOTECA

5.3 - O Emprego Urbano

São escassas as informações a nível de municípios nos Censos Demográficos de 1970 e 1980, nos Censos Econômicos de 1970 e 1975, e nas tabulações avançadas do Censo Demográfico de 1980, com relação a emprego. Por outro lado, a Sinopse Preliminar do Censo Industrial para 1980 apresenta os dados para o Acre agregados com os de Rondônia, Roraima e Amapá.

Por sua vez, é bem conhecida a dificuldade de se compararem dados de emprego provenientes de Censos Demográfico e Econômico, desde que as unidades de observação são diferentes: Domicílio no Censo Demográfico e Estabelecimentos de determinadas categorias nos Econômicos. Dessa maneira, os Censos Econômicos não cobrem parte significativa do mercado informal², os autônomos, e vários setores de atividade, como Administração Pública, atividades sociais e outras.

Pode-se afirmar ser o Censo Demográfico o que fornece um melhor quadro sobre o volume e distribuição da popula-

²Para uma discussão sobre o mercado formal e informal veja, por exemplo, CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Mercado informal de trabalho; uma investigação. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Curso de Mestrado em Economia, 1979. p. 10-13. (Texto para Discussão, nº 29).

ção por setores de atividade. A tabela 6 apresenta esta distribuição para Rio Branco em 1970, não estando incluído o setor ligado à atividade agropecuária, desde que interessa para este trabalho apenas aquelas exercidas pela população urbana. Considera-se que todas as pessoas na atividade agropecuária tinham residência rural, e aquelas nas demais atividades, residência urbana.³

Tabela 6 - Rio Branco: Distribuição da PEA por Setor de Atividade - 1970*.

Setor de Atividade	Número de Pessoas	
	ABS	%
Atividades Industriais	2.585	21,0
Comércio de Mercadorias	1.726	14,0
Prestação de Serviços	1.722	14,0
Transportes, Comunicação e Armazenagem	1.182	9,6
Atividades Sociais	1.908	15,5
Administração Pública	2.463	20,0
Outras Atividades	731	5,9
Total	12.317	100,0

FONTE: Censo Demográfico - 1970.

* Estão excluídas as atividades agropecuárias.

³Esta é uma suposição que causa algumas distorções, desde que provavelmente há pessoas ligadas as atividades agropecuárias com domicílio na área urbana de Rio Branco, assim como outras de domicílio rural ocupadas nas demais atividades. É o caso de algumas empresas do Setor Industrial que estão localizadas na zona rural do município.

Tabela 7 - Rio Branco: Pessoal ocupado em alguns setores de atividades segundo os Censos Econômicos.

Setores	1970	1975	Var. Percentual
Indústria	307	522	59,6
Comércio	1.258	1.891	50,3
Serviços	399	630	57,9
Total	1.984	3.043	53,4

FONTE: Censos Econômicos - 1970 e 1975.

BCME - BIBLIOTECA

Na tabela 6 chama a atenção a proporção significativa da população economicamente ativa (PEA) de Rio Branco das atividades industriais 21,0%. Todavia como se pode comprovar na tabela 7, o Censo Industrial não confirma esta representatividade. Como o Setor de Construção Civil não é incluído no Censo Industrial, mas sim nas atividades industriais do Censo Demográfico, parece ter sido a Construção Civil a responsável pela grande parte do pessoal classificado em atividades industriais.

A administração Pública tinha em 1970 papel muito importante na absorção da PEA de Rio Branco, 20,0%. Na realidade, a percentagem do pessoal ocupado ligado direta ou indiretamente ao setor público estava bem acima daquela percentagem, pois nele não estão incluídos aqueles que trabalham no ensino público, Previdência Social, Serviço Médico Hospitalar Público (classificados em atividades sociais) e o pessoal ocupado na Defesa Nacional e Segurança Públicas (classificados em outras atividades).

Em Comércio de Mercadorias e Prestação de Serviços, encontravam-se 28% da PEA.

Na tabela 7, é mostrado o número de pessoas ocupadas em Rio Branco nos Setores Comércio, Serviços e Indústria em 1970 e 1975, segundo os Censos Econômicos, devendo ser lembrado aqui, que neste caso os dados de Pessoal se referem às pessoas realmente ocupadas e não à PEA. BCME-BIBLIOTECA

Os Setores Comércio e Serviços englobam basicamente as mesmas atividades que aquelas classificadas como Comércio de Mercadorias e Prestação de Serviços do Censo Demográfico, explicando-se as diferenças nos números das tabelas 6 e 7 para 1970 pelo fato de que a unidade de observação dos Censos Econômicos é o Estabelecimento, enquanto do Censo Demográfico é o Domicílio. Quanto à diferença entre Pessoal Ocupado em Atividades Industriais e Indústria, como já explícito, boa parte da construção civil não é coberta pelo Censo Industrial. Várias unidades mesmo de caráter industrial não organizadas não estão incluídas no Censo Industrial, o que subestima o setor.

De acordo com os dados da tabela 7, pode-se afirmar que houve em Rio Branco, surpreendente aumento do Pessoal ocupado em cada um dos três setores, acima de 50% no período de 5 anos.

Como consta na tabela 6, havia, em 1970, 2.463 pessoas ocupadas na Administração Pública. Conforme levantamento feito pela equipe do CEDEPLAR, em dezembro de 1978, havia em Rio Branco 3.418 funcionários estaduais (estatutários e CLT, exclusive o efetivo da Polícia Militar), 1.257 pessoas ocupadas em autarquias, empresas públicas e de economia mista estaduais, 677 funcionários municipais e 504 nos seguintes órgãos ligados ao Governo Federal: Delegacia Federal da Agricultura, Delegacia do Ministério do Trabalho, Delegacia do Ministério da Fazenda, Inspeção de Finanças do Ministério da Fazenda, Delegacia da Receita Federal, Procuradoria da República, Fundação Universidade Federal do Acre, INPS, IAPAS, INAMPS, INCRA, IBDF, SUNAB e DNOS, perfazendo um total de 5.859 pessoas, total este que está subestimado posto que a acobertura do Setor Público Federal não foi completa.

O total em Administração Pública em 1970, 2.463 pessoas, não é diretamente comparável com o de 1978, 4.602 pessoas, desde que nelas estão incluídos não somente atividades da Administração Pública, na definição do Censo Demográfico, mas também das atividades sociais, como o ensino público.

Foi realizado pela equipe do CEDEPLAR um levantamento do Pessoal Ocupado, em junho de 1978 nos Bancos comerciais de Rio Branco, chegando-se a um total de 340 pessoas, o que pode ser comparado com o resultado obtido através do Inquérito Especial do Censo Comercial de 1970, que apontou um total de 125 pessoas em atividades bancárias em Rio Branco, em bancos comerciais.⁴ A informação para 1970 corresponde a toda a microrregião do Alto Purus, se bem que a quase totalidade deveria estar ocupada nas agências bancárias de Rio Branco. Este setor sofreu seu grande impulso a partir de 1975. De acordo com a pesquisa do CEDEPLAR, em dezembro de 1975, havia 174 pessoas ocupadas nos mesmos bancos, o que corresponde a uma duplicação em apenas dois anos e meio. Provavelmente a dinamização do Setor está em muito ligada ao movimento recente de compra de terras e implantação de projetos agropecuários por parte dos empresários do Centro-Sul, ampliados.

Vejamos agora qual o comportamento da PEA de Rio Branco e Acre por Setor de Atividade, em 1970.

Na tabela 8, observa-se que para uma população total de 83.977 em Rio Branco, em 1970, a PEA é de 27.123 e o Setor com a PEA mais alta é o Primário, com 14.806. Em 1980, temos para uma população de 117.113 uma PEA de 39.353. Deste total, o Setor terciário possuía o maior número, ou seja, 20.429 da população economicamente ativa. Como se observa, nos setores secundário e terciário houve uma tendência ao crescimento da PEA no período em análise, enquanto que o setor primário sofreu uma redução da PEA, o que significa que

⁴Tanto nos dados de 1970 como de 1978 não está incluído o Banco do Brasil.

houve uma tendência ao longo do período do deslocamento de pessoas do Setor Primário para os demais setores em pauta.

Com relação ao total da PEA de Rio Branco, nos dois anos considerados, a tendência foi crescer, como se pode observar na tabela 8.

Tabela 8 - Rio Branco: Pessoas economicamente ativas, por setor de atividade. 1970 - 1980.

BCME - BIBLIOTECA

Anos	População do Município	Setor de Atividade			
		Total	Primário	Secundário	Terciário
1970	83.977	27.123	14.806	2.585	9.732
1980*	117.113	39.363**	11.194	6.438	20.429
		(CV = 9,8)	(CV = 7,3)	(CV = 15,5)	(CV = 11,7)

FONTE: Censo Demográfico - 1970.

Tabulações avançadas do Censo Demográfico - 1980.

* Os dados para 1980 são estimativas, exclusive da população.

** Inclusive as pessoas economicamente ativas sem declaração de rendimento. O coeficiente de variação (CV) é a medida do erro amostral associado à estimativa.

A redução da PEA no Setor Primário de 14.806 indivíduos, em 1970, para 11.194 em 1980, é explicada pelo grande contingente populacional deslocado do campo para a cidade de Rio Branco, a partir de 1970, em decorrência da frente capitalista que se instalou no Estado.

Por outro lado, observa-se que enquanto houve uma duplicação da PEA no Terciário, no período considerado, a PEA do Setor Secundário quase triplicou. Isto indica uma tendência nesse período de uma alocação neste Setor da PEA vinda do Setor Primário, ou seja, de uma absorção de parte da PEA do Setor Primário, ao longo da década de 1970, pelo Setor Industrial.

Pode-se observar também que em 1970, 9,5% da PEA se concentrava no Setor Secundário, enquanto que em 1980 este percentual aumentou para 16,3%. Os setores Primário e Terciário concentravam 90% do total da PEA em 1970. Já em 1980, estes dois setores passaram a concentrar apenas 80% do total da PEA.

CAPÍTULO VI

6. O SETOR INDUSTRIAL DE RIO BRANCO

6.1 - Características do Setor Industrial de Rio Branco

No presente capítulo, temos como objetivo apresentar as principais características do Setor Industrial de Rio Branco e a formação do Distrito Industrial, desde a sua criação em 1975, dando ênfase a dois aspectos:

- 1º) Número de empresas e empregados, no Setor, no período 1975-1980; e
- 2º) As medidas e instrumentos de política econômica, como os incentivos.

Como decorrência de sua evolução histórica, a indústria acreana caracteriza-se pela alta participação das empresas de pequeno e médio porte na sua estrutura.¹ Aliás, nos últimos anos, muito se tem debatido em relação ao papel que exercem as pequenas e médias empresas na economia brasileira, especialmente na indústria. Sua presença significativa em nossa estrutura industrial não é um fenômeno típico das estruturas subdesenvolvidas, mas do próprio capitalismo.² A importância que se lhes atribui se deve, em grande proporção, ao fato de que quando utilizam tecnologias intensivas em tra

¹ Adotou-se aqui, a definição dada pelo IBGE para classificar o tamanho das empresas industriais. Este órgão define as unidades industriais em função do número de empregados e estabelece as seguintes faixas de pessoal ocupado: i) de 0 a 49 pessoas (pequena); ii) de 50 a 499 (média); e iii) de 500 acima (grande). A SUDAM e o BASA também utilizam essa classificação na análise de projetos industriais na Amazonia.

² Conforme SATO, A. K. Desenvolvimento econômico, oligopólio e as pequenas e médias empresas. Campinas, DEPE-UNICAMP, 1946. p. 200.

balho, geram emprego para um grande contingente de mão-de-obra, especialmente a sem qualificação, contribuindo, destarte, para um aumento do bem-estar da sociedade. São consideradas nesta classificação as panificadoras, serrarias e olarias, de forma mais forte.

O Setor Secundário acreano, tem como uma das suas características mais marcantes, a forte concentração do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado em seu principal município: Rio Branco.

BCME - BIBLIOTECA

Rio Branco absorve 49,8% de 370 estabelecimentos industriais existentes no Estado, em 1980 e 64,4% do total de 2.857 empregados nesses estabelecimentos.³

A atividade industrial no Acre, começou a se desenvolver no início da década de 1970, de forma marcante em Rio Branco, com o aproveitamento das árvores derrubadas para a implantação da pecuária, da lavoura e da produção agrícola. Diversas serrarias foram implantadas para a execução do desdobramento primário das toras de madeira. Atualmente essas serrarias já produzem madeiras aplainadas, tacos, lambris, régua, esquadrias e outros produtos. Várias fábricas de móveis já estão em funcionamento em Rio Branco, em face da criação do Distrito Industrial.

Posteriormente, se desenvolveram as indústrias oleiro-cerâmicas, pela grande demanda do setor de construção civil, (basicamente a habitação) e pela existência de minas de argila — matéria-prima utilizada — em todo o Estado.

Finalmente, aparecem as indústrias de beneficiamento de cereais, principalmente arroz cultivado em larga escala em todo o Estado. Encontra-se em fase de instalação uma fábrica de beneficiamento de castanha-do-pará.

³Dados extraídos do ACRE-CEAG. Cadastro Industrial do Acre. Rio Branco. Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Estado do Acre, 1980, p. 25, 26 e 33.

Com base em pesquisa realizada no Setor⁴, verificou-se que as unidades industriais mais antigas do Estado são as indústrias madeireiras, com 18 anos de atividade, e as indústrias de produtos de minerais não metálicos e de produtos alimentares, ambas com 17 anos de funcionamento. Entre as mais recentes se encontram as indústrias de Artefatos de Borracha (9 anos) e as de construção civil (10 anos).

O Setor Industrial Riobranquino, relativamente aos ramos industriais, apresenta a característica de não possuir nenhuma unidade empresarial do ramo Indústria Extrativa Mineral e contar com 13 ramos industriais:

- Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos.
- Indústria Metalúrgica.
- Indústria de Material de Transporte.
- Indústria de Madeira.
- Indústria de Mobiliário.
- Indústria de Artefatos de Borracha.
- Indústria de Produtos de Matéria Plástica.
- Indústria de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos.
- Indústria de Produtos Alimentares.
- Indústria de Bebidas.
- Indústria Editorial e Gráfica.
- Indústria de Construção.
- Indústrias Diversas.

Com relação à matéria-prima usada nas indústrias locais, as empresas que apresentam maior representatividade com relação a oferta de emprego, como as cerâmicas, fábricas de

⁴ABREU NETO, Vicente. A Política de crédito industrial e o desempenho das empresas industriais do Acre. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Curso de Mestrado em Economia - CAEN, 1981, p. 22. (Dissertação de Mestrado. (Mimeo).

Móveis, beneficiamento de borracha, entre outras, utilizam matéria-prima local.

6.2 - Incentivos à Industrialização

BCME - BIBLIOTECA

Segundo informações extraídas de ABREU Neto⁵, o Setor Industrial de Rio Branco, goza de um amplo leque de incentivos para o seu desenvolvimento.

Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em 1958, o Governo Federal dotou o Nordeste de um Sistema de Incentivos Fiscais, que abria mão de até 50% do imposto de renda das pessoas jurídicas e respectivos adicionais, se aplicados na área com finalidade reprodutiva. Este favor carreou uma soma substancial de recursos para o Nordeste, que tem servido de base à implantação de pólos industriais, especialmente na Bahia e em Pernambuco. Em 1962, pela Lei 4.069, referidos favores foram estendidos às indústrias de artefatos de borracha e de beneficiamento e tecelagem de juta, instaladas na Amazônia. Logo a seguir a Lei nº 4.216, de 06.05.1963, estendeu à Amazônia os benefícios concedidos na área da SUDENE, com dedução de 50% do imposto de renda, para nela serem aplicados.

Os incentivos fiscais e de outra natureza também importantes que convergem para o Setor Industrial Acreano estão abaixo relacionados, conforme as instituições que os administram:

1. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

1.1 - Isenção do Imposto de Renda sobre os lucros ou dividendos atribuídos às pessoas físicas ou jurídicas titulares de ações, cotas ou quinhões de capital de empresas loca-

⁵ABREU Neto, Op. Cit. p. 38-47.

lizadas na Amazônia quando destinadas para aplicação na faixa de recursos próprios de projetos aprovados pela SUDAM;

1.2 - Isenção de impostos e taxas federais em relação à atualização contábil de valor dos imóveis utilizados nos empreendimentos cujos projetos tenham sido aprovados para absorver recursos oriundos do imposto de renda e correspondente ao aumento do capital;

1.3 - Redução do Imposto de Renda e seus adicionais não restituíveis para as pessoas jurídicas registradas no país:

- até 75% do valor das obrigações que adquirirem, emitidas pelo Banco da Amazônia S.A., com o fim específico de ampliar os recursos do FINAM (Fundo para Investimentos Privados de Desenvolvimento da Amazônia);
- até 50% para inversões em empresas consideradas de desenvolvimento da Amazônia pela SUDAM;
- isenção do imposto de renda pelo período de 10 a 15 anos a quaisquer adicionais não restituíveis às empresas que se implantarem, modernizarem e/ou diversificarem o processo produtivo na área da SUDAM.

2. Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

2.1 - Isenção dos impostos de importação (IM) e sobre produtos industrializados (IPI) para a saída da Zona Franca de Manaus, para consumo ou utilização, dos seguintes produtos estrangeiros (Decreto nº 63.871, de 20-12-1968 - Art. 2º), na Amazônia Ocidental:

- motores marítimos de centro e de popa, seus acessórios, pertences e peças;
- máquinas e implementos agrícolas, industriais, e pesqueiros, suas peças sobressalentes, inclusive os anzóis e outros utensílios para pesca, exclusive os explosivos e produtos utilizáveis em sua fabricação;

- materiais básicos de construção, inclusive os de cobertura;
- gêneros alimentícios e medicamentos de primeira necessidade.

2.2 - Isenção dos Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Circulação de Mercadorias (ICM) sobre a entrada de produtos nacionais adquiridos através do entreposto da SUFRAMA em Rio Branco, e destinados ao consumo ou à utilização industrial (Decreto 63.871, de 20.12.1968 - Art. 3º).

2.3 - Isenção de ICM para as entradas de mercadorias, em estabelecimentos do importador, quando importados do exterior e destinadas à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno como resultado de concorrência internacional com participação da indústria do país, contra pagamento com recursos provenientes de divisas conversíveis oriundas de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais as entidades governamentais estrangeiras (Decreto-Lei 406, de 13.12.1968 - Art. 1º).

2.4 - Isenção de ICM para a entrada de mercadorias importadas do exterior quando destinadas à utilização como matéria-prima em processos de industrialização em estabelecimentos industriais desde que a saída dos produtos industrializados resultantes, fique efetivamente sujeita ao pagamento do imposto (Decreto-Lei 406, de 31.12.1968 - Art. 3º).

2.5 - Isenção do ICM para a entrada de mercadorias importadas do exterior sob o regime de "draw-back" (Decreto-Lei 406, de 31.12.1968 - Art. 3º).

2.6 - Isenção do IPI para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional exclusive os de origem agropecuária, desde que os produtos elaborados sejam oriundos de estabelecimentos industriais cujos projetos tenham sido aprovados pela SUFRAMA (Decreto-Lei 1.435, de 16.12.1975 - Art. 6º).

3. Governo do Estado do Acre

3.1 - Redução da alíquota ou isenção total do imposto de circulação de mercadorias (ICM) para as indústrias que processarem matérias-primas regionais e também para as que contribuírem para a substituição de importações do Estado (Lei 316, de 13.12.1969).

4. Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre - CODISACRE.

4.1 - Financiamento no prazo de 5 (cinco) anos, com 6 (seis) meses de carência, de lotes industriais urbanizados, com juros subsidiados e sem correção monetária.

4.2 - Financiamento no prazo de 5 (cinco) anos, com 1 (hum) ano de carência, de lotes industriais com galpões prontos para a implantação ou realocização de empresas industriais no Distrito Industrial de Rio Branco.

BCME - BIBLIOTECA

5. Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Acre - CEAG-ACRE

5.1 - Assistência técnica gratuita a empresas industriais financiadas por instituições financeiras de desenvolvimento da Região.

5.2 - Elaboração gratuita de projetos para implantação, modernização, ampliação ou realocização de empresas industriais.

5.3 - Elaboração gratuita de projetos para captação de recursos nas instituições de crédito da região.

5.4 - Elaboração gratuita de projetos para utilização de isenção total ou parcial de Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), conforme a Lei 316, de 12.12.1969.

6. Incentivos Creditícios.

Dentre os programas ou fundos das instituições oficiais de crédito, através dos quais os recursos são repassados pelos Bancos de Desenvolvimento ao setor industrial, estão:

- 1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Dos programas operados pelo BNDES destaca-se o Programa de Operações Conjuntas (POC) que tem como fim prestar colaboração financeira à implantação, expansão, modernização ou realocização com aumento de produção e/ou produtividade, de empresas industriais comerciais ou de serviços, especialmente as de pequeno e médio porte que sejam controladas por capital privado nacional. O POC oferece condições mais favoráveis (taxas de juros e participação máxima de recursos do BNDES no financiamento) para as pequenas e médias indústrias localizadas nos Estados de menor desenvolvimento relativo. Em 1976, o BNDES criou também o Programa de Financiamento a Acionistas (FINAC), através do qual os Bancos de Desenvolvimento se tornaram agentes para financiar a subscrição de aumentos de capital por acionistas de empresas privadas nacionais.

- 2) Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

Trata-se de uma empresa subsidiária do BNDES que concede financiamentos à compra e venda de equipamentos produzidos no país, estimulando o mercado interno de máquinas e equipamentos em geral e procurando tornar possível à indústria nacional oferecer condições competitivas com as dos fabricantes estrangeiros. Dentre todas as demais fontes de recursos esta tem sido a que mais ofereceu recursos para aplicação no setor industrial do Acre. "Contudo, o uso dos recursos da FINAME pelo Acre ainda é irrisório em termos quantita

tivos dados os altos custos (juros de 10% ao ano mais correção monetária trimestral sobre o saldo devedor, conforme as variações das Unidades Padrão de Capital - UPC - do BNH)".⁶

3) Banco Nacional de Habitação (BNH)

Através do Programa de Financiamento de Materiais de Construção (FIMACO), pelos seus subprogramas REGIR (Subprograma de Reinversão do Capital de Giro) e REINVEST (Subprograma de Reinvestimento do Ativo Fixo) o BNH repassa recursos destinados ao capital fixo das empresas produtoras e distribuidoras de materiais de construção, bem como recursos orientados para o capital de giro das empresas exclusivamente produtoras. "A utilização pelo setor industrial do Acre, de recursos destes subprogramas tem sido bastante limitada face aos altos custos de financiamento".⁷

4) Banco do Brasil S/A.

BCME-BIBLIOTECA

Esta instituição criou e administra o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), o qual repassa recursos aos bancos de desenvolvimento, com vistas à complementação, através do financiamento, do capital de giro das empresas industriais que se proponham a elevar seus índices de produção e produtividade. "Até hoje o Estado do Acre não utilizou recursos deste fundo, embora haja sempre crescente demanda por tais investimentos, sobretudo em Rio Branco - Acre".⁸

5) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

É uma empresa pública diretamente vinculada à Secre-

⁶ IBIDEM, p. 44 e 45.

⁷ IBIDEM, p. 45.

⁸ IBIDEM, p. 45.

taria de Planejamento da Presidência da República, que objetiva financiar a elaboração de estudos e projetos, programas de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico de entidades de natureza pública ou privada. "Praticamente, o setor industrial acreano ainda não utilizou até o momento recursos do FINEP".⁹

6) Caixa Econômica Federal - (CEF.)

Conta com o Programa de Formação do Capital de Giro das Pequenas e Médias Empresas (PROGIRO), através do qual os bancos repassam recursos oriundos do Programa de Integração Social (PIS). O PROGIRO visa basicamente à formação ou complementação de capital de giro de pequenas e médias empresas industriais e comerciais.

7) Banco da Amazônia S.A. (BASA)

O BASA repassa recursos do BNDE, da FINAME, do BNH e da CEF para os fins já mencionados em cada destas fontes de recursos. Também conta com recursos próprios para o atendimento de parte das necessidades do setor industrial. "A atuação do BASA no setor industrial acreano tem sido bastante diminuta em termos de aplicação de recursos, fato que é agravado pela longa demora da tramitação dos projetos que após apresentados em Rio Branco são encaminhados para a cidade de Belém, onde são analisados, ficando assim os empresários, mormente os pequenos, impossibilitados de realizarem o necessário acompanhamento da análise. O BASA deveria criar programas específicos de apoio às pequenas empresas industriais da Região, a exemplo dos que há muitos anos são executados pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. naquela região. Acredita-se que a ausência de um setor de crédito industrial, com autonomia para analisar e aprovar projetos, na agência do BASA em

⁹ IBIDEM, p. 46.

Rio Branco, tem sido motivo não apenas da elevação dos custos dos projetos que lhes são apresentados, como também fator de desestímulo ao surgimento de novos empreendimentos industriais".¹⁰

8) Banco do Estado do Acre S/A (BANACRE)

Esta instituição de crédito oficial somente poderá oferecer melhor assistência ao setor industrial após a completa implantação de sua Carteira de Desenvolvimento. "Os recursos que o BANACRE injeta no setor secundário acreano, são insignificantes tendo em vista o total de suas aplicações nos outros setores da economia".¹¹

Como observado acima, em termos de incentivos creditícios, são insignificantes os recursos repassados pelos Órgãos financeiros às empresas industriais do Acre. Isto em face dos altos custos dos recursos às indústrias, e da burocracia existente em alguns Órgãos para aprovação de projetos industriais.

SCME - BIBLIOTECA

Vale ressaltar que alguns empresários afirmam que este conjunto de incentivos descritos não são fornecidos na sua maioria, o que pode ser observado na seguinte declaração: "o setor industrial de Rio Branco não se desenvolve dada a falta de incentivos por parte dos Órgãos competentes. A minha empresa só sobrevive porque trata-se de uma filial de outro Estado. Para você ter uma idéia, para eu obter um financiamento de C\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) precisei fazer um projeto que me custou Cr\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil cruzeiros)".¹²

Por outro lado, segundo ABREU Neto¹³, "o sistema de exigências de garantias dos mutuários industriais se consti-

¹⁰ IBIDEM, p. 46 e 47.

¹¹ IBIDEM, p. 47.

¹² Declaração de um empresário entrevistado.

¹³ ABREU NETO, Vicente. Op. Cit. p. 4 e 76.

tui em um fator impeditivo integral à concessão do crédito industrial, particularmente às pequenas empresas. Os bancos exigem em média para cada cruzeiro de empréstimo o equivalente a 1,67 cruzeiros de garantia, constituída de penhor sobre equipamentos, imóveis ou hipoteca sobre as fábricas. É evidente que embora os bancos de desenvolvimento que operam com o crédito industrial não visem necessariamente à maximização de lucros operacionais, não devem passar por prejuízos".

Este valor é bastante alto, considerando que em outras regiões, órgãos financeiros como BNDES, Banco do Nordeste e Banco do Brasil exigem 1,3 cruzeiros de garantia para cada cruzeiro emprestado.

Prosseguindo ainda ABREU Neto¹⁴, "todos os bancos que operam com o crédito industrial são obrigados a cobrar juros mais baixos às pequenas empresas industriais. E isto tem sido outro fator responsável pela escassez de crédito a essas empresas".

Esta falta de crédito às pequenas e médias empresas de Rio Branco se constitui no fator impeditivo do desenvolvimento do setor industrial acreano.

6.3 - Número de Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial.

A tabela 9 mostra o Pessoal Ocupado no setor industrial e o número de estabelecimentos, nos anos de 1975, 1979 e 1980, por ramos industriais, em Rio Branco.

Como se observa, há uma redução no número de estabelecimentos industriais no período 1975-1979. Esta fase compreende exatamente a implantação do Distrito Industrial (1975), donde se deduz que a concorrência das novas empresas provocou a falência de algumas. Por outro lado, a tabela

¹⁴IBIDEM, p. 6.

10 mostra que apesar da redução no número de estabelecimentos houve um aumento no número de pessoas ocupadas, o que leva-se a crer que as empresas que saíram do mercado eram de tamanho pequeno, portanto com poucas pessoas empregadas, e as que entraram no mercado eram de tamanho médio, absorvendo um maior número de empregados. O ramo industrial com maior redução no número de estabelecimentos foi o de Minerais não Metálicos que de 64 estabelecimentos em 1975, passa para 40, em 1979, 95% aproximadamente, deste ramo é formado de cerâmicas e olarias. Estas possuem uma tecnologia intensiva de trabalho, isto é, à medida que moderniza sua tecnologia, maior será a produção e o número de pessoas empregadas. "Enquanto no processo de produção totalmente manual, sem utilização de máquinas, esta cerâmica produzia 2.000 tijolos por dia, absorvendo uma média de 5 empregados, com a utilização de uma "maromba à óleo diesel"¹⁵, a produção diária passou para uma média de 9.000 tijolos, com a requisição de 18 empregados".¹⁶

Os ramos industriais que sofreram redução no número de estabelecimentos no período 1975-1979 foram: Indústria de Minerais não Metálicos, Indústria da Madeira e de Produtos Alimentícios. Entretanto, todos os demais ramos cresceram, e a redução no número total de estabelecimentos do Setor Industrial como um todo, foi apenas de 4, no período considerado.

Por outro lado, no período 1975-1980 o total dos estabelecimentos do Setor Industrial aumentou, apesar dos ramos indústria de Minerais não metálicos e da Madeira ainda apresentarem números de estabelecimentos inferiores a 1975. Todavia todos os estabelecimentos cresceram no período 1979-80, com exceção de apenas um ramo. E o total do setor como

¹⁵ A maromba a óleo diesel é um tipo de máquina simples utilizada em algumas olarias e cerâmicas para a produção de tijolos.

¹⁶ Depoimento de um gerente entrevistado, perguntado sobre a evolução da tecnologia na empresa, já que num período anterior a empresa utilizara uma técnica de produção mais rudimentar.

um todo também cresceu (V. tabela 9).

Com relação ao número de empregados nesses estabelecimentos, de acordo com a tabela 10, pode-se observar o crescimento do número de pessoal ocupado em todos os ramos industriais, nos anos 1945-1979-1980, com exceção de apenas um ramo que apresentou queda no número de empregados no período 1979-1980. No setor como um todo o total de empregados cresceu de 806, em 1975, para 1.588 em 1979, e 1.841, em 1980.

Tabela 9 - Rio Branco: Número de estabelecimentos por ramos industriais. 1975-1979-1980.

BCME - BIBLIOTECA

Ramos Industriais	Número de Estabelecimentos					
	1975		1979		1980	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Indústria de Minerais não Metálicos	64	42,0	40	26,0	52	28,3
Indústria da Madeira	25	16,0	18	11,8	23	12,6
Produtos Alimentícios	44	29,0	31	20,3	44	23,9
Editorial e Gráfica	4	3,0	8	5,2	8	4,3
Indústria da Borracha	1	0,5	2	1,3	2	1,1
Indústria do Mobiliário	5	3,0	22	14,4	22	11,9
Indústria Metalúrgica	2	1,0	10	6,6	9	4,9
Indústrias Diversas	12	5,5	22	14,4	24	13,0
Total	157	100,0	153	100,0	184	100,0

FONTE: 1975 e 1980 - CEAG-ACRE - Cadastro Industrial. 1979 - Pesquisa Direta*

Tabela 10 - Rio Branco: Pessoal Ocupado por ramos Industriais.
1975-1979-1980.

Ramos Industriais	Pessoal Ocupado					
	1975		1979		1980	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Indústria de Minerais não Metálicos	270	33,3	347	21,8	399	21,7
Indústria da Madeira	175	20,0	328	20,6	442	24,0
Produtos Alimentícios	146	18,0	222	14,3	319	17,4
Editorial e Gráfica	49	6,0	160	10,2	160	8,7
Indústria da Borracha	31	4,0	139	8,7	139	7,5
Indústria do Mobiliário	42	6,0	126	7,9	128	6,9
Indústria Metalúrgica	28	3,5	98	6,2	83	4,5
Indústrias Diversas	65	9,5	168	10,3	171	9,3
Total	806	100,0	1.588	100,00	1.841	100,00

FONTE: 1975 e 1980 - CEAG-ACRE - Cadastro Industrial. 1979 - Pesquisa Direta.*

* IBIDEM, p. 26.

Nas tabelas 11 e 12, temos informações sobre o número de estabelecimentos industriais e de empregados, no Estado do Acre, para o período 1975-80. Como se observa, também a nível de Estado, houve redução no número de estabelecimentos; a nível de ramos, porém, o único ramo industrial que apresentou redução no número de seus estabelecimentos foi o de Minerais não Metálicos, que de 104 estabelecimentos em 1975, se reduziu a 91 em 1980. Como Rio Branco possui 64 dos 104 estabelecimentos deste ramo no Estado, leva-se a concluir que a redução dos estabelecimentos neste ramo a nível de Estado é explicado pela redução a nível de município de Rio Branco e que esta redução está relacionada com a implantação do Distrito Industrial, em Rio Branco, em 1975.

Por outro lado, o número de estabelecimentos no Setor como um todo cresceu no período, de 294 a 370, conforme a tabela 11.

Com relação ao pessoal ocupado, houve crescimento deste em todos os ramos, e no Setor Industrial cresceu de 1.342, em 1975, para 2.857, em 1980 (V. tabela 12).

Tabela 11 - ACRE: Número de Estabelecimentos por ramos industriais - 1975-1980.

Ramos Industriais	1975		1980	
	ABS	%	ABS	%
Indústria de Minerais não Metálicas	104	35,4	91	24,5
Indústria da Madeira	49	16,6	54	14,6
Produtos Alimentícios	85	28,9	114	30,8
Editorial e Gráfica	6	2,1	9	2,5
Indústria da Borracha	2	0,8	3	0,9
Indústria do Mobiliário	31	10,6	55	14,9
Indústria Metalúrgica	2	0,8	15	4,0
Indústrias Diversas	14	4,8	29	7,8
Total	294	100,0	370	100,0

FONTE: CEAG-ACRE - Cadastro Industrial - 1980.

Tabela 12 - ACRE: Pessoal Ocupado por ramos industriais.
1975-1980.

Ramos Industriais	1975		1980	
	ABS	%	ABS	%
Indústria de Minerais não Metálicos	485	36,1	692	24,3
Indústria da Madeira	292	21,8	753	26,3
Produtos Alimentícios	223	16,6	577	20,2
Editorial e Gráfica	56	4,2	163	5,7
Indústria da Borracha	55	4,1	161	5,6
Indústria do Mobiliário	96	7,1	221	7,8
Indústria Metalúrgica	28	2,2	95	3,3
Indústrias Diversas	107	7,9	195	6,8
Total	1.342	100,0	2.857	100,0

FONTE: CEAG-ACRE - Cadastro Industrial - 1980.

Tabela 13 - Rio Branco: Valor da Transformação Industrial (VTI) por ramos industriais. 1975.

Em mil cruzeiros		
Ramos Industriais	Valor da Transf. Industrial (VTI)	VTI/N
Indústria de Minerais não Metálicos	5.497	20,36
Indústria da Madeira	4.530	25,88
Produtos Alimentícios	6.397	43,81
Editorial e Gráfica	-	-
Indústria da Borracha	-	-
Indústria do Mobiliário	-	-
Indústria Metalúrgica	829	29,60
Indústria diversas	-	-

FONTE: Censo Industrial do Acre - 1975.

Tabela 14 - Acre: Valor da Transformação Industrial (VTI)
por ramos industriais. 1975.

Ramos Industriais	Valor da Transf. Industrial (VTI)	VTI/N
Indústria de Minerais não Metálicos	7.523	15,51
Indústria da Madeira	6.979	23,90
Produtos Alimentícios	8.086	36,26
Editorial e Gráfica	-	-
Indústria da Borracha	-	-
Indústria do Mobiliário	-	-
Indústria Metalúrgica	-	-
Indústrias Diversas	-	-

Apesar do reduzido número de informações fornecidas pelo Censo Industrial do Acre de 1975, observamos na tabela 13, contendo dados para Rio Branco, que o ramo industrial que apresentou maior VTI foi o de Produtos Alimentícios (Cr\$ 6.397,00). O valor médio para os quatro ramos cujas informações estavam disponíveis no Censo, foi de Cr\$ 4.313,25.

A nível de Estado, como consta na tabela 14, o ramo Produtos Alimentícios também apresenta o maior VTI (Cr\$ 8.086,00). Para o Estado do Acre, o Censo apresenta valores para apenas três ramos industriais, e o menor VTI é de Cr\$ 6.979,00, da indústria da Madeira. O VTI médio, aqui, é de Cr\$ 7.529,33.

Os VTI dos ramos a nível de Estado são maiores que os VTI a nível de Rio Branco. Já a relação VTI/N apresenta valores maiores para os ramos industriais a nível de Rio Branco.

As tabelas 13 e 14 mostram que a maior relação VTI/N, tanto a nível de Acre como de Rio Branco é apresentada pelo ramo Produtos Alimentícios, 36,26 e 43,81, respectivamente.

6.4 - A Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre -
CODISACRE

O Distrito Industrial de Rio Branco, implantado em 1975, foi criado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre - CODISACRE.

A CODISACRE foi fundada em agosto de 1974, e trata-se de uma Sociedade de Economia Mista, cujo capital social é constituído de ações do Estado e de sete prefeituras do Acre.

Os objetivos principais desta Companhia são:

- Estruturar uma área para consolidar a infraestrutura e os serviços básicos para o Distrito Industrial;
- Venda e financiamento a longo prazo, e financiamento de lotes industriais.
- Construção e venda de edifícios industriais;
- Oferta de serviços básicos;
- Criação de novas áreas industriais, além da de Rio Branco, uma em Cruzeiro do Sul e outra em Panorama - próximo a Rio Branco. Nesta última visava-se a implantação de estaleiros, indústrias de artefatos de borracha e outras empresas poluentes;
- Pesquisas, identificação e implantação de oportuniudades industriais (balcão de projetos);
- Incentivo ao beneficiamento de matérias-primas prouvenientes da exploração de recursos naturais;
- Prestar serviços de assistência técnica na implantação, execução e acompanhamento, até a fase produutiva dos projetos industriais;
- Elaborar e executar programas de treinamento para qualificar a mão-de-obra industrial;

BCME-BIBLIOTECA

- Funcionar como "holding" para a incorporação de empresas, inclusive com a utilização de "underwritings"; e
- Participação acionária minoritária nos projetos.

"No que se refere à venda de lotes e de edifícios industriais, a própria empresa financiava diretamente os compradores por prazos de até 05 (cinco) anos, com 6 (seis) meses de carência, sem cobrança de juros e sem correção monetária, à época da implantação do Distrito Industrial".¹⁷

6.5 - O Distrito Industrial

6.5.1 - Área e localização

O Distrito Industrial de Rio Branco fica localizado numa área de 232 hectares. Esta, compreendida entre a Estrada Dias Martins, a partir do Igarapé Martins até o Igarapé Paxiúba; do Paxiúba, descendo até seu encontro com o Igarapé São Francisco; por este até receber as águas do Igarapé Martins; e pela BR-364, a partir da COHAB-Acre. V. Anexo 2.

A demarcação desta área foi realizada por técnicos da CODISACRE, ocorrendo 18 (dezoito) desapropriações nessa região.

O local foi escolhido em razão das seguintes vantagens:

- O terreno possui um declive suave, inclinado para os três igarapés citados;
- Os ventos são soprados em direção contrária a da cidade, não ocasionando poluição aos habitantes;
- A venda de terrenos era a preços baixos, pois não havia especulação imobiliária nessa área;

¹⁷ Declaração de um ex-Presidente da CODISACRE.

- O terreno é cortado no seu maior sentido pelo mais extenso eixo rodoviário do Estado — a BR-364 — nas duas direções com conexão próxima à estrada de Xapuri;
- Fica próximo do rio Acre, distando 5km, aproximadamente;
- Pode-se criar uma cidade Satélite em torno do Distrito;
- Pode-se criar um núcleo de apoio às indústrias ali localizadas;
- As economias de escala que poderiam ser obtidas;
- A concentração de matérias-primas no local.

BCME-BIBLIOTECA

6.5.2 - Objetivos

A idéia da criação do Distrito Industrial constou dos seguintes objetivos:

- A criação de emprego direto e indireto;
- A substituição de importações; e
- A diversificação de produtos industrializados.

Um investimento com grande oferta de emprego se fazia necessário. Os bairros periféricos da cidade estavam se abarrotando, neste período, em decorrência do êxodo campo-cidade que se verificava em direção a Rio Branco. Por outro lado, a força de trabalho que seria utilizada poderia ser qualificada e não-qualificada, constituída, principalmente de ex-seringueiros, ex-agricultores, ruralistas, ou seus filhos, entre outros. O emprego indireto se faz necessário, na obtenção de matérias-primas em locais distantes da empresa — caso das serrarias, por exemplo.

A substituição de importações era essencial para o desenvolvimento do Estado, haja vista seu elevado grau de

dependência econômica. Por outro lado, importava-se produtos que poderiam ser obtidos com a utilização de matérias-primas locais. O preço dos produtos importados tornavam-se altíssimos dado o isolamento geográfico do Estado em relação aos centros fornecedores e à precariedade das rodovias inter e intra Estaduais no período de inverno no Estado, provocando a escassez dos produtos. Vale ainda ressaltar, que a maioria das matérias-primas que seriam utilizadas pelas indústrias existem em abundância no Estado.

Com relação à infra-estrutura necessária ao funcionamento do Distrito, esta constaria de oficinas, hotel, energia, água, escritórios, armazéns, um Centro Comercial de 6 lojas com 108m² cada, enfim, todos os instrumentos essenciais ao funcionamento e dinamismo das indústrias ali localizadas.

A diversificação dos produtos industrializados seria no sentido do Setor Industrial não ficar concentrado em apenas 2 ou 3 ramos de indústria. A diversificação de produtos cria indústrias de "apoio", como por exemplo, a criação de uma fábrica de óleo comestível gera a necessidade da fabricação de latas para esse óleo, dentro da própria empresa, ou fora dela. E a expansão das empresas requer cada vez mais força de trabalho, em alguns casos especiais. Por outro lado, a diversificação na industrialização significaria necessariamente, a substituição de importações a preços mais acessíveis.

6.5.3 - Desempenho do Distrito Industrial (1975-1982)

As empresas do Distrito Industrial de Rio Branco começaram a funcionar precariamente. Não existia no Distrito uma infra-estrutura adequada ao funcionamento dessas unidades industriais. Nessa fase, não existia serviços de luz, água, nem telefone. Estes benefícios foram criados em função das empresas ali existentes.

A primeira empresa estabelecida no Distrito Indus-

trial de Rio Branco foi a METAL ACRE, pertencente ao ramo de Indústria Metalúrgica. Sua atividade principal é a armação de estruturas metálicas, e ainda encontra-se em funcionamento. Vale destacar também que já estava funcionando na área onde foi implantado o Distrito, a Cerâmica Manicoré.

Em 1976, existia, funcionando e/ou em início de funcionamento 22 unidades industriais; em 1980, 30, e em 1982, 34.

De acordo com os objetivos propostos, o Distrito Industrial não cumpriu sua função, "in totum" pois não houve crescimento significativo do número de empresas e a criação de empregos diretos e indiretos foi moderada. Por outro lado, apesar do esforço de se criar uma infra-estrutura esta ainda não é adequada ao funcionamento das empresas, e o número destas aumentou em razão mais das atividades já existentes, como cerâmicas, serrarias e fábricas e móveis (tradicionais) do que em função de novos produtos. BCME-BIBLIOTECA

Todavia apesar do pequeno crescimento no número de estabelecimentos industriais no período 1975-1982, muitas empresas se expandiram, adotando tecnologia mais avançada, aumentando sua produção e alcançando, inclusive, mercados em outros centros. Empregos diretos também foram criados, pois conforme pesquisa de campo realizada no Setor Industrial, existe 613 pessoas ocupadas em 18 das 34 empresas existentes no Distrito. Por sua vez, empregos indiretos também foram criados, pois para obtenção de matérias-primas locais se faz necessária a contratação de mão-de-obra por "empreitada".

Com respeito ainda à mão-de-obra, vale dizer que muitos ramos industriais utilizam força de trabalho qualificada, e a tendência é de uma qualificação cada vez maior, em face da expansão de algumas empresas, e o aumento do número de cargos nas mesmas. Atualmente, existe em Rio Branco, localizadas no Distrito Industrial, empresas com mais de 100 empregados, conforme pesquisa realizada no Setor. Antes da criação do Distrito, não existiam empresas com esse número de empregados, nem com um maior número de funções na empresa.

7. O SETOR INDUSTRIAL DE RIO BRANCO: UM ESTUDO DE CASO

7.1 - Metodologia da Pesquisa

Para obtenção dos dados primários necessários à análise empírica deste trabalho foi empregada a técnica de entrevista direta com empregadores e empregados do Setor Industrial de Rio Branco, através da aplicação de questionários. Considerando que o estudo precisa de dados sobre as empresas e a mão-de-obra nelas empregadas, este item divide-se em duas seções: AMOSTRA DE EMPRESAS e AMOSTRA DE EMPREGADOS ABSORVIDOS PELAS EMPRESAS.

Como instrumentos de coleta, foram utilizados dois questionários, um registrando informações básicas sobre a empresa, (V. anexo 3), e o outro, dados relativos à força de trabalho nelas empregadas, (V. anexo 4).

Com as informações contidas no anexo 3, objetiva-se conhecer a seguinte realidade, hoje:

1. Quais os ramos industriais mais significativos em termos de geração de emprego direto e indireto;
2. O nível tecnológico utilizado;
3. A estruturação do setor industrial e suas características básicas;
4. A possibilidade do aumento da oferta de emprego, das as condições do setor industrial acreano.

Com as observações inclusas no anexo 4, pretende-se buscar evidências para identificar:

1. Os efeitos do processo migratório inter e intra-

-estadual, principalmente a partir de 1970, através dos seguintes pontos:

- a) a participação da mão-de-obra imigrante no setor industrial de Rio Branco;
 - b) a procedência mais significativa dessa mão-de-obra imigrante;
 - c) os motivos da vinda desses imigrantes para Rio Branco.
2. A participação em alguns ramos industriais do trabalho qualificado e não-qualificado;
 3. A participação das pessoas ligadas e não à produção;
 4. Os ganhos da força de trabalho.

BCME-BIBLIOTECA

7.2 - Uma Discussão da Amostra

Foi identificado operando em Rio Branco, em 1980, 184 indústrias, conforme consta no Cadastro Industrial, elaborado pelo Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Estado do Acre (CEAG-ACRE). Destas, 34 estão localizadas no Distrito Industrial. (V. anexo 5).

A amostra cobriu aproximadamente 13,6% do universo de empresas do Setor Industrial, tendo sido entrevistadas 25 empresas nos meses de outubro e novembro de 1982.

Foram pesquisadas 18 empresas do Distrito Industrial, incluídas as que foram implantadas a partir de 1980, e 7 unidades localizadas em outras áreas da cidade.

O critério utilizado na escolha das empresas localizadas no Centro e bairros da cidade, exclusive as da área do Distrito, foi a representatividade em termos de mão-de-obra, procurando cobrir a maior variedade possível de ramos industriais. Assim sendo, a amostra será mais significativa

para as várias conclusões que se quer obter. Por outro lado, verificou-se a existência de muitas panificadoras e pequenas gráficas, cuja força de trabalho constitui-se do proprietário e seus familiares, mais um ou dois empregados. Apenas estes últimos com vínculo empregatício.

Foram entrevistados o proprietário, quando presente e à par da contabilidade da firma, e na sua ausência ou por sua delegação, o contador ou responsável pelas finanças da empresa.

Nas 184 empresas existentes em Rio Branco em 1980, encontravam-se, segundo o Cadastro Industrial, 1.828 pessoas empregadas. Entre aquelas, 25 foram submetidas à pesquisa. Nessas empresas foram identificadas como mão-de-obra empregada 732 pessoas, que atinge a 40% da força de trabalho utilizada no Setor Industrial. Do universo de empregados foram entrevistados 556, que corresponde a 30,4% dos empregados no Setor Industrial, distribuído, a grande maioria (77%), como já se esperava, nas tarefas de produção propriamente dita.

A mão-de-obra entrevistada abrangeu as pessoas com vínculo empregatício e que desenvolviam atividade na data da pesquisa, sob qualquer modalidade de regime (tempo integral ou parcial, excluídos os proprietários ou sócios, as pessoas afastadas ou de férias e os membros não remunerados da família dos proprietários ou sócios).

Foram encontrados muitos obstáculos na obtenção dos dados a nível de empregado, quais sejam:

- Embora conhecendo o objetivo e tendo visto previamente o questionário a ser aplicado entre os empregados, algumas empresas apresentaram dificuldade no que tange à concessão de permissão para contato do entrevistador com o empregado. Alguns representantes de firmas chegaram até a querer responder os questionários por seus empregados, alegando conhecer todas as informações referentes ao seu pessoal, apesar da observação que se fez mostrando que

os dados eram pessoais. Só com muita insistência e depois de mostrar a individualidade das informações a serem prestadas, foi que se conseguiu demonstrá-los de tal procedimento.

- Várias vezes as entrevistas tiveram que ser feitas na hora do almoço, pois as empresas não os dispensavam em horário de trabalho.
- Em expediente por turno, tínhamos de ir até quatro vezes no mesmo estabelecimento. Os que trabalhavam no turno da noite, inclusive vigias, não puderam ser entrevistados, já que o expediente noturno se encerra às 22:00 horas, e este horário tornava-se impróprio para os entrevistadores.
- Tornou-se difícil entrevistar motoristas, principalmente aqueles que trabalham na distribuição de produtos, pois os mesmos percebem por comissão e para tanto trabalham até às 21:00 horas aproximadamente, tornando-se impossível encontrá-los no local de trabalho.
- Também, muitas vezes tivemos de entrevistar os trabalhadores no próprio local de trabalho, mas sem interrupção deste, e isto tornava a nossa tarefa mais longa do que o previsto, pois tínhamos de percorrer toda a área do estabelecimento, e também explicar para cada entrevistado o objetivo da entrevista.
- Houve casos em que a empresa não dispensava seus empregados em hora de expediente, nem mesmo um de cada vez, pois com o barulho das máquinas era impossível fazermos a entrevista, então tínhamos de esperar o intervalo do almoço ou o final do expediente.

Estes tipos de dificuldades encontradas evidenciam logicamente o próprio comando sobre o trabalho, denunciando normas de controle do capital sobre o trabalho, chegando a

demonstrar inclusive, um certo grau de coação dos empresá-
rios sobre os trabalhadores.

O número de empregados, na maioria das indústrias en-
trevistadas, não correspondia ao número de operários citado
no Cadastro. Isto justifica-se em razão das informações de
alguns empresários de que existe uma constante entrada e saí-
da voluntária de trabalhadores nas empresas, principalmente
nas cerâmicas e olarias onde o trabalho não é qualificado.

7.3 - Análise dos Resultados

BCME-BIBLIOTECA

7.3.1 - Caracterização e classificação do setor industrial

Segundo resultados da pesquisa, podemos deduzir que
o Setor Industrial do Acre ainda não assumiu características
de capitalismo maduro. As empresas que compõem o setor indus-
trial são de tamanho pequeno e médio, o que pode ser consta-
tado inclusive, no Cadastro Industrial do Acre de 1980. Tam-
bém, no grupo de empresas visitadas não existem estruturas
administrativas complexas, sendo a grande maioria dos empre-
gados ligados diretamente à produção. Mesmo as unidades in-
dustriais identificadas por nós como fortemente empregadoras
absorviam de 80 a 110 empregados.

Por outro lado, aliados a essas características, ob-
servamos que as empresas pesquisadas procedem efetivamente
como empresas capitalistas, dado que todas desenvolvem suas
atividades de forma contínua, seus proprietários não partici-
pam mais do processo de produção, além de haver comando so-
bre o trabalho, e daqueles procurarem um retorno sobre o ca-
pital.

Dadas as características existentes, e para um me-
lhor tratamento das empresas, estas podem ser classificadas
como tradicionais e dinâmicas. O grupo das classificadas co-
mo tradicionais possuem características tais como: apresen-
tam atividades mais relacionadas com a matéria-prima local,

sendo criadas inclusive, em função das disponibilidades dessas matérias-primas; além disso, algumas das empresas chamadas por nós de tradicionais nasceram utilizando tecnologia simples, embora atualmente já adotem tecnologia mais moderna. Por outro lado, conforme resultados da pesquisa, estas empresas são mais absorvedoras de mão-de-obra. (V. tabela 15). Destacam-se aqui as cerâmicas, serrarias, fábricas de móveis e algumas empresas de produtos alimentícios que utilizam matérias-primas extraídas da região. A argila, requisitada para a fabricação de tijolos e madeira para a feitura de tábuas em geral e móveis existem em abundância na região e são utilizadas nas empresas mais tradicionais de Rio Branco, como as cerâmicas e serrarias.

Podemos observar que em tais empresas, mesmo desenvolvendo atividades contínuas, foram constatadas paralizações temporárias devido a problemas técnicos. Ficou constatado também que ainda existe nesta categoria empresas que utilizam tecnologia bem simples, apesar de haver equipamentos bastantes sofisticados em algumas delas, principalmente nas implantadas mais recentemente. Destaque-se que a empresa mais absorvedora de trabalho encontra-se nesta classificação. (V. tabela 15).

Estamos chamando de empresas tradicionais, segundo os resultados constatados em nossa pesquisa, as que se encontram nos seguintes ramos industriais: Minerais não Metálicos, Madeira, Produtos Alimentícios, Mobiliário e Editorial e Gráfica, que são os pioneiros em termos de industrialização em Rio Branco.

Por outro lado, o grupo das empresas tratadas como dinâmicas também desenvolvem atividades contínuas durante todo o ano, com exceção de apenas uma que justificou as rápidas paralizações em decorrência da falta de matérias-primas importada de outros centros. A existência de continuidade das atividades da empresa, ressalta a importância da escala de produção, denuncia a presença de concorrência e impõe a necessidade de luta pelo mercado. Por sua vez, a tecnologia u-

Tabela 15 - Amostra pesquisada: Classificação dos ramos industriais em tradicionais e dinâmicas e números de empresas e empregados - 1982.

Ramos Industriais	Nº de Empresas Pesquisadas	Nº Empregados
<u>Tradicionais</u>		<u>599</u>
Minerais não metálicos	7	236
Madeira	5	148
Produtos Alimentícios	4	142
Editorial e Gráfica	2	8
Mobiliário	3	65
<u>Dinâmicos</u>		<u>133</u>
Artefatos de Borracha	1	80
Metalúrgica	2	22
Derivados de Petróleo	1	31
Total	25	732

FONTE: Pesquisa de Campo.

utilizada é mais moderna, e apenas uma empresa deste grupo afirma que também usa equipamentos antiquados. Por outro lado, apenas uma empresa é de tamanho médio, todas as demais absorvem menos de 50 empregados, sendo pouco absorvedoras de mão-de-obra.

As empresas sob análise estão mais voltadas para a formação de capital, com maior participação no valor agregado do produto industrial, e possuem alta relação capital/trabalho. Portanto necessitam de investimentos mais altos, tornando-se portanto mais dependentes de incentivos.

Este conjunto de empresas compõem os seguintes ramos de indústrias: Artefatos de borracha, Metalúrgica e Derivados de petróleo.

A análise desenvolvida anteriormente, evidencia, para os menos avisados, uma ambigüidade que poderia até chegar a comprometer a análise. A nosso ver, no entanto, essa ambigüidade retrata com muito vigor a fisionomia da economia acreana, tal como é! Essa é a economia que de fato temos hoje, e não há como "fugir" dessa realidade.

Por sua vez, os ramos industriais mais significativos como empregadores de mão-de-obra são: Produtos Alimentícios (com uma média de 35 empregados), Minerais não Metálicos e Indústria da Madeira, que apresentaram as médias de 33 e 29 empregados, respectivamente. Estes ramos pertencem ao grupo classificado de tradicional. O número médio de empregados no Setor industrial é 28.

Vale ressaltar que em alguns ramos se faz necessária a criação de empregos indiretos, como a indústria da Madeira e do Mobiliário, entre outras. Estes utilizam matéria-prima local — tóras de madeira —, e para obtenção desta, contrata-se mão-de-obra por empreitada, para extração e transporte das tóras de madeira do local de origem até à empresa.

O Setor Industrial de Rio Branco, dadas suas próprias características, apresenta um percentual bastante significativo (77%) de empregados trabalhando diretamente no

processo produtivo, enquanto que apenas 23% exerce atividades administrativas (V. tabela 16). Nenhum empresário participa do processo de produção.

A razão do baixo percentual de pessoas ligadas às funções administrativas se explica pela inexistência de grandes empresas em Rio Branco. A existência de apenas pequenas e médias empresas com pequena divisão social do trabalho justifica a reduzida percentagem de pessoas ligadas a administração.

Por outro lado, o ramo de indústria Mineraiis não Metálicas apresentou o maior índice de pessoas ligadas à produção, 88,6%. Dada a especificidade deste ramo, ou seja, tecnologia intensiva de trabalho, fica explicada a alta taxa. Já o ramo industrial Produtos Alimentícios apontou o mais representativo percentual de empregados ligados a Administração, 53,3%. Este ramo apresentou na pesquisa, duas empresas bem organizadas internamente. Isto em face das exigências das atividades dessas empresas que requerem maior controle de suas administrações, razão porque este ramo se apresentou como o mais significativo em termos de atividades administrativas.

7.3.2 - Alguns indicadores

Como tentativa ainda, de expressar melhor a fisionomia do setor industrial acreano, elaboramos alguns indicadores, a fim de melhor caracterizá-lo.

A tabela 17, construída com dados da nossa pesquisa, revela que a relação capital/trabalho¹ (K/N) é maior nas empresas classificadas como dinâmicas que nas tradicionais, o que indica que as empresas dinâmicas são menos absorvedoras

¹Para a obtenção dessa informação consideramos o capital (k) a soma do Imobilizado (máquinas, equipamentos e instalações) mais a força de trabalho (salários e demais encargos sociais).

Tabela 10 - Amostra Pesquisada: Empregados por Ramos Industriais, ligados à Administração e Produção. 1982.

Pessoal Empregado	Ramos Industriais																	
	Total		Minerais não Metálicos		Madeira		Mobiliário		Alimentos		Gráfica		Metalúrgica		Artefatos Borracha		Derivados Petróleo	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Administração	127	23,0	23	11,4	14	13,9	8	15,1	49	53,3	-	-	3	21,4	16	27,1	14	46,7
Ligado à Produção	429	77,0	179	88,6	87	86,1	45	84,9	43	46,7	5	100,0	11	78,6	43	72,9	16	53,3
Total	556	100,0	202	100,0	101	100,0	53	100,0	92	100,0	5	100,0	14	100,0	59	100,0	30	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 17 - Amostra Pesquisada: Classificação dos ramos industriais em Tradicionais e Dinâmicos e alguns indicadores econômicos. 1982.

Gênero de Indústria	L/V	K/N Cr\$	DP/DT	K TOTAL Cr\$	N
<u>Tradicionais</u>					
Minerais não Metálicos		<u>5.622.953</u>	<u>4,800</u>	<u>198.390.000</u>	<u>236</u>
1	0,372	296.666	0,602	5.340.000	18
2	0,380	852.500	0,742	10.230.000	12
3	0,423	1.688,333	0,839	40.520.000	24
4	0,430	645.454	0,877	71.000.000	110
5	0,756	1.250.000	0,847	62.500.000	50
6	0,633	390.000	0,727	7.800.000	20
7	0,143	500.000	0,166	1.000,000	2
Madeira		<u>4.823.462</u>	<u>2,449</u>	<u>151.623.925</u>	<u>148</u>
1	0,516	485.714	0,689	17.000.000	35
2	0,077	142.307	0,583	1.850.000	13
3	0,400	267.822	0,400	12.052.000	45
4	0,740	527.619	0,333	19.521.925	37
5	0,250	3.400.000	0,444	61.200.000	18
Produtos Alimentícios		<u>3.285.443</u>	<u>1,835</u>	<u>98.913.000</u>	<u>142</u>
1	0,787	826.923	0,294	10.750.000	13
2	0,750	650.000	0,333	65.000.000	100
3	0,479	758.520	0,808	18.963.000	25
4	0,375	1.050.000	0,400	4.200.000	4

Gênero de Indústria	L/V	K/N Cr\$	DP/DT	K TOTAL Cr\$	N
Editorial e Gráfica		<u>2.832.500</u>	<u>1,131</u>	<u>11.330.000</u>	<u>8</u>
1	0,633	2.037.500	0,681	8.150.000	4
2	0,200	795.000	0,450	3.180.000	4
Mobiliário		<u>3.517.277</u>	<u>1,222</u>	<u>61.393.000</u>	<u>65</u>
1	0,150	1.744.444	0,412	15.700.000	9
2	0,278	1.027.357	0,354	14.383.000	14
3	0,522	745.476	0,456	31.310.000	42
<u>Dinâmicas</u>					
Artefatos de borracha		<u>4.642.833</u>	<u>0,059</u>	<u>371.426.675</u>	<u>80</u>
1	0,547	4.642.833	0,059	341.426.675	80
Metalúrgica		<u>3.212.500</u>	<u>0,207</u>	<u>38.550.000</u>	<u>22</u>
1	0,621	3.213.500	0,207	38.550.000	12
2	-	-	-	-	10
Derivados de Petróleo		<u>1.155.133</u>	-	<u>35.809.135</u>	<u>31</u>
1	0,724	1.155.133	-	35.809.135	31

FONTE: Pesquisa de Campo - 1982.

BCME-BIBLIOTECA

de trabalho. O maior valor em termos absolutos é apresentado por uma empresa do grupo das dinâmicas, pertencente ao ramo Artefatos de borracha (Cr\$ 4.642.833,00). Por outro lado, o menor valor é registrado para uma empresa do conjunto das tradicionais, do ramo industrial madeireiro (Cr\$ 142.307,00). Vale ainda ressaltar, que existem outras empresas da classe das tradicionais com baixa relação capital/trabalho, o que significa dizer que existe diferentes graus da relação capital/trabalho neste grupo. Enquanto o menor valor é de Cr\$ 142.307,00, o maior é de Cr\$ 3.400.000,00. Reportando-se novamente às dinâmicas, nestas os valores são mais homogêneos. Como se observa na análise, a realação capital/trabalho é mais forte nas empresas consideradas dinâmicas do que nas tradicionais, o que confirma o caráter menos empregador das empresas dinâmicas.

Prosseguindo na análise, a participação das Despesas com Pessoal na Despesa Total² (DP/DT) apresenta peso maior nas empresas tradicionais, cuja maior Despesa com Pessoal é registrada exatamente em uma empresa do ramo de Minerais não metálicos (0,877), e a menor em uma empresa do grupo das dinâmicas, pertencente ao ramo Artefatos de borracha (0,059). As empresas tratadas como tradicionais, além de apresentarem a maior Despesa com Pessoal, também registram o maior número de empregados, que é apontado numa empresa do ramo Minerais não metálicos (110). A análise confirma que as empresas tradicionais privilegiam mais o emprego.

Por sua vez, o capital total maior da empresa (k) é registrado no grupo das dinâmicas (Cr\$ 371.426.675,00), como já esperávamos, apontado por uma empresa do ramo Artefatos de borracha. O menor é registrado numa empresa do conjunto das tradicionais (Cr\$ 1.000.000,00), que pertence ao ramo Minerais não metálicos, como também prevíamos.

²A Despesa com Pessoal é a mesma definida para a força de trabalho, como consta na nota de rodapé número 1. A Despesa Total inclui as Despesas com Pessoal e de Produção (estas últimas referem-se a despesas com matérias-primas e de manutenção). As despesas com produção são valores médios de janeiro a outubro de 1983.

Com relação à margem de lucro³ (L/V), esta é maior para as tradicionais, cuja maior parcela (0,787) é apresentada por uma empresa do ramo de Produtos alimentícios. A margem de lucro mais alta do grupo das dinâmicas, por sua vez, fica próxima daquela (0,724) e pertence a uma empresa do ramo Derivados de Petróleo. Por outro lado, como podemos observar na tabela 17, a variação da margem de lucro dentro de cada ramo é significativa e só se dá no grupo das tradicionais. Além disso, a menor margem de lucro sobre as vendas é apontada por uma empresa deste grupo (0,077), pertencente ao ramo madeireiro. Com relação às dinâmicas, todas as margens de lucro são relativamente altas. Como mostra a análise, existe nos ramos tradicionais a convivência de empresas com diferentes taxas de lucro.

Segundo resultados da nossa pesquisa, foram criadas 7 unidades industriais no período 1980-1982: 2 de cerâmicas, 2 de produtos alimentícios, 1 de fabricação de móveis, 1 gráfica e 1 de esquadrias metálicas. Destas empresas, 5 estão classificadas como tradicionais e pertencem aos seguintes ramos: Minerais não metálicos (2), produtos alimentícios (2) e Mobiliário (1). Entretanto, estas 5 empresas apresentam os valores mais altos de capital total (K) registrados na tabela 17.

As empresas do ramo de Minerais não metálicos, como já explícito anteriormente, possuem uma tecnologia intensiva de trabalho, daí porque o maior número de empregados está registrado numa empresa deste ramo. Referindo-se à relação capital/trabalho da empresa em referência, o seu valor apresenta-se próximo à média do ramo.

O que se pode perceber é que as empresas criadas ultimamente apesar de apresentarem características de tradicionais, elas surgem numa nova forma, mais voltadas para o capi

³L/V: indica qual a margem de lucro sobre as vendas da empresa. O lucro líquido é obtido subtraindo-se do valor das Despesas Totais o valor das vendas médias mensais. As Despesas Totais como definido na nota de rodapé número 2.

tal, e, inclusive, quando visitadas por ocasião da nossa pesquisa, pudemos constatar que utilizam tecnologias bem modernas.

Em função desta análise, achamos que a política industrial do Acre deveria explicitamente conduzir à entrada de novas unidades industriais que levassem em conta as potencialidades da região e à absorção de mão-de-obra, pois dado o estágio de desenvolvimento em que se encontra o Setor Industrial acreano e pela própria necessidade de acumulação que o capitalismo exige, achamos que deveriam ser criadas indústrias voltadas mais para o capital, oferecendo um maior número de empregos, privilegiando as potencialidades da região e visando inclusive, o aproveitamento da população que vive marginalmente, como conseqüência, em parte, do próprio nível de desenvolvimento do Setor Industrial.

7.3.3 - Análise da força de trabalho

Passando agora a análise dos dados relativos a força de trabalho, veremos como esta se comporta, segundo a classificação das empresas em tradicionais e dinâmicas.

Como já explícito anteriormente, foram entrevistados 556 dos 1.828 empregados no Setor Industrial de Rio Branco, em 1980, o que corresponde a 30,4% do total de pessoas empregadas.

Do total de empregados, 81,5% encontram-se trabalhando no grupo das empresas consideradas tradicionais, e apenas 18,5% no grupo das dinâmicas. Isto confirma o caráter de maior absorvedoras de mão-de-obra das empresas tradicionais.

Conforme a tabela 16, 77% da população entrevistada encontra-se, trabalhando diretamente no processo produtivo, e portanto 33% nas atividades administrativas. Das pessoas que trabalham no grupo das tradicionais, 20,7% estão ligadas a atividades administrativas e 79,3% ao processo de produção. Já dos empregados nas dinâmicas, 32,1% trabalham em ati

vidades administrativas e 67,9% naquelas ligadas a produção. Como mostra a análise, uma maior percentagem de pessoas estão trabalhando diretamente no processo produtivo. Além do mais, como já se esperava, as empresas tradicionais apresentaram um maior número de pessoas ligadas as atividades de produção, e as dinâmicas um maior número de empregados ligados à administração. Isto mostra o caráter de utilização de tecnologia intensiva de trabalho das empresas tradicionais, e de tecnologia poupadora de trabalho das dinâmicas.

Conforme consta na tabela 18, a absorção do contingente masculino, tanto pelos ramos industriais tradicionais, como pelos dinâmicos é considerável. Dos 556 empregados entrevistados, 92,9% são do sexo masculino, denotando a tendência do mesmo, para o tipo de trabalho pesado da indústria acreana, principalmente das cerâmicas, serrarias e esquadrias metálicas. Dos empregados nas empresas do grupo das tradicionais, 95,6% são do sexo masculino e 4,4% do sexo feminino. Com relação aos empregados nas dinâmicas, 80,6% são do sexo masculino e 19,4% do feminino. Isto comprova que as empresas classificadas como tradicionais são mais absorvedoras de trabalhadores do sexo masculino do que as dinâmicas. Já estas têm uma maior participação da população feminina do que aquelas.

Com relação a faixa etária, para uma melhor clareza da análise, consideramos quatro classes de idade: pessoas com idade até 19 anos, aquelas com idade até 25 anos, entre 26 e 49 anos, e pessoas com mais de 49 anos. Esta classificação identifica melhor o tipo de atividade desenvolvida no Setor Industrial de Rio Branco.

Tabela 18 - Amostra Pesquisada: Empregados por ramos industriais e por sexo. 1982.

Sexo	Ramos Industriais																	
	Total		Minerais não Metálicos		Madeira		Mobiliário		Alimentos		Gráfica		Metalúrgica		Artefatos Borracha		Derivados Petróleo	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Masculino	516	92,9	200	99,0	99	98,0	50	94,3	80	87,0	4	80,0	13	92,8	40	67,8	30	100,0
Feminino	40	7,1	2	1,0	2	2,0	3	5,7	12	13,0	1	20,0	1	7,2	19	32,2	-	-
Total	556	100,0	202	100,0	101	100,0	53	100,0	92	100,0	5	100,0	14	100,0	59	100,0	30	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo. 1982.

Prosseguindo a análise, 61,2% dos empregados do Setor Industrial possuem no máximo 25 anos de idade. 63,6% dos empregados nas empresas consideradas tradicionais e 50,5% nas tratadas por nós como dinâmicas têm no máximo esta idade. (V. anexos 6 a 13). Isto quer dizer que existe um grande número de pessoas jovens trabalhando no Setor Industrial, e que as empresas do grupo das tradicionais absorvem a maior parte destas pessoas jovens.

Foi constatado ainda que 34,4% dos empregados nas empresas tradicionais e 16,5% das pessoas que trabalham nas dinâmicas possuem idade até 19 anos. 30,9% das pessoas com idade entre 25 e 49 anos estão nas empresas tradicionais, e 43,7% nas dinâmicas. Também, apenas 5,5% dos empregados nas tradicionais e 5,8% daqueles que trabalham nas dinâmicas têm idade superior a 49 anos. (V. Anexos 6 a 13). Como se observa, a participação de empregados com idade a partir de 26 anos é maior nas dinâmicas que nas tradicionais. Donde se conclui que o decréscimo de pessoas a partir de 26 anos nas atividades industriais se justifica em face do tipo de trabalho desenvolvido neste Setor, como já explícito anteriormente, neste mesmo capítulo.

Com relação ao nível de instrução, constatamos a maior freqüência de pessoas com o primário incompleto, em ambos os grupos em análise. Todavia, os maiores percentuais couberam aos ramos industriais da Madeira e de Minerais não metálicos, com 45,6% e 34,2%, respectivamente, do total de entrevistados em cada ramo. (V. tabela 19). Disto se deduz que o peso dos empregados com o curso primário incompleto nas empresas tradicionais é maior que o das dinâmicas. Vale ainda destacar, que o maior índice de pessoas com o ginásial incompleto está no grupo das empresas aqui tratadas como dinâmicas (30%), do ramo Derivados de Petróleo, donde se conclui, que o nível de escolaridade é mais alto entre os empregados do grupo das dinâmicas.

A possível razão para a maioria dos entrevistados não haverem concluído pelo menos o primário, se explica por dois

Ramos Industriais

Níveis de Escolaridade	Total		Minerais não Metálicos		Madeira		Mobiliário		Alimento		Gráfica		Metalúrgica		Artefatos Borracha		Derivados Petróleo	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Analfabetos	57	10,2	27*	13,4	13**	12,9	1	1,8	6	6,5	-	-	-	-	9***	15,3	1	3,3
Sabe ler e escrever Sem escolaridade ou MOBRAL	51	9,1	19	9,4	8	7,9	3	5,7	7	7,6	-	-	2	14,3	9	15,3	3	10,0
Primário Incompleto	164	29,5	69	34,2	46	45,6	10	18,9	14	15,2	1	20,0	2	14,3	16	27,2	6	20,0
Primário Completo	68	12,4	24	11,8	9	8,9	8	15,1	11	11,9	2	40,0	4	28,6	5	8,5	5	16,7
Ginasial Incompleto	116	20,7	39	19,3	17	16,8	16	30,2	24	26,1	1	20,0	2	14,3	8	13,6	9	30,0
Ginasial Completo	35	6,2	6	3,0	2	2,0	7	13,3	8	8,7	-	-	3	21,4	5	8,5	4	13,4
Colegial Incompleto	31	5,6	7	3,5	4	3,9	3	5,7	12	13,1	1	20,0	-	-	3	5,2	1	3,3
Colegial Completo	20	3,5	4	1,9	1	1,0	4	7,5	7	7,6	-	-	1	7,1	2	3,4	1	3,3
Superior incompleto	6	1,2	1	0,5	1	1,0	1	1,8	2	2,2	-	-	-	-	1	1,6	-	-
Superior completo	2	0,5	-	-	-	-	-	-	1	1,1	-	-	-	-	1	1,6	-	-
N. Declarado	6	1,1	6	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	556	100,0	202	100,0	101	100,0	53	100,0	92	100,0	5	100,0	14	100,0	59	100,0	30	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo. 1982

* Estão incluídas 5 pessoas que apenas assinam o nome.

** Estão incluídas 3 pessoas que apenas assinam o nome.

*** Estão incluídas 2 pessoas que apenas assinam o nome.

motivos: o primeiro é que o próprio processo produtivo em alguns ramos não faz exigências quanto ao nível de escolaridade; o segundo decorre da própria atividade "pesada" em muitas empresas, que provoca o cansaço físico da mão-de-obra, desencorajando-a para atividades escolares no período noturno.

Analisando a mão-de-obra imigrante, temos, de acordo com a tabela 20 que, dos 556 empregados entrevistados, 69,5% são imigrantes e 30,5% apenas, sempre residiram em Rio Branco. O porque deste elevado percentual de imigrantes em Rio Branco explica-se parcialmente pela migração dos nordestinos que vieram para o Acre, a partir de fins do século passado, para trabalhar na produção de borracha nos seringais amazônicos, como explícito no capítulo IV. Do total de empregados do grupo das tradicionais, 67,9% são imigrantes. Já, a participação de imigrantes nas dinâmicas é mais elevada 74,7%.

Ainda nos referindo à tabela 20, a indústria Metalúrgica foi a que apresentou o maior percentual de pessoas residentes em Rio Branco, 42,8%, já o ramo Artefatos de borracha apresentou o maior índice de pessoas não residentes em Rio Branco, 83,1%, e o menor de residentes em Rio Branco, 16,9%. Do explícito aqui, resulta que o grupo das dinâmicas convive com empresas com diferentes números de imigrantes. Também, apresenta um maior percentual de imigrantes do que as tradicionais. A maior vinculação de imigrantes no ramo Artefatos de borracha se justifica pela própria identificação da atividade deste ramo com aquela que os imigrantes desenvolviam ou viam ser desenvolvida por seus pais nos seringais do Acre ou do Amazonas, de onde é mais freqüente suas origens.

Por outro lado, a maioria dos ramos industriais, tanto os considerados tradicionais como os dinâmicos, possuem mais de 50% de seus empregados com residência há menos de 10 anos em Rio Branco.

A participação de imigrantes até dez anos de residência é 58,4% nas tradicionais, e 59,7% nas dinâmicas. Estas pessoas podem constituir uma parcela das que se deslocaram

Tabela 20 - Amostra Pesquisada: Empregados por Ramos Industriais e tempo de residência em Rio Branco. 1982.

Tempo de Residência	Ramos Industriais																	
	Total		Minerais não Metálicos		Madeira		Mobiliário		Alimento		Gráfica		Metalúrgica		Artefatos Borracha		Derivados Petróleo	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	31	6,0	12	5,9	6	5,9	2	3,8	4	4,3	-	-	6	42,8	-	-	1	3,3
{1 - 5 anos)	82	14,6	21	10,4	21	20,8	9	16,9	17	18,5	1	20,0	-	-	12	20,3	1	3,3
{5 - 10 anos)	111	19,9	41	20,4	18	17,8	12	22,7	12	13,1	2	40,0	-	-	21	35,6	5	16,6
{10 - 15 anos)	78	14,3	23	11,5	15	14,9	12	22,7	14	15,2	1	20,0	-	-	8	13,6	5	16,6
{15 - 20 anos)	34	6,0	10	4,9	7	7,0	2	3,8	9	9,7	1	20,0	1	7,2	3	5,1	1	3,3
{20 - 25 anos)	10	1,8	2	0,9	4	4,0	-	-	1	1,1	-	-	-	-	2	3,4	1	3,3
{25 - 30 anos)	11	1,9	4	1,9	2	2,0	-	-	2	2,2	-	-	-	-	1	1,7	2	6,6
{30 - 35 anos)	8	1,5	2	0,9	1	0,9	-	-	1	1,1	-	-	-	-	1	1,7	3	10,1
{35 e mais)	17	3,0	7	3,5	4	3,9	1	1,8	2	2,2	-	-	1	7,2	1	1,7	1	3,3
Sempre residiu	171	30,5	77	38,2	23	22,8	15	28,3	30	32,6	-	-	6	42,8	10	16,9	10	33,3
Não Declarado	3	0,5	3	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	556	100,0	202	100,0	101	100,0	53	100,0	92	100,0	6	100,0	14	100,0	59	100,0	30	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo. 1982.

do interior do Estado para Rio Branco, a partir de 1970, dando origem aos bairros periféricos criados nesse período.

Como consta na tabela 21, a maior concentração de imigrantes com menos de 1 ano de residência em Rio Branco encontra-se na indústria metalúrgica (75%), que pertence ao grupo das dinâmicas. Todavia este alto índice é explicado pela recente instalação de uma empresa deste ramo, que à data da pesquisa tinha 3 meses de funcionamento, e com exceção de apenas 1, todos os seus empregados vieram de outros Estados.

Por outro lado, se observa na tabela 21, que o menor percentual de imigrantes empregados nos ramos pesquisados não possuem mais de 35 anos de residência em Rio Branco, mas entre 30 e 35 anos (2%). Os imigrantes que possuem 35 anos e mais (4,3%) são aqueles que vieram como "Soldado da Borracha" em 1942, um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, em decorrência dos "Acordos de Washington", explícitos no capítulo III deste trabalho.

Na tabela 22 temos os migrantes por local de origem nos ramos industriais pesquisados. 64,4% do total de imigrantes vieram do interior do Estado, ou seja, área rural de Rio Branco, e rural e urbana dos demais municípios. Os municípios de outros Estados considerados como local de origem também obedecem o mesmo critério, isto é, a Capital dos Estados, o interior destas, os demais municípios e interior destes.

Das pessoas que estão empregadas nas empresas dos ramos considerados tradicionais, 66,5% vieram do interior de Rio Branco, e das que estão trabalhando nos ramos dinâmicos, 58,4% procedem do interior de Rio Branco. Com relação aos imigrantes que procedem de outros lugares, temos que 32,8% destes estão empregados nas empresas do grupo das tradicionais, e 41,5% nas dinâmicas. Como se observa a maioria dos imigrantes vêm do interior do Acre, e estão nas empresas tradicionais. Já os que procedem de outros lugares estão em maior número nas dinâmicas (V. anexos 14 a 21).

Tabela 21 - Amostra Pesquisada: Imigrantes por ramos industriais e tempo de residência em RIO Branco. 1982.

Tempo de Residência	Ramos Industriais																	
	Total		Minerais não Metálicos		Madeira		Mobiliário		Alimento		Gráfica		Metalúrgica		Artefatos Borracha		Derivado Petróleo	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	31	8,6	12	9,6	6	7,7	2	5,3	4	6,5	-	-	6	75,0	-	-	1	5,
{1 - 5 anos)	82	21,2	21	16,8	21	26,9	9	23,7	17	27,4	1	20,0	-	-	12	24,5	1	5,
{5 - 10 anos)	111	28,7	41	32,8	18	23,1	12	31,6	12	19,4	2	40,0	-	-	21	42,8	5	25,
{10 - 15 anos)	78	20,4	23	18,4	15	19,2	12	31,6	14	22,6	1	20,0	-	-	8	16,4	5	25,
{15 - 20 anos)	34	8,7	10	8,0	7	8,9	2	5,3	9	14,5	1	20,0	1	12,5	3	6,3	1	5,
{20 - 25 anos)	10	2,5	2	1,6	4	5,1	-	-	1	1,6	-	-	-	-	2	4,1	1	5,
{25 - 30 anos)	11	2,8	4	3,2	2	2,6	-	-	2	3,2	-	-	-	-	1	2,1	2	10,
{30 - 35 anos)	8	2,0	2	1,6	1	1,3	-	-	1	1,6	-	-	-	-	1	2,1	3	15,
{35 e mais)	17	4,3	7	5,6	4	5,2	1	2,5	2	3,2	-	-	1	12,5	1	2,1	1	5,
Não Declarado	3	0,8	3	2,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	385	100,0	125	100,0	78	100,0	38	100,0	62	100,0	5	100,0	8	100,0	49	100,0	20	100,

FONTE: Pesquisa de Campo. 1982.

Tabela 22 - Amostra Pesquisada: Pessoas não naturais de Rio Branco que migraram, por local de origem e ramos industriais. 1982.

Local de Origem	Ramos Industriais																	
	Total		Minerais não Metálicos		Madeira		Mobiliário		Alimento		Gráfica		Metalúrgica		Artefatos Borracha		Derivados Petróleo	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rio Branco (interior)	250	64,4	84	67,2	59	75,6	19	50,0	38	61,3	5	100,0	1	12,5	28	57,2	16	80,0
Manaus (interior)	67	17,3	18	14,4	11	14,1	10	26,3	16	25,7	-	-	4	50,0	8	16,3	-	-
Fortaleza (interior)	25	6,9	8	6,4	6	7,7	1	2,6	2	3,3	-	-	-	-	5	10,2	3	15,0
Outras Cidades (interior)	41	10,9	14	11,2	1	1,3	8	21,1	6	9,7	-	-	3	37,5	8	16,3	1	5,0
Não Declarado	2	0,5	1	0,8	1	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	385	100,0	125	100,0	78	100,0	38	100,0	62	100,0	5	100,0	8	100,0	49	100,0	20	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo. 1982.

O motivo mais alegado para a imigração em Rio Branco foi a Procura de Melhora de Vida (45,6%). Das pessoas empregadas no grupo das tradicionais, 48,7% alegaram que vieram Procurar Melhora de Vida, enquanto que 55,8% das que trabalham nas dinâmicas também vieram por este motivo. (V. anexos 22 a 29).

Dos 308 imigrantes do grupo das tradicionais, 21,7% vieram para Rio Branco por Motivos Familiares (acompanhando os pais e/ou porque tinham parentes em Rio Branco), 17,2% Sem Razão Específica, 3,9% como "Soldado da Borracha" (por volta da Segunda Guerra Mundial) e 7,1% por Outros Motivos (entre os quais transferência de trabalho e motivo de doença). Das 77 pessoas imigrantes empregadas nas empresas dinâmicas, 14,3% aqui chegaram por Motivos Familiares, 18,2% Sem Razão Específica, 2,6% como Soldado da Borracha e 9% por Outros Motivos. (V. anexos 22 a 29).

Como observamos, do total de imigrantes que vieram do interior do Estado e estão empregados nas empresas consideradas dinâmicas, o maior percentual (55,8%) alegou que veio Procurar Melhora de Vida. Este motivo também é o mais alegado pelos imigrantes empregados no grupo das empresas dinâmicas (48,7%).

A Procura de Melhora de Vida, como motivo mais alegado para a imigração em Rio Branco pode ser entendida se verificarmos o comportamento da população rural quando expulsa das terras onde viviam.

Na região do Vale do Acre-Purus, o "fechamento" das terras pelos "paulistas", em um primeiro momento, levou a população a seguir diversos caminhos. Muitos foram para a Bolívia, cortar seringa em "condições mais livre". Outros procuravam, em imigração continuada, terras formalmente livres em território acreano. Mas a maioria, seguem o traçado dos rios e das estradas em direção à Rio Branco que parecia ser a única alternativa em termos de oportunidades de empregos e negócios. No vale do Juruá, as migrações para as cidades, como Cruzeiro do Sul por exemplo, não foram muito acentua-

das, visto que a população não era tão numerosa e principalmente porque o processo de ocupação das terras nessa área preservou, em parte, as atividades tradicionais nos seringaais.

Numa segunda etapa, com a formação de uma consciência de classe por parte dos trabalhadores rurais acreanos, e conseqüentemente um processo de organização, por volta de 1976, começa um movimento de resistência para impedir a expulsão e desmatamento por parte dos empresários e fazendeiros. A expulsão encontrava séria resistência onde os trabalhadores estavam organizados e o êxodo para Rio Branco diminuiu de intensidade, embora não fosse em nenhum momento interrompido.

Com relação ao nível salarial, 69,8% da população pesquisada recebe entre 1 e 2 salários mínimos regionais. 72,4% das pessoas empregadas nas empresas tradicionais e 58,2% dos empregados nas dinâmicas recebem entre 1 e 2 salários mínimos. (V. anexos 6 a 13). Isto mostra que existe uma participação maior de pessoas recebendo entre 1 e 2 salários nas empresas tradicionais que nas dinâmicas e que o salário percebido pelos dois grupos é baixo.

O salário mínimo considerado neste trabalho foi de Cr\$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos cruzeiros), vigente até outubro de 1982 para o Estado do Acre. Este salário era inferior ao maior salário mínimo do país que era de Cr\$ 16.608,00 (dezesesseis mil seiscentos e oito cruzeiros), até aquela data.

O salário médio encontrado para o conjunto dos empregados entrevistados foi de Cr\$ 29.000,00. O salário médio encontrado para os empregados nas empresas tradicionais foi de Cr\$ 24.319,00. Já o das dinâmicas foi de Cr\$ 33.699,00.

Como se observa, o salário médio no grupo das dinâmicas é maior que o nas tradicionais. Vale ainda ressaltar que como 69,8% da população pesquisada recebe entre 1 e 2 salários mínimos, a maioria dos entrevistados ganham abaixo do salário médio, para o conjunto do setor industrial.

Dada a falta de informações censitárias para indicar o custo de vida no Acre, tentaremos mostrar, a grosso modo, o alto custo de vida existente em Rio Branco, para evidenciar o baixo poder aquisitivo dos salários obtidos por grande parte da classe trabalhadora. Segundo consta no Anuário Estatístico do Brasil⁴ de 1981, o salário mínimo para Rio Branco em 1979 (maio a outubro) era de Cr\$ 1.797,60 (hum mil setecentos e noventa e sete cruzeiros e sessenta centavos).

Por outro lado, no Anuário Estatístico do Acre⁵ podemos observar que existe diferenças bem significativas no aumento dos preços médios mensais dos produtos alimentícios importados em relação aos produtos regionais, para o ano de 1979. Os produtos importados para alimentação constituem-se basicamente dos seguintes: alho, cebola em cabeça, leite em pó, carne de bovino, cenoura, batata inglesa, maçã e outros que são importados parcialmente, como por exemplo o tomate e o arroz, entre outros.

Os preços dos produtos regionais e importados tornam-se mais altos no período invernososo — de novembro a abril. O preço dos produtos regionais sobe em face das estradas ficarem intrafegáveis e conseqüentemente da falta de escoamento destes produtos da área rural para os mercados urbanos. O preço dos produtos importados, dada a escassez dos produtos alimentícios neste período, sobe, pois existe certo grau de complementariedade entre os produtos regionais e os importados.

Em maio de 1979, o preço do quilo de alho era de Cr\$ 176,19, em outubro do mesmo ano este preço chegou a Cr\$ 404,17. O quilo da cebola em cabeça que custava Cr\$ 65,44 em maio, passou para Cr\$ 80,00 em outubro. Outro produto que teve grande aumento foi o leite em pó, cuja lata de 400 gra-

⁴Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico do Brasil; Rio de Janeiro, IBGE, 1981. p. 619.

⁵ACRE. Assessoria de Planejamento e Coordenação. Anuário Estatístico do Acre. Rio Branco, 1980. p. 405.

mas passou de Cr\$ 81,81 em janeiro, para Cr\$ 139,10 em outubro. A carne de bovino ao preço de Cr\$ 122,00 passou para Cr\$ 159,00 no mesmo período. A cenoura teve seu preço mais alto no mês de maio, chegando a custar Cr\$ 140,00, o quilo.

Por sua vez, o tomate é importado em proporções maiores no período invernososo, portanto seu preço mais elevado está registrado no mês de abril, Cr\$ 118,00 o quilo. Por outro lado, seu preço menor foi de Cr\$ 45,63. A maçã, que é outro produto importado, teve seu preço médio mensal em 1979, em torno de Cr\$ 19,76, a unidade. O pão francês, por utilizar matéria-prima importada — farinha de trigo — apresentou também grande acréscimo no seu preço, pois de Cr\$ 40,00 em maio, passou para Cr\$ 85,00 no período de maio a dezembro.

Por seu lado, os produtos alimentícios regionais, como macarrão, manteiga, ovos de galinha, abóbora, alface, pepino, couve, mandioca, abacaxi, banana, laranja, mamão, etc. apresentaram variações menores nos seus preços no período considerado. Por outro lado, observamos que os produtos alimentícios no Acre se tornam mais caros não somente devido a estação invernososa, mas também em razão dos aumentos salariais semestrais ocorridos a partir de 1979, que se verificam no mês de outubro, às vésperas do período de inverno, quando geralmente os preços de todos os produtos são aumentados. Além disso, estes aumentos não atingem apenas os preços dos produtos alimentícios, mas todo gênero de consumo.

Posto que o maior percentual de pessoas entrevistadas recebem entre 1 e 2 salários mínimos e dado ainda o alto custo de vida em Rio Branco, evidencia-se com esta análise a precariedade das condições de reprodução da força de trabalho.

Existem atualmente instaladas no Distrito Industrial de Rio Branco 34 empresas. Este número corresponde a 18,5% do total de empresas do Setor, entretanto, 72% das empresas pesquisadas estão no Distrito Industrial, o que significa que o Setor Industrial na pesquisa está representado basicamente

mente pelas empresas do Distrito Industrial. Logo, as conclusões tiradas da pesquisa se reportam basicamente ao Distrito.

Apesar de todo o interesse de se dotar o Distrito Industrial de condições necessárias ao seu funcionamento, quando de sua implantação, tudo leva a crer que este não vem recebendo o tratamento necessário à sua expansão. Alguns empresários se queixam da falta de incentivos por parte do Setor Competente. Até mesmo financiamentos para criação de empresas são difíceis de serem obtidos. Apesar de oficialmente existir um leque vasto de incentivos, como mostrado no capítulo VI deste trabalho, na prática eles não existem. Por sua vez, a infraestrutura necessária ao funcionamento pleno das empresas ainda não está concluída.

No que se refere a absorção de mão-de-obra pelo Setor Industrial de Rio Branco quase a totalidade da força de trabalho imigrante é formada por trabalhadores vindos do campo — da pequena produção — viviam como posseiros e colonos, principalmente, nos seringais falidos em decorrência da derrocada da borracha. Sousa⁶, chama estas atividades de formas não tipicamente capitalistas de produção.

Dada a penetração capitalista no campo, essa mão-de-obra foi liberada de suas funções, sendo expropriada inclusive dos seus meios de produção, e buscou outro meio de subsistência. E para obter esta subsistência essa força de trabalho procurou assalariar-se no setor industrial de Rio Branco.

A incorporação dessa mão-de-obra migrante no setor industrial depende, todavia, do aumento do produto e da técnica utilizada, que impõe determinados coeficientes de mão-de-obra requeridas.

Por outro lado, dada a própria especificidade do sistema capitalista, ao longo do seu desenvolvimento, a concorrência entre capitais tende a levar a uma concentração cres-

⁶SOUZA, Paulo Renato Costa de. Op. Cit. p. 79.

cente, ao aumento da composição orgânica do capital e à diminuição da mão-de-obra requerida por unidade de produto. Efeitos nesse sentido já podem ser sentidos a partir do comportamento do setor industrial, como foi apontado no item anterior, exigindo, portanto, uma preocupação mais explícita no direcionamento de novas unidades industriais para que o quadro social reinante expresso pela dimensão da população sobrante não seja agravado.

De acordo com a análise temos as seguintes características que distinguem as empresas tradicionais das dinâmicas.

As empresas tradicionais absorvem mais trabalhadores que as dinâmicas. Também há um maior percentual de pessoas ligadas as atividades de produção nas tradicionais e um mais elevado número de empregados em atividades administrativas nas dinâmicas. O emprego masculino se faz mais freqüente nas empresas consideradas tradicionais, que também emprega mais jovens com idade até 25 anos, que nas dinâmicas. Por outro lado, existe uma tendência ao decréscimo no número de pessoas com idade a partir de 26 anos nas empresas tradicionais. Ficou constatado também, que as empresas dinâmicas apresentam um maior número de empregados com qualificação, e inclusive com mais alto nível de escolaridade que as tradicionais.

A participação de migrantes é maior nas dinâmicas que nas tradicionais. Por outro lado, um maior percentual de pessoas do grupo das tradicionais alegou que vieram para Rio Branco Procurar Melhora de Vida. Este foi o motivo mais alegado em ambos os grupos, como razão da migração.

Há ainda a considerar que existe um maior número de empregados recebendo na faixa de 1 a 2 salários mínimos nas empresas tradicionais que nas dinâmicas.

Com estas informações, esperamos ter apresentado o quadro do Setor Industrial Acreano, em face das características mostradas das empresas, classificadas em dinâmicas e tradicionais.

8. CONCLUSÕES FINAIS

BCME - BIBLIOTECA

O nosso objetivo neste trabalho foi verificar se o Distrito Industrial de Rio Branco cumpre sua função como gerador de emprego. Como linha teórica que possibilite a melhor apreensão da realidade, estudamos a própria determinação do emprego em economias capitalistas atrasadas, utilizando para isso as contribuições teóricas de Marx⁷ e Souza⁸. Abordamos, em seguida, os principais aspectos da economia acreana, a partir do final do século passado, ressaltando a importância da economia da borracha no Acre, tanto no interesse da ocupação territorial por outros países, como na determinação do processo migratório ocorrido naquele período.

Desde o seu nascimento a economia acreana, formada exclusivamente da extração da borracha, apresentou um caráter marginal no contexto da economia brasileira. Num primeiro momento, em fins do século passado e início do atual, ela se voltou totalmente para mercados externos. Isto porque o nascimento da economia da borracha ocorreu em meio aos grandes acontecimentos que marcaram o final do século passado. Esse período foi marcado pela emergência do chamado capital monopolista, das corporações gigantescas, de uma grande revolução no transporte automobilístico, pelo desenvolvimento da indústria química pesada, da eletricidade, da grande siderurgia, pela consolidação do capital financeiro — fusão do capital bancário e industrial —, e pela emergência de novas potências como Japão, Estados Unidos e Alemanha.

E, o interesse do grande capital internacional era de se apossar das fontes da matéria-prima cada vez mais ne-

⁷MARX, Karl. Op. Cit. p. 712-827

⁸SOUZA, Paulo Renato. Op. Cit. p. 48-106.

cessária aos equipamentos industriais que surgiam. E estas fontes estavam exatamente no Acre, que era um dos principais produtores de borracha vegetal da Amazônia naquele período.

No sentido de evidenciar a precariedade da economia acreana e a sua forma marginal de inserção na economia brasileira, verificamos o desempenho das economias brasileira e acreana a partir da década de 40 até 1970. Os elos de ligação que se verificam são fracos e aparecem primeiro, através dos "Acordos de Washington" entre 1942 e 1946; segundo, com o desenvolvimento do processo de industrialização do Sul do país, nas décadas de 50 e 60; e finalmente, com a criação de órgãos e programas regionais de incentivo à produção da borracha vegetal, em períodos mais recentes.

A partir da década de 70, os interesses econômicos e políticos do Centro-Sul penetraram no Estado, dando origem a um processo de transformação econômica e social que resultou numa urbanização desordenada, que motivou na criação de bairros periféricos. Tal processo acabou por gerar a conformação da economia acreana de hoje. Como expressão disso, a análise do emprego urbano evidencia um deslocamento de parte da PEA do Setor Primário para o Secundário, ao longo da década de 1970, em face de uma redução daquela no Setor Primário e um crescimento da mesma no Setor Secundário.

Uma vez que a forma de expansão capitalista no Acre, na década de 70 se fez a partir da industrialização, destacamos o papel do Distrito Industrial, pois a sua criação se fez na perspectiva da industrialização e na criação de emprego no Acre.

Finalmente, nos propomos a fazer um levantamento sobre a função do Setor industrial de Rio Branco, e conseguimos constatar suas principais características, apesar da precariedade dos dados que utilizamos. Pudemos observar um lento desenvolvimento do Distrito Industrial, não só do aspecto do emprego, mas também de uma infraestrutura do Distrito e constituição operacional das empresas. Isto nos mostra mais uma vez, que a economia acreana ainda continua a exercer um

papel marginal no contexto da economia brasileira.

Segundo resultados da nossa pesquisa, pudemos constatar que o Setor Industrial acreano ainda não assumiu características de capitalismo maduro. As empresas industriais são de tamanho pequeno e médio. Não existem estruturas administrativas complexas, sendo a grande maioria dos empregados ligados diretamente à produção.

Por outro lado, aliados a essas características, observamos que as empresas pesquisadas procedem efetivamente como empresas capitalistas, posto que todas desenvolvem suas atividades de forma contínua, seus proprietários não participam mais do processo de produção, além de haver comando sobre o trabalho, e daqueles procurarem um retorno sobre o capital.

Dadas as próprias características das empresas existentes, classificamos estas em tradicionais e dinâmicas. As tradicionais apresentam características como: possuem atividades mais relacionadas com a matéria-prima local, sendo criadas, inclusive em função das disponibilidades dessas matérias-primas. Algumas destas empresas nasceram utilizando tecnologia simples, embora atualmente já adotem tecnologia mais moderna. E, finalmente, são mais absorvedoras de força de trabalho.

As empresas tratadas como dinâmicas apresentam características tais como: desenvolvem atividades contínuas durante todo o ano (apenas uma empresa pesquisada afirmou a ocorrência de rápidas paralizações, por falta de matéria-prima importada). A tecnologia utilizada nestas empresas é mais modernas. Com exceção de apenas uma, todas as empresas desta categoria são de tamanho pequeno, absorvendo menos de 50 empregados, que as caracterizam como pouco absorvedoras de mão-de-obra.

As empresas que vão surgindo, apesar de apresentarem características de tradicionais, tais como aproveitando as matérias-primas locais, forte absorvedoras de mão-de-obra e

ainda conviverem com tecnologias simples, aparecem com uma nova forma, mais voltadas para o capital e com tecnologias mais modernas.

Do ponto de vista da força de trabalho, temos o seguinte comportamento de acordo com a classificação das empresas em tradicionais e dinâmicas.

Existe um maior número de empregados nas empresas tradicionais que nas dinâmicas. Também, há um maior número de pessoas ligadas a produção nessas empresas. As dinâmicas apresentaram um maior percentual de empregados ligados à administração. As tradicionais absorvem maior número de pessoas do sexo masculino. O número de jovens até 25 anos é maior no grupo das tradicionais que nas dinâmicas. Temos ainda que nas empresas tradicionais está o maior número de pessoas que não terminaram o Curso Primário. Já nas dinâmicas está o maior percentual de pessoas com o Curso Ginásial incompleto.

Quanto aos imigrantes, temos uma maior participação deles nas empresas consideradas dinâmicas do que nas tradicionais.

69,8% da população pesquisada recebe entre 1 e 2 salários mínimos. Foi constatado também que o salário médio do Setor é de Cr\$ 29.000,00. Todavia, 69,8% dos entrevistados recebem abaixo deste salário médio, pois ganham na faixa de 1 a 2 salários mínimos, que corresponde de Cr\$14.400,00 a Cr\$ 28.800,00.

Diante da análise feita, concluímos que os rumos da economia acreana não estão bem definidos. Se o Governo Estadual pretende adotar políticas de reforço à industrialização, estas deveriam ser voltadas para a criação de novas unidades industriais, resguardando as potencialidades da região e gerando novos empregos. Estas políticas também deveriam ser no sentido de uma reavaliação do sistema de incentivos. Só assim, o quadro econômico da população aqui relatado poderia não ser agravado.

Entretanto, precisa-se salientar que o desenvolvimento da economia acreana passa pela própria recondução da economia brasileira. Neste momento, o espaço restrito e mal delineado que a nossa economia ocupa na economia nacional, e que ficou evidenciado neste trabalho, precisará ser necessariamente reordenado.

ANEXO 1

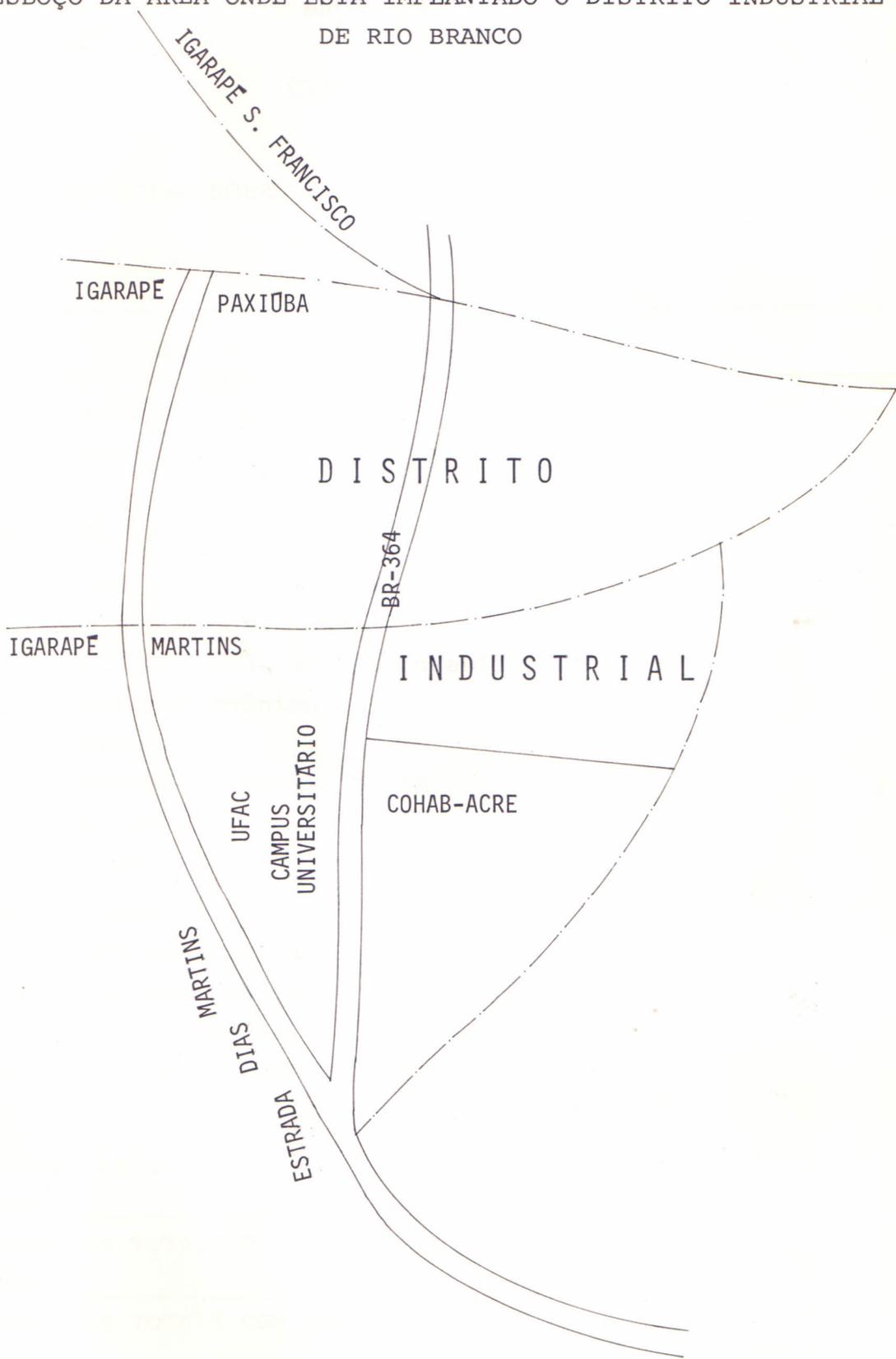
Brasil: Produção e Consumo de borracha natural - 1965-1977.

Anos	Produção (ton.)			Consumo	Relação Produção/ Consumo
	Brasil	Estado do Acre			
		Nº Abs.	%		
1965	29.291	9.200	31,4	26.554	2.737
1966	24.347	9.700	39,9	30.862	6.515
1967	21.494	8.177	38,4	32.133	9.639
1968	22.958	8.582	37,4	38.156	15.198
1969	23.950	9.462	39,5	35.072	11.763
1970	24.976	10.232	41,0	36.739	17.531
1971	24.231	9.286	38,3	41.762	18.401
1972	25.818	9.650	37,4	44.219	27.754
1973	23.402	8.669	37,0	51.156	39.339
1974	18.606	8.138	43,7	57.945	39.356
1975	19.348	6.095	31,5	58.704	-
1976	20.298	8.480	41,8	-	-
1977	20.703	-	-	-	-

FONTE: Anuário Estatístico do Acre. FGV e MIC.

ANEXO 2

UM ESBOÇO DA ÁREA ONDE ESTÁ IMPLANTADO O DISTRITO INDUSTRIAL DE RIO BRANCO



ANEXO 3

QUESTIONÁRIO

PESQUISA SOBRE O SETOR INDUSTRIAL DE RIO BRANCO-ACRE

PARTE I - DADOS DA EMPRESA

1. FIRMA OU RAZÃO SOCIAL

Endereço: _____ Fone: _____
(Rua, Avenida, etc.)

2. CONSTITUIÇÃO JURÍDICA (Assinale com X)

- Firma Individual
- Sociedade por Ações
- Soc. por Cotas de Responsabilidade Ltda.
- Sociedade Anônima
- Governo
- Sociedade Economia Mista
- Soc. Cooper.
- Outras

BCME-BIBLIOTECA

3. ANO DE INÍCIO: _____

4. ATIVIDADE PRINCIPAL: _____

5. VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL

- a) Valor das Vendas..... Cr\$
- b) Valor dos Estoques Cr\$
- c) Tota Cr\$

6. OUTRAS RECEITAS

Cr\$ _____

7. DESPESAS TOTAIS DE PESSOAL

Cr\$ _____

8. DESPESAS TOTAIS COM PRODUÇÃO

Cr\$ _____

9. VALOR DO LUCRO LÍQUIDO

Cr\$ _____

10. LUCRO DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

a) 1981

b) 1980

c) 1979

11. CAPITAL SOCIAL: Inicial: Cr\$ _____

Atual: Cr\$ _____

12. CAPITAL IMOBILIZADO: Cr\$ _____

13. HÁ CAPACIDADE OCIOSA? () Sim () Não () Em parte do
Tempo

14. FONTES DE ENERGIA UTILIZADAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

a) Geradores _____ Kva.

b) Motores Elétricos _____ c.v.

c) Origem do fornecimento _____

d) Consumo médio mensal de Energia Elétrica _____

15. NÍVEL TECNOLÓGICO: () Simples () Sofisticado

Obs.: _____

16. A ATIVIDADE DA EMPRESA É CONTÍNUA? () Sim () Não

Se Não, por que?

17. O PROPRIETÁRIO PARTICIPA DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO?

() Sim () Não

18. NÚMERO TOTAL DE FUNCIONÁRIOS: _____

Data da entrevista: _____

Assinatura do responsável pelas declarações:

6. HORAS TRABALHADAS:

- Menos de 20 horas semanais
- 20 - 39 horas
- 40 - 48 horas
- Mais de 48 horas
- Não Declarado

7. JÁ FEZ ALGUM TREINAMENTO? Sim Não

8. A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:

- Empregado
- Empregador
- Trabalhador por Conta Própria
- Membro da família sem remuneração.

9. Função na Empresa: _____

RELAÇÃO DAS EMPRESAS LOCALIZADAS NO DISTRITO INDUSTRIAL, COM A RAZÃO SOCIAL, NÚMERO DE EMPREGADOS E ATIVIDADES. RIO BRANCO. 1982

Nº DE ORDEM	RAZÃO SOCIAL	Nº EMPREGADOS	ATIVIDADES
01	Sociedade Fogãs Ltda	26	Distribuidora de Gás Liquefeito
02	Indústria Mendes Carlos	37	Cerâmica
03	Aluminacre - Ind. e Com. Ltda	02	Esquadrias de Alumínio
04	Usina de Asfalto (Prefeitura)	54	Asfalto de rua
05	ICOMESE - Ind. Com. e Serviços	06	Cerâmica
06	Refrigerantes do Acre S/A	92	Fabricação de frigerantes
07	C.A. Leal	10	Decoração de Carpete e Cortinas
08	Ind. e Com. de Mármore Itariri Ltda.	05	Artefatos de Mármore
09	Metal Acre - Ind. Técnica Metais Ltda.	04	Estruturas metálicas
10	A.M. Braga	06	Fabricação de Artefatos de Mármore e Gran
11	Takamig - Ind. e Com. Ltda.	27	Movelaria
12	Ind. e Com. Madeira Yunes Ltda	30	Serraria
13	Madereira Maderacre Ltda.	15	Serraria
14	Cerâmica Mendes Ltda.	10	Cerâmica
15	Indústria de Móveis Yunes	04	Movelaria
16	M. A. Murata	07	Serraria
17	Prado Ind. e Com. Esquadria de Móveis Ltda.	08	Movelaria
18	Serraria Novo Horizonte Ltda.	33	Serraria
19	Cia. Desenv. Agrário e Coloniz. Est. Acre	04	Beneficiamento de Arroz
20	INACOM - Ind. de Madeira e Com. Ltda.	10	Movelaria
21	Madeiral - Ind. e Com. Ltda.	12	Serraria

Nº DE ORDEM	RAZÃO SOCIAL	Nº EMPREGADOS	ATIVIDADES
22	INCAL - Ind. Com. da Amazônia Ltda.	21	Cerâmica
23	M. A. Murata	02	Movelaria
24	ICOMACRE	05	Serraria
25	PAVCOM	03	Usina de Asfalto
26	Cerâmica A. Costa	10	Cerâmica
27	Cerâmica Manicorê	05	Cerâmica
28	OCIDETAL	10	Artefatos de Concreto
29	Café Zaire	10	Moagem de Café
30	J.B. Maciel	05	Indústria de Confecções
31	INDACRE - Ind. Reunidas Acre S.A.	05	Indústria de Pregos
32	W.Y. Ferreira	-	Artefatos de cimento
33	Secretaria de Transportes	-	Usina de Asfalto. Oficina
34	INDACRE - ind. Reunidas Acre S.A.	75	Beneficiamento de borracha
Total		553	

FONTE: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre - CODISACRE. Outubro/1982.

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal.

Indústria de Minerais Não Metálicos

Rio Branco - 1982. - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56-61	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Menos de 1	12	9	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
[1 - 2)	164	87	-	27	1	15	-	9	-	9	-	7	-	4	-	5	-
[2 - 3)	18	-	-	11	-	6	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
[3 - 4)	4	1	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
[4 - 5)	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
[5 - 6)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
[6 e mais)	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	202	97	1	40	1	23	-	10	-	10	-	9	-	5	-	6	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal

Indústria da Madeira

Rio Branco - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56 e mais	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
Menos de 1	11	5	-	1	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
(1 - 2)	72	22	-	24	-	8	1	4	-	5	-	2	-	2	-	4	-
(2 - 3)	9	-	-	4	-	-	-	2	-	1	-	-	-	2	-	-	-
(3 - 4)	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(4 - 5)	5	-	-	-	-	1	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-
(5 - 6)	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(6 e mais)	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	101	27	-	31	1	12	1	10	-	8	-	2	-	4	-	5	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal

Indústria do Mobiliário

Rio Branco - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56-61	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Menos de 1	5	2	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 2}	37	11	-	16	1	4	1	-	-	2	-	-	-	-	-	2	-
{2 - 3}	6	-	-	1	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{3 - 4}	3	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{4 - 5}	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 6}	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{6 e mais	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	53	13	-	18	1	10	2	4	-	3	-	-	-	-	-	2	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BIBLIOTECA

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal

Indústria de Alimentos

Rio Branco - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56 e mais	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Menos de 1	4	1	-	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{ 1 - 2)	50	6	1	19	3	6	-	7	-	2	1	3	-	-	-	2	-
{ 2 - 3)	14	3	2	4	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-
{ 3 - 4)	14	-	-	6	-	5	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-
{ 4 - 5)	7	1	-	4	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{ 5 - 6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{ 6 e mais)	3	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	92	11	3	34	5	15	2	10	1	4	1	3	-	-	-	3	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal
 Indústria Gráfica
 Rio Branco - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56 e mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Menos de 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 2)	5	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{2 - 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{3 - 4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{3 - 5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{6 e mais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal

Indústria Metalúrgica

Rio Branco - 1982

Faixa de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56 e mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Menos de 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 2)	8	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
{2 - 3)	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{3 - 4)	3	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{4 - 5)	2	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{6 e mais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	14	2	-	6	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária, remuneração mensal

Indústria de Artefatos de Borracha

Rio Branco - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56 e mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Menos de 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 2)	43	10	3	10	3	3	4	1	1	2	1	-	3	2	-	-	-
{2 - 3)	7	-	-	2	1	-	-	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-
{3 - 4)	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{4 - 5)	2	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 6)	4	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{6 e mais)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Total	59	10	4	12	6	5	6	3	1	5	1	-	3	3	-	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo

Empregados por ramos industriais, sexo, faixa etária e remuneração mensal
 Indústria de Derivados de Petróleo
 Rio Branco - 1982

Faixas de Salário Mínimo Regional	Total	Menos e 19		20-25		26-31		32-37		38-43		44-49		50-55		56 e mais	
		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Menos de 1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 2)	9	1	-	4	-	1	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-
{2 - 3)	14	-	-	5	-	6	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-
{3 - 4)	3	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-
{4 - 5)	2	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 6)	2	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{6 e mais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	30	1	-	11	-	9	-	5	-	1	-	1	-	1	-	1	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria de Minerais Não Metálicos. 1982

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		R.Branco (int.)		Manaus (int.)		Fortaleza (int.)		O. Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	11	8,8	7	8,3	2	11,2	1	12,5	1	7,1	-	-
{1 - 5 anos)	24	19,2	17	20,3	3	16,6	1	12,5	3	21,4	-	-
{5 - 10 anos)	42	33,6	32	38,1	6	33,3	-	-	4	28,7	-	-
{10 - 15 anos)	23	18,4	14	16,6	5	27,7	1	12,5	3	21,4	-	-
{15 - 20 anos)	11	8,8	10	11,9	-	-	-	-	-	-	1	100,0
{20 - 25 anos)	3	2,4	3	3,6	-	-	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	4	3,2	-	-	2	11,2	1	12,5	1	7,1	-	-
{30 - 35 anos)	1	0,8	-	-	-	-	1	12,5	-	-	-	-
{35 e mais)	6	4,8	1	1,2	-	-	3	37,5	2	14,3	-	-
Total	125	100,0	84	100,0	18	100,0	8	100,0	14	100,0	1	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria da Madeira. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		R. Branco(int.)		Manaus (int.)		Fortaleza(int.)		O. Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	6	7,7	5	8,5	1	9,1	-	-	-	-	-	-
{ 1 - 5 anos)	22	28,2	18	30,5	2	18,2	1	16,7	1	100,0	-	-
{ 5 - 10 anos)	17	21,8	16	27,1	1	9,1	-	-	-	-	-	-
{10 - 15 anos)	17	21,8	9	15,2	5	45,4	2	33,3	-	-	1	100,0
{15 - 20 anos)	7	8,9	6	10,2	1	9,1	-	-	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	4	5,2	3	5,1	1	9,1	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	1	1,2	1	1,7	-	-	-	-	-	-	-	-
{30 - 35 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{35 e mais)	4	5,2	1	1,7	-	-	3	50,0	-	-	-	-
Total	78	100,0	59	100,0	11	100,0	6	100,0	1	100,0	1	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BIBLIOTECA

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria do Mobiliário. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		R. Branco(int.)		Manaus (int.)		Fortaleza(int.)		O. Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	2	5,3	1	5,3	-	-	-	-	1	12,5	-	-
{1 - 5 anos)	9	23,7	5	26,3	2	20,0	-	-	2	25,0	-	-
{5 - 10 anos)	12	31,6	7	36,8	1	10,0	-	-	4	50,0	-	-
{10 - 15 anos)	11	28,9	4	21,0	6	60,0	-	-	1	12,5	-	-
{15 - 20 anos)	3	7,9	2	10,6	-	-	1	100,0	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{30 - 35 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{35 e mais)	1	2,6	-	-	1	10,0	-	-	-	-	-	-
Total	38	100,0	19	100,0	10	100,0	1	100,0	8	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria de Alimentos. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		Rio Branco(int.)		Manaus (int.)		Fortaleza (int.)		O.Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	6	9,7	4	10,6	-	-	-	-	2	33,4	-	-
{1 - 5 anos)	17	27,4	9	23,7	6	37,5	1	50,0	1	16,6	-	-
{5 - 10 anos)	11	17,4	6	15,8	3	18,7	1	50,0	1	16,6	-	-
{10 - 15 anos)	14	22,7	9	23,7	3	18,7	-	-	2	33,4	-	-
{15 - 20 anos)	8	12,9	6	15,8	2	12,5	-	-	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	1	1,7	-	-	1	6,3	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	2	3,3	2	5,2	-	-	-	-	-	-	-	-
{30 - 35 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{35 e mais)	3	4,9	2	5,2	1	6,3	-	-	-	-	-	-
Total	62	100,0	38	100,0	16	100,0	2	100,0	6	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria Gráfica. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		Rio Branco (int.)		Manaus (int.)		Fortaleza (int.)		O. Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 5 anos)	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 10 anos)	2	40,0	2	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-
{10 - 15 anos)	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-
{15 - 20 anos)	1	20,0	1	20,0	-	-	-	-	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{30 - 35 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{35 e mais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	100,0	5	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

BOME-BIBLIOTECA

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria Metalúrgica. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		Rio Branco (int.)		Manaus (int.)		Fortaleza(int.)		O. Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	4	50,0	1	100,0	2	50,0	-	-	1	33,3	-	-
{1 - 5 anos)	2	25,0	-	-	1	25,0	-	-	1	33,3	-	-
{5 - 10 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{10 - 15 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{15 - 20 anos)	1	12,5	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{30 - 35 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{35 e mais)	1	12,5	-	-	-	-	-	-	1	33,4	-	-
Total	8	100,0	1	100,0	4	100,0	-	-	3	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria de Artefatos de Borracha. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		Rio Branco (int.)		Manaus (int.)		Fortaleza(int.)		O. Cidades(int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Menos de 1 ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 5 anos)	11	22,4	6	21,4	1	12,5	1	20,0	3	37,5	-	-
{5 - 10 anos)	22	44,9	12	42,8	4	50,0	2	40,0	4	50,0	-	-
{10 - 15 anos)	9	18,5	5	17,8	3	37,5	-	-	1	12,5	-	-
{15 - 20 anos)	2	4,1	2	7,2	-	-	-	-	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	2	4,1	2	7,2	-	-	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	1	2,0	1	3,6	-	-	-	-	-	-	-	-
{30 - 35 anos)	1	2,0	-	-	-	-	1	20,0	-	-	-	-
{35 e mais)	1	2,0	-	-	-	-	1	20,0	-	-	-	-
Total	49	100,0	28	100,0	8	100,0	5	100,0	8	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

AMOSTRA PESQUISADA: Empregados por tempo de residência em Rio Branco e local de origem.
Indústria de Derivados de Petróleo. 1982.

Tempo de Residência	LOCAL DE ORIGEM											
	Total		Rio Branco (int.)		Manaus (int.)		Fortaleza (int.)		O. Cidades (int.)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Mais de 1 ano	1	5,0	1	6,3	-	-	-	-	-	-	-	-
{1 - 5 anos)	1	5,0	1	6,3	-	-	-	-	-	-	-	-
{5 - 10 anos)	4	20,0	4	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-
{10 - 15 anos)	6	30,0	6	37,4	-	-	-	-	-	-	-	-
{15 - 20 anos)	1	5,0	-	-	-	-	1	33,3	-	-	-	-
{20 - 25 anos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
{25 - 30 anos)	3	15,0	-	-	-	-	2	66,7	1	100,0	-	-
{30 - 35 anos)	4	20,0	4	25,0	-	-	-	-	-	-	-	-
{35 e mais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	20	100,0	16	100,0	-	-	3	100,0	1	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração
 Indústria de Minerais não Metálicos
 Rio Branco - 1982

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N.Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	57	45,6	46	54,7	7	38,8	2	20,0	6	42,8	-	-
Motivos familiares	28	22,4	21	23,8	5	27,8	2	20,0	3	21,4	-	-
Sem razão específica	17	13,6	13	15,5	3	16,7	-	-	1	7,2	-	-
Vieram como soldado da borracha	6	4,8	-	-	-	-	4	60,0	2	14,3	-	-
Outros motivos	15	12,0	4	4,8	3	16,7	-	-	2	14,3	-	-
Não Declarado	2	1,6	1	1,2	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Total	125	100,0	84	100,0	18	100,0	8	100,0	14	100,0	1	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BIBLIC

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração

Indústria da Madeira

Rio Branco - 1982 - 100%

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N.Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	41	52,6	31	52,6	10	90,9	-	-	-	-	-	-
Motivos familiares	13	16,7	11	18,6	1	9,1	1	16,7	-	-	-	-
Sem razão específica	14	17,9	13	22,0	-	-	1	16,7	-	-	-	-
Vieram como soldado da borracha	5	6,4	-	-	-	-	4	66,6	1	100,0	-	-
Outros motivos	3	3,8	3	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	2	2,6	1	1,7	-	-	-	-	-	-	1	100,0
Total	78	100,0	59	100,0	11	100,0	6	100,0	1	100,0	1	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BIBLIO

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração
 Indústria do Mobiliário
 Rio Branco - 1982

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	18	47,4	9	47,4	7	70,0	-	-	2	25,0	-	-
Motivos familiares	9	23,7	4	21,0	2	20,0	1	100,0	2	25,0	-	-
Sem razão específica	9	23,7	5	26,3	1	10,0	-	-	3	37,5	-	-
Vieram como soldado da borracha	1	2,6	-	-	-	-	-	-	1	12,5	-	-
Outros motivos	1	2,6	1	5,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	38	100,0	19	100,0	10	100,0	1	100,0	8	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração
 Indústria de Alimentos
 Rio Branco - 1982

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N.Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	31	50,0	21	55,3	8	50,0	-	-	2	33,4	-	-
Motivos familiares	15	24,2	9	23,7	5	31,3	-	-	1	16,6	-	-
Sem razão específica	13	21,0	8	21,0	2	12,5	2	100,0	1	16,6	-	-
Vieram como soldado da borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros motivos	3	4,8	-	-	1	6,2	-	-	2	33,4	-	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	62	100,0	38	100,0	16	100,0	2	100,0	6	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-8181

Empregados por ramos industrias, local de origem e motivo da migração
 Indústria Gráfica
 Rio Branco - 1982

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N.Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	3	60,0	3	60,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Motivos familiares	2	40,0	2	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem razão específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vieram como soldado da borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros motivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	100,0	5	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BI

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração.

Indústria Metalúrgica

Rio Branco - 1982

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N. Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	6	45,0	1	100,0	3	75,0	-	-	2	66,7	-	-
Motivos familiares	1	12,5	-	-	-	-	-	-	1	33,3	-	-
Sem razão específica	1	12,5	-	-	1	25,0	-	-	-	-	-	-
Vieram como soldado da borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros motivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8	100,0	1	100,0	4	100,0	-	-	3	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

BCME-BIBLI

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração
 Indústria de Artefatos de Borracha
 Rio Branco - 1982

Local de Origem Motivo da Migração	Total		Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N.Declarado	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Procurar melhora de vida	23	46,6	14	50,0	3	37,5	3	60,0	3	37,5	-	-
Motivos familiares	10	20,5	4	14,3	3	37,5	2	40,0	1	12,5	-	-
Sem razão específica	9	18,5	7	25,0	2	25,0	-	-	-	-	-	-
Vieram como soldado da borracha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros motivos	7	14,4	3	10,7	-	-	-	-	4	50,0	-	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	49	100,0	28	100,0	8	100,0	5	100,0	8	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

Empregados por ramos industriais, local de origem e motivo da migração
 Indústria de Derivados de Petróleo
 Rio Branco - 1982 - 1983

Local de Origem Motivo da Migração	Rio Branco (Interior)		Manaus (Interior)		Fortaleza (Interior)		Outras Cidades (Interior)		N. Declarado			
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%		
Procurar melhora de vida	14	70,0	13	81,3	-	-	1	33,3	-	-	-	-
Motivos familiares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem razão específica	4	20,0	3	18,7	-	-	-	-	1	100,0	-	-
Vieram como soldado da borracha	2	10,0	-	-	-	-	2	66,7	-	-	-	-
Outros motivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	20	100,0	16	100,0	-	-	3	100,0	1	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU NETO, Vicente. A Política de crédito industrial e o desempenho das empresas industriais do Acre. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Curso de Mestrado em Economia - CAEN, 1981. (Dissertação de Mestrado. Mimeo).

ACRE. Assessoria de Comunicação Social. Informações sobre o Estado do Acre. 2a. ed. Rio Branco, 1980.

_____. Assessoria de Planejamento e Coordenação. Anuário Estatístico do Acre. Rio Branco, 1980.

_____. CEAG. Cadastro Industrial do Acre. Rio Branco, Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Estado do Acre, 1975.

_____. _____ 1980.

BCME-BIBLIOTECA

AQUINO, Terri Valle de. Kaxinawã: de seringueiro "caboclo" a peão "acreano". Brasília, Universidade Federal de Brasília, 1977. (Dissertação de Mestrado. Mimeo).

BAER, Werner. A Recente experiência brasileira de desenvolvimento; uma interpretação. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro, IPEA, 3(2): 265-302, jun. 1973.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus, Umberto Calderaro, 1977.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista; a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. As Idéias e seu lugar; ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, CEBRAP, 1980. (Caderno CEBRAP, nº 33).

CARVALHO, Inaiã. Problemas de emprego em áreas urbanas da Bahia. Salvador, Universidade Federal da Bahia /s.d/.

CASIMIRO, Liana Maria Carleial de. Mercado informal de trabalho; uma investigação. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Curso de Mestrado em Economia, 1979. (Texto para Discussão, nº 29).

CEDEPLAR. Migrações internas na Região Norte: o caso do Acre. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979. V. 1/2.

CUNHA, Euclides da. À Margem da história. /s.l/ Porto Lello & Irmão, 1941.

BCME-BIBLIOTECA

FERGUSON, C. E. Microeconomia. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1972.

FILARDO, Maria Lúcia Rangel. Fontes de Financiamento das Empresas no Brasil. Rio de Janeiro, Universidade de São Paulo, 1980 (Dissertação de Mestrado).

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 11a. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

GAZETA DO ACRE. 20 nov. 1979. (Jornal).

GUERRA, Antônio Teixeira. Estudo geográfico do território do Acre. Rio de Janeiro, IBGE, 1955.

HICKS, John R. The Theory of wages. London, MacMillan, 1968.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico; Acre. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

_____. Censo Demográfico; Acre. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.

_____. _____ 1980.

_____. Anuário Estatístico do Brasil; Rio de Janeiro, IBGE, 1981. p. 19.

- _____. Censo Industrial; Acre. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
- _____. _____ 1975.
- _____. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico; Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
- LENINE, Vladimir Ilich. O Imperialismo fase superior do capitalismo. In: Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- LEWIS, W. Arthur. El Desarrollo económico com oferta ilimitada de trabajo. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. La Economía del subdesarrollo. Madrid, Tecnos, 1963.
- MAHAR, Dennis. Desenvolvimento econômico da Amazônia; uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978. (Relatório de Pesquisa, nº 39).
- MARX, Karl. O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. Livro 1. V. 1/2.
- Ministério da Agricultura e CEDEPLAR. Ocupação agrícola na Amazônia. Belo Horizonte, 1979. (Relatório. Mimeo).
- MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: Uma política regional de industrialização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Fernando Garcia de. População de baixa renda da cidade de Rio Branco: situação anterior, processo migratório, formas de inserção, retribuição no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978 (Dissertação de Mestrado. Mimeo).
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. São Paulo, CEBRAP, 1977. (Caderno CEBRAP, nº 33).
- OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. O Sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1982. (Tese de Mestrado. Mimeo).

BCME-BIBLIOTECA

_____. A Constituição dos bairros pobres em Rio Branco: formação histórica e evolução recente. Belo Horizonte, 1982. Mimeo.

PAULA, João Antônio de. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. /s.n.t/ (mimeo).

PINTO, Nélson Prado Alves. Evolução e consequência da política da borracha no Brasil: a falência da borracha vegetal. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1982. (Texto para Discussão, nº 10. Mimeo).

Produção de borracha não deve acompanhar demanda. Jornal O Estado de São Paulo, 24 fev. 1980.

SÃ, Arlindo Barros de. Um modelo de planejamento e desenvolvimento. Rio Branco, SERDA, Governo do Estado do Acre, 1976.

SATO, A. K. Desenvolvimento econômico, oligopólio e as pequenas e médias empresas. Campinas, DEPE-UNICAMP, 1946.

SILVA, Adalberto Ferreira da. Um Comentário sobre a expansão recente do capitalismo no Acre. Rio Branco, 1980. (Mimeo).

SILVA, Luís Osiris. A Luta pela Amazônia. São Paulo /s.ed/ 1962.

SILVA, Moacir Fecury Ferreira de. A Emigração nordestina para a Amazônia em 1877: uma tentativa de colonização pela administração provincial. 1977 /s.1/ (mimeo).

SIMONSEN, M. H. & CAMPOS, R. O. A Nova economia brasileira. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense, 1978.

_____. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo, HUCITEC, 1979.

_____. Economia política do trabalho. São Paulo, HUCITEC, 1977.

SOUZA, Paulo Renato Costa. A Determinação dos salários e do emprego nas economias atrasadas. Campinas, UNICAMP, 1980. (Tese de Doutorado. Mimeo).

_____. Emprego, salários e pobreza. São Paulo, UNICAMP, HUCITEC, 1980.

SUDHEVEA. Normas operacionais dos subprogramas de financiamento. /s.n.t/.

TOCANTIS, Leandro. Formação histórica do Acre. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

VARADOURO, Rio Branco, mai 1980, nº 19. (Jornal).